

Rede Social

CLAS - Conselho Local de Acção Social de Paços de Ferreira

DIAGNÓSTICO SOCIAL



PAÇOS DE FERREIRA

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE PAÇOS DE FERREIRA

REDE SOCIAL

Conselho Local de Acção Social de Paços de Ferreira

Junho de 2016

INDICE

INTRODUÇÃO	5
METODOLOGIA	6
1 - CONTEXTO DE INTERVENÇÃO	8
1.1 TERRITÓRIO	9
1.2 MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	13
1.3 POPULAÇÃO	16
1.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	23
1.5 ATIVIDADES ECONÓMICAS	28
1.6 EMPREGO E DESEMPREGO	33
1.7 SAÚDE	37
1.8 PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO CONCELHO	41
2 - PROBLEMÁTICAS SOCIAIS PRIORITÁRIAS	45
2.1 INCLUSÃO SOCIAL	45
2.1.1 PROBLEMAS IDENTIFICADOS	51
2.1.1.1 DESEMPREGO	51
2.1.1.2 BAIXOS NIVEIS DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA	60
2.1.1.3 POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	66
2.1.1.3.1 GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM	68
2.1.1.3.2 ÍNDICE DO PODER DE COMPRA	70
2.1.1.3.3 PRINCIPAL MEIO DE VIDA	71
2.1.1.3.4 AGREGADOS FAMILIARES COM PESSOAS EM IDADE ATIVA A TRABALHAR OU EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	73
2.1.1.3.5 RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	77
2.1.1.3.6 APOIOS ECONÓMICOS ATRIBUÍDOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL: SEGURANÇA SOCIAL CÂMARA MUNICIPAL	78 79 82
2.1.1.3.7 CANTINA SOCIAL	84
2.1.1.3.8 PROGRAMA DE AJUDA ALIMENTAR	85
2.1.1.3.9 PENSIONISTAS E VALOR MÉDIO DAS PENSÕES	86
2.1.1.3.10 AÇÃO SOCIAL ESCOLAR: PRÉ-ESCOLAR 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO 2.º E 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO ENSINO SECUNDÁRIO	90 90 91 93 95
2.1.1.4 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS	96
2.1.2 MATRIZ S.W.O.T.	100

2.2 RESPOSTAS SOCIAIS	103
2.2.1 PROBLEMAS IDENTIFICADOS	106
2.2.1.1 BAIXA TAXA DE COBERTURA DE CRECHE EM ÁREA GEOGRÁFICA A DESCOBERTO	106
2.2.1.2 INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA A PESSOA IDOSA	109
2.2.1.3 INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	116
2.2.1.4 INEXISTÊNCIA DE RESPOSTAS DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA PARA MENORES COM PROBLEMAS DE DEPENDÊNCIA	118
2.2.1.5 FALTA DE RESPOSTAS SOCIAIS NO ÂMBITO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR	121
2.2.1.6 INSUFICIENTE OFERTA DE HABITAÇÃO SOCIAL	125
2.2.2. MATRIZ S.W.O.T.	128
3. BIBLIOGRAFIA	134

INTRODUÇÃO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, ao incentivar “**a criação de redes de apoio social integrado de âmbito local**”, constitui um passo fundamental na criação da REDE SOCIAL.

A Resolução define a REDE SOCIAL “como um fórum de articulação e congregação de esforços entre as várias entidades e organismos de um dado território que trabalham no domínio da ação social que articulem entre si e a respetiva atuação, com vista à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”.

A consolidação da REDE SOCIAL de Paços de Ferreira resulta de uma dinâmica própria, em que as instituições locais têm procurado uma maior convergência entre as práticas que desenvolvem de promoção da coesão social.

Para melhor agir é necessário melhor conhecer, numa perspetiva de prevenção e superação dos problemas sociais.

O DIAGNÓSTICO SOCIAL deve constituir a base de referência no planeamento social, ao contribuir para um melhor conhecimento das dinâmicas sociais em curso, evidenciando as especificidades e características do território. Enquanto ferramenta para o planeamento, o diagnóstico pode ser também um instrumento de monitorização das políticas territoriais de promoção da coesão social¹.

Os processos de desenvolvimento não são lineares e cada território tem a sua especificidade, os seus atores e o seu percurso. Os desafios colocam-se de forma espacialmente diferenciada e localmente específica, o que pressupõe respostas únicas em cada território. O tipo de mudança a ocorrer em cada contexto local que melhor pode contribuir para a *COMPETITIVIDADE, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL*, deve envolver todos os atores locais, novas formas de governança local e o reforço da rede interinstitucional.

O princípio da Coesão Territorial, enquanto novo paradigma do desenvolvimento do território, assume que o combate às disparidades territoriais implica reconhecer a heterogeneidade territorial² e que o desenvolvimento local pressupõe capacidade de iniciativa local que a todos diz respeito.

¹ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 11 e 12

² *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 21

METODOLOGIA

O trabalho que se apresenta procura conhecer as problemáticas sociais mais relevantes assim consideradas pelos parceiros sociais da Rede Social. Os problemas sociais que mais afetam a população do concelho de Paços de Ferreira foram assinalados pelas instituições locais e agrupados, por razões de ordem metodológica, em duas problemáticas sociais. A saber: **Inclusão Social** e **Respostas Sociais**.

Os problemas ao nível da problemática da **Educação e Formação**, considerados igualmente importantes pelas instituições da Rede Social, são objeto de análise e de monitorização por parte do Concelho Municipal de Educação e da Rede Concelhia para a Qualificação, estruturas de parceria dinamizadas pela Divisão de Educação do Município de Paços de Ferreira. Por isso, as referidas dimensões de análise não são explanadas detalhadamente neste documento.

O Diagnóstico Social está estruturado em dois grandes capítulos:

O 1º capítulo intitulado – CONTEXTO DE INTERVENÇÃO- apresenta um breve apontamento sobre as características do concelho ao nível dos seguintes indicadores: território; mobilidade e acessibilidades; população; educação e formação; atividades económicas; emprego e desemprego e saúde. Integra ainda uma breve resenha sobre os projetos sociais desenvolvidos no concelho entre 1997 e 2015. Esta análise contribui para conhecer as primeiras pistas sobre a realidade local, antecipando alguns fatores que poderão condicionar a situação social do concelho.

O 2.º capítulo incide sobre as - PROBLEMÁTICAS SOCIAIS - consideradas mais prioritárias: Inclusão Social e Respostas Sociais. A abordagem destas problemáticas tem por base os vários problemas sociais que foram identificados pelas instituições parceiras. O exercício de seleção dos indicadores a recolher respeitante a cada problema social foi concertado em sede de reunião de grupos de trabalho temático. Para o efeito, foram construídas *Grelhas Auxiliares de Recolha de Informação* para cada um dos problemas assinalados, de forma a facilitar a apreensão das suas causas e consequências. Foram recolhidos dados qualitativos e quantitativos disponibilizados pelas instituições que permitiram conhecer melhor a realidade social local no que respeita às problemáticas sociais sinalizadas.

Cada grupo de trabalho temático procedeu também à construção da *Matriz S.W.O.T (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats)*, que identifica em relação a cada problema social identificado as *Forças e Fraquezas*, correspondentes aos aspetos positivos e negativos referente à realidade

específica e interna do concelho; as *Oportunidades e Ameaças* corresponde aos fatores positivos e negativos exteriores ao território, mas capazes de nele influenciar.

Para a obtenção de informação essencial à elaboração deste documento recorreu-se à consulta de informação referente ao concelho disponibilizada e produzida por:

- Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os Censos e o Anuário Estatístico da Região Norte, 2012;

- Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, comparando, sempre que possível, os dados referente ao concelho com os dados do território da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, Região Norte e Portugal, de forma a proceder a uma análise diacrónica e sincrónica;

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

- Instituto da Segurança Social, nomeadamente do estudo *Referencial de Coesão Social – 2014*, elaborado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, sob a responsabilidade do Instituto da Segurança Social;

- Município de Paços de Ferreira

Concluído o trabalho de recolha, o documento foi submetido à análise e discussão do Núcleo Executivo, apreciado e aprovado pelo plenário do Conselho Local de Ação Social/ Rede Social. Enviar às duas plataformas de parceria supraconcelhia que o Município integra: Agenda para a Empregabilidade/CIM do Tâmega e Sousa e Plataforma Supraconcelhia da Rede Social, coordenada pelo Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

De sublinhar que o Diagnóstico Social é um documento aberto e em permanente processo de atualização, porque a realidade social “retratada” é sempre dinâmica e evolutiva.

1 – CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

1.1. Território

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. O Concelho de Paços de Ferreira possui uma área de 71 km² e residem no território 56 340 mil pessoas. É o concelho com menor extensão geográfica do conjunto dos 11 concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, porém, o mais densamente povoado (quadro n.º 1);
- ⊙ 2. Segundo os Censos de 2011, Paços de Ferreira apresenta uma densidade populacional de quase 800 habitantes por km² superior à que apresentava em 2001, resultante de um saldo natural positivo, traduzindo-se numa taxa de crescimento populacional apreciável (quadro n.º 2);
- ⊙ 3. As cidades de Paços de Ferreira e Freamunde e as vilas de Carvalhosa e Frazão são os principais núcleos urbanos (quadro n.º 3);
- ⊙ 4. O concelho de Paços de Ferreira localiza-se na parte norte da zona central do distrito do Porto, pertencendo à sub-região do Tâmega – NUT III. O município pertence, ainda, à Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa que integra os municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Bastos, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende;
- ⊙ 5. Decorrente da reorganização administrativa do território registada em 2012, o concelho de Paços de Ferreira, constituído por 16 freguesias, passou a integrar 12 freguesias. A saber:
- Carvalhosa; - Eiriz; - Ferreira; - Figueiró; - Frazão, Arreigada; - Freamunde; - Meixomil; - Paços de Ferreira; - Penamaior; - Raimonda; - Sanfins, Lamoso, Codessos; - Seroa (mapa em anexo);
- ⊙ 6. A marca *CAPITAL DO MÓVEL* constitui-se como um elemento fundamental na identidade do território, que passou recentemente a designar-se *CAPITAL EUROPEIA DO MÓVEL*. A excelência do mobiliário que as empresas de Paços de Ferreira produzem é uma mais-valia que deve ser preservada e promovida, dentro e fora do país.

DENSIDADE POPULACIONAL

Quadro n.º 1 – Tâmega

Concelhos da CIM Tâmega e Sousa	Área (km ²)	População Residente-2011	Densidade populacional (N.º/km ²)
Amarante	301,33	55 677	184,8
Baião	174,53	20 119	115,3
Castelo de Paiva	115,01	16 432	142,9
Celorico de Bastos	181,07	19 952	110,2
Cinfães	239,29	19 953	83,4
Felgueiras	115,74	57 904	500,3
Lousada	96,08	47 450	493,9
Marco de Canaveses	201,89	53 273	263,9
Paços de Ferreira	70,99	56 340	794
Penafiel	212,24	71 848	338,5
Resende	123,35	11 083	89,9

Fonte: Censos 2011/INE

Quadro n.º 2 – Concelho

Censos 2001		Censos 2011	
Área (km ²)	População	Área (km ²)	População
71, km	52 985	71 km	56 340
Densidade populacional: 740		Densidade populacional: 794	

Fonte: Censos 2001 e 2011/INE

Quadro n.º 3 – Freguesias do Concelho

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Densidade populacional (N.º/ km²)
Paços de Ferreira	794
Arreigada	765
Carvalhosa	1 151
Codessos	521
Eiriz	382
Ferreira	644
Figueiró	875
Frazão	969
Freamunde	1 512
Lamoso	748
Meixomil	840
Modelos	744
Paços de Ferreira	1 903
Penamaior	569
Raimonda	765
Sanfins de Ferreira	522
Seroa	579

Fonte: Censos 2011/INE

FREGUESIAS DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA



Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

1.2. Mobilidade e Acessibilidade

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. O concelho de Paços de Ferreira beneficia de uma posição privilegiada relativamente à rede de acessibilidades regional e de ligação ao interior e ao centro do país pela sua proximidade à Área Metropolitana do Porto. Na verdade, o bem-estar e a qualidade de vida definem-se, muito, pela facilidade do acesso a um leque de bens e serviços que reforçam essa mesma qualidade;
- ⊙ 2. A rede principal de acessibilidades foi alvo de um significativo investimento, que permitiu estruturar uma nova geografia do concelho. Com efeito, a abertura da autoestrada A42 em novembro de 2005, constitui-se no principal eixo viário local e supraconcelhio, com quatro nós de ligação ao concelho: a Oeste: A-3, a Sul: A-4, a Este e a Norte: IP 9 e ainda pelas Estradas Regionais 209, 319 e 207, que são as radiais de um hexágono cujo centro corresponde à sede do concelho, conferindo-lhe assim uma posição de importância como local de passagem entre o Porto, Lousada e Felgueiras (E. 207) e entre Valongo e Guimarães (E. 209), bem como entre Penafiel, Paredes e Santo Tirso (E. 319);
- ⊙ 3. As antigas estradas nacionais ao serviço do concelho são parte integrante da rede viária municipal, de entre as quais se destacam pela sua importância:
 - Estrada 207, desde a sede de Paços de Ferreira às proximidades de Lousada, substituída pelo A42, mas mantém relevância local;
 - Estrada 209-2, que realiza uma ligação importante da Estrada 209 (junto a Raimonda) para Noroeste, até à EN 105.

Para além desta malha de estradas destacam-se a Via Panorâmica e a Via do Poder Local, fundamentais na ligação mais rápida entre as freguesias e a autoestrada;

- ⊙ 4. Apesar do desenvolvimento das ligações rodoviárias registado nos últimos anos, persistem constrangimentos nas ligações entre as sedes dos concelhos, da Região do Tâmega, e entre as freguesias do concelho, o que condiciona a circulação de pessoas e bens e diminui a coesão territorial. (mapa em anexo);

- ⊙ 5. A rede de transportes públicos de passageiros do concelho é assegurada por duas empresas privadas (Pacense e Transdeve: ex-Transcovizela), sediadas no concelho (a 1.^a empresa em Paços de Ferreira e a 2.^a em Figueiró). As dificuldades no sistema de transporte público de passageiros resultam do facto de as operações se encontrarem a cargo dos operadores privados, com âmbito territorial limitado, o que dificulta a articulação de horários e a coordenação de transbordo, bem como a intermodalidade. Interessa que esta situação seja alterada pela oferta de soluções de transportes públicos adequadas a uma procura não uniforme, com forte variabilidade temporal e territorial;
- ⊙ 6. Relativamente, ao meio de transporte mais utilizado, o automóvel é seguramente o transporte com maior predominância no concelho, à semelhança do que acontece no Tâmega e no país;

REDE VIÁRIA CONCELHO



- ER 207
- ER 209
- ER 209-2
- ER 319
- A 42
- Via Panorámico - Variante Norte
Entre a EN 319 e Sanfins
- Via do Poder Local
- Acesso Nó Gilde
- Variante à EN 207 e EN 209
- Variante à EN 207, EN 209 e EN 319

Fonte:
Câmara Municipal de Paços de Ferreira

1.3. População

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. O concelho de Paços de Ferreira, à escala da Região Tâmega, apresenta uma dimensão demográfica significativa, situando-se na 3.^a posição, no total dos 11 concelhos que constituem a CIM do Tâmega e Sousa (quadro n.º 1).

Com cerca de 57 mil habitantes, representa 13% do total da população residente nos concelhos que integram a CIM Tâmega e Sousa;

- ⊙ 2. Entre 1991 e 2011 o concelho de Paços de Ferreira registou um acréscimo populacional de cerca 28% e nas freguesias de Paços de Ferreira e Meixomil a população aumentou mais de 50% (quadro n.º 4). Esta evolução contrasta com o ocorrido nos restantes concelhos da CIM Tâmega e Sousa que registou um crescimento inferior. No entanto, verifica-se uma tendência de desaceleração do crescimento populacional no Tâmega e Sousa à semelhança do que acontece no país;

- ⊙ 3. O concelho apresenta uma população jovem, concentrando 13,8% dos jovens (0-24 anos) no conjunto dos concelhos que integram a CIM Tâmega e Sousa. A idade média da população residente é inferior a 38 anos. O índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos de idade por cada 100 pessoas entre os 15-64 anos de idade, é de 26%, superior ao registado no Tâmega e Sousa (24,9%), no Norte (22,3%) e no país (22,5%). O índice de dependência dos idosos refere-se ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 entre os 15-64 anos de idade, é de 15,9%, inferior ao que se verificou no Tâmega e Sousa (20,5%), no Norte (25,2%) e no país (28,8%). O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com 14 anos ou menos, atinge no concelho 61,3%, claramente abaixo dos 82,3% registado no Tâmega e Sousa, no Norte (113,3%) e no país (127,8%). Porém, esta juventude como traço dominante da pirâmide etária do concelho não esconde algumas das tendências pesadas da evolução da demografia a nível nacional, como a baixa natalidade, a baixa fecundidade e aumento do envelhecimento da população;

- ⊙ 4. Relativamente, à estrutura etária da população residente no concelho constata-se a relevância do grupo etário entre os 0 e os 14 anos, que corresponde a 18,32%, do total da população, enquanto que o grupo da população com 65 ou mais anos representa 11,12% do total dos residentes (quadro n.º 5). A leitura longitudinal da estrutura etária da população permite-nos constatar que tem diminuído o peso relativo da população até aos 14 anos de idade e, simultaneamente, aumentado a população com 65 ou mais anos.

GRUPOS ETÁRIOS	PESO RELATIVO DOS GRUPOS ETÁRIOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO							
	1981	%	1991	%	2001	%	2011	%
0-14 ANOS	13 776	33,9%	11 202	25,3	11 482	21,7%	10 320	18,32%
15-24 ANOS	8 819	21,7%	9 282	21,0%	8 402	15,9%	7 559	13,42%
25-64 ANOS	15 457	38,0%	20 746	46,9%	28 588	54,0%	32 198	57,12%
65 OU + ANOS	2 635	6,5%	2 960	6,7%	4 513	8,5%	6 263	11,12%
TOTAL	40 687		44 190		52 985		56 340	

Fonte: INE

- ⊙ 5. No que à distribuição da população por freguesia diz respeito constata-se (quadro n.º 5) que as freguesias a norte do concelho - Codessos, Eiriz, Lamoso e Sanfins, são as freguesias que apresentam maior percentagem de população entre os 0 e os 14 anos, respetivamente 20,9%, 20,5%, 20,6% e 20,4%. A freguesia de Frazão aquela que apresenta maior percentagem de população com 65 ou mais anos (14,1%), seguida da freguesia de Modelos (12,4%) e Freamunde (12,1%). Pese embora, esta integrar a freguesia de Paços de Ferreira, não deixa de ser relevante ter em conta o peso desta população associado ao fato de ser a única freguesia do concelho que tem vindo a perder população residente. Entre 1991 e 2011 a população diminuiu 19,25% (quadro n.º 5);
- ⊙ 6. Entre 2000 e 2013 a evolução dos nados-vivos no concelho registou uma redução de cerca de 52%, segundo os dados do INE:

	Nados-vivos do concelho de Paços de Ferreira entre 2000 - 2013													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
HOMENS	430	387	390	343	355	327	313	309	359	282	302	289	224	235
MULHERES	417	369	377	354	321	343	322	283	282	297	318	272	266	178
TOTAL	847	756	767	697	676	670	635	582	641	579	620	561	490	413

Com efeito, a quebra de crescimento populacional na maioria dos concelhos da CIM Tâmega e Sousa resulta de um abrandamento do crescimento natural, ou seja, o saldo

natural³ apresenta uma evolução negativa, embora se verifique que, em geral, é mais favorável nos concelhos do Sousa do que nos do Tâmega (quadro n.º 6). No que respeita aos fenómenos migratórios quase todos os concelhos apresentam perdas populacionais com variações entre si. Nesta matéria, o concelho de Paços de Ferreira é dos poucos que apresenta indicadores mais favoráveis;

⊙ 7. A projeção sobre a evolução da população residente em Portugal elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística para período 2012-2060⁴ aponta para o seguinte cenário prospetivo:

- Diminuição da população residente, tendência que é, genericamente, transversal a todas as NUTS II, embora com variações entre os territórios;
- Alterações da estrutura etária da população, mantendo-se a tendência para um forte envelhecimento demográfico em todas as regiões NUTS II, prevendo-se que seja mais acentuado nas regiões atualmente menos envelhecidas. Este envelhecimento da população resulta do declínio da população jovem (com menos de 15 anos de idade) e aumento da população idosa (com mais de 65 anos de idade);
- Por força destas alterações é previsível ainda um decréscimo acentuado da população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade) a residir em Portugal.

Importa referir que esta análise prospetiva incide sobre as diferentes NUTS (Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos) e não considera especificamente o Tâmega e menos ainda o concelho de Paços de Ferreira. No entanto, trata-se de um exercício previsional que potencia o conhecimento sobre as dinâmicas da população e consequentemente as decisões e opções de intervenção no território.

³ A diferença entre o número de nados - vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

⁴ Estudo sobre a projeção da população residente no período entre 2012 e 2016, do INE, de março de 2014.

Quadro n.º 4 – Distribuição da população por freguesias, segundo o género

Local de residência	1991			2001			2011			Taxa de variação (%) 1991-2011		
	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL
Paços de Ferreira	21 987	22 208	44 190	26 656	26 329	52 985	28 081	28 259	56 340	27,72	27,28	27,49
Arreigada	338	831	1 669	1 064	1 053	2 117	1 002	997	1 999	19,57	19,98	19,77
Carvalhosa	1 307	1 824	3 631	2 111	2 146	4 257	2 256	2 317	4 583	25,40	27,03	26,22
Codessos	371	357	728	437	419	856	506	506	1 011	36,12	41,74	38,87
Eiriz	914	922	1 836	1 087	1 036	2 123	1 170	1 133	2 303	28,01	22,89	25,44
Ferreira	1 333	1 879	3 712	2 038	2 047	4 085	2 155	2 136	4 341	17,57	16,34	16,95
Figueiró	883	913	1 796	1 140	1 146	1 286	1 237	1 259	2 496	40,09	30,90	38,98
Frazão	1 930	1 913	3 843	2 120	2 156	4 276	2 095	2 159	4 264	8,55	13,38	10,95
Freamunde	3 017	3 099	6 116	3 708	3 744	7 452	3 821	3 958	7 789	26,65	28,04	27,35
Lamoso	749	725	1 474	857	853	1 710	804	809	1 613	7,34	11,59	9,43
Meixomil	1 173	1 190	2 363	1 673	1 675	3 348	1 908	1 858	3 676	54,13	56,97	55,56
Modelos	968	1 006	1 974	811	840	1 651	758	836	1 594	-21,69	-16,90	-19,25
P. de Ferreira	2 147	2 173	4 320	2 976	3 045	6 021	3 615	3 876	7 491	68,37	78,37	73,40
Penamaior	1 626	1 627	3 253	1 788	1 831	3 619	1 870	1949	3 819	15,01	19,79	17,40
Raimonda	1 023	1 034	2 057	1 234	1 284	2 518	1 253	1 323	2 570	22,40	27,05	25,23
Sanfins	1 308	1 321	2 629	1 485	1 520	3 005	1 527	1 626	3 139	15,67	23,09	19,40
Seroa	1 400	1 389	2 789	2 127	1 534	3 661	2 209	1 437	3 646	57,79	3,46	30,73

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011/INE

Quadro n.º 5 – Distribuição da população por freguesias, segundo o género e grupos etários

Local de residência	2011										
	H	M	TOTAL	0 - 14	%	15 - 24	%	25 - 64	%	+ 65	%
Paços de Ferreira	28 081	28 259	56 340	10 320	18,3	7 559	13,4	32 198	57,1	6 263	11,1
Arreigada	1 002	997	1 999	377	18,6	285	14,3	1 132	56,6	211	10,6
Carvalhosa	2 256	2 317	4 583	866	18,9	639	13,9	2 604	56,8	474	10,3
Codessos	506	506	1 011	211	20,9	116	11,5	592	58,6	92	9,1
Eiriz	1 170	1 133	2 303	473	20,5	320	13,9	1 301	56,5	209	9,1
Ferreira	2 155	2 136	4 341	836	19,3	657	15,1	2 418	55,7	430	9,9
Figueiró	1 237	1 259	2 496	482	19,3	342	13,7	1 437	57,6	235	9,4
Frazão	2 095	2 159	4 264	740	17,4	525	12,3	2 399	56,3	600	14,1
Freamunde	3 821	3 958	7 789	1 365	17,5	1 040	13,4	4 436	57,0	945	12,1
Lamoso	804	809	1 613	332	20,6	208	12,9	914	56,7	159	9,9
Meixomil	1 908	1 858	3 676	665	18,1	462	12,6	2 110	57,4	439	11,9
Modelos	758	836	1 594	281	17,6	244	15,3	871	54,6	198	12,4
P. de Ferreira	3 615	3 876	7 491	1 450	19,4	955	12,7	4 255	56,8	831	11,1
Penamaior	1 870	1949	3 819	705	18,5	540	14,1	2 114	55,4	460	12,0
Raimonda	1 253	1 323	2 570	446	17,3	345	13,4	1 492	57,9	293	11,4
Sanfins	1 527	1 626	3 139	639	20,4	438	14,0	1 763	56,2	299	9,5
Seroa	2 209	1 437	3 646	458	12,6	440	12,1	2 360	64,7	388	10,6

Fonte: Censos 2011/INE

Quadro n.º 6 – População residente por concelhos da CIM Tâmega e Sousa

Concelhos da CIM Tâmega e Sousa	População residente por município, segundo grupo etário e género - 2011																	
	TOTAL			0-14 Anos			15-24 Anos			25-64 Anos			65 E mais anos					
													Total			75 E + anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Amarante	55 677	26 655	29 022	8 415	4 245	4 170	6 947	3 514	3 433	31 419	15 190	16 229	8 896	33 706	5 190	4 353	1 721	2 632
Baião	20 119	9 622	10 497	2 813	1 418	1 395	2 515	1 239	1 222	11 001	5 388	5 613	3 790	1 523	2 267	2 037	769	1 268
Castelo de Paiva	16 432	8 014	8 418	2 546	1 252	1 294	2 046	1 076	970	9 257	4 657	4 600	2 583	1 029	1 554	1 284	487	797
Celorico de Bastos	19 952	9 678	10 274	2 917	1 497	1 420	2 569	1 279	1 290	10 618	5 343	5 275	3 848	1 559	2 289	2 174	876	1 298
Cinfães	19 953	9 695	10 258	2 856	1 463	1 393	2 369	1 242	1 127	10 584	5 314	5 270	4 144	1 676	2 468	2 266	875	1 391
Felgueiras	57 904	27 910	29 994	9 294	4 749	4 545	8 198	4 146	4 052	33 139	15 976	17 163	7 273	3 039	4 234	3 242	1 262	1 980
Lousada	47 450	23 047	24 403	8 349	4 255	4 094	6 553	3 293	3 260	27 277	13 258	14 019	5 271	2 241	3 030	2 272	873	1 399
Marco de Canaveses	53 273	25 918	27 355	9 123	4 647	4 476	7 242	3 703	3 539	29 919	14 673	15 246	6 989	2 895	4 094	3 332	1 253	2 079
Paços de Ferreira	56 340	28 347	28 582	9 844	4 960	4 884	7 674	3 984	3 690	33 063	16 612	16 451	6 348	2 791	3 557	2 560	1 013	1 547
Penafiel	71 848	34 882	36 966	12 030	6 168	5 862	9 529	4 767	4 762	40 949	19 995	20 954	9 340	3 952	5 388	4 385	1 715	2 760
Resende	11 083	5 395	5 688	1 617	849	768	1 418	782	636	5 649	2 777	2 872	2 399	987	1 412	1 297	505	792

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/INE

Quadro n.º 7 - População residente no concelho

Local de residência	População residente por freguesia, grupo etário e género - 2011																				
	HM							H							M						
	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 e +	65 - 74	75 e +	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 e +	65 - 74	75 e +	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 e +	65 - 74	75 e +
Paços de Ferreira	56 340	10 320	7 559	32 198	6 263	3 686	2 577	28 081	5 247	3 912	1 6201	2 721	1 701	1 020	28 259	5 073	3 647	15 997	3 542	1 985	1 557
Arreigada	1 999	371	285	11 32	211	128	83	1 002	205	155	554	88	57	31	997	166	130	578	123	71	52
Carvalhosa	4 583	866	639	2 604	474	269	205	2 266	440	322	1 290	214	127	87	2 317	426	317	1 314	260	142	118
Codessos	1 011	211	116	592	92	50	42	505	106	63	296	40	26	14	506	105	53	296	52	24	28
Eiriz	2 303	473	320	1 301	209	112	97	1 170	258	177	648	87	51	36	1 133	215	143	653	122	61	61
Ferreira	4 341	836	657	2 418	430	245	185	2 155	434	324	1 206	191	103	88	2 186	402	333	1 212	239	142	97
Figueiró	2 496	482	342	1 437	235	151	84	1 237	252	169	710	106	68	38	1 259	230	173	727	129	83	46
Frazão	4 264	740	525	2 399	600	365	235	2 095	379	276	1 179	261	161	100	2 169	361	249	1 220	339	204	135
Freamunde	7 789	1 365	1043	4 436	945	527	418	3 821	693	551	2 186	391	243	148	3 968	672	492	2 250	554	284	270
Lamoso	1 613	332	208	914	159	92	67	804	170	104	455	75	43	32	809	162	104	459	84	49	35
Meixomil	3 676	665	462	2 110	439	264	175	1 808	326	247	1 034	201	135	66	1 868	339	215	1 076	238	129	109
Modelos	1 594	281	244	871	198	133	65	758	120	121	436	81	59	22	836	161	123	435	117	74	43
Paços de Ferreira	7 491	1 450	955	4 255	831	500	331	3 615	764	489	2 010	352	219	133	3 876	686	466	2 245	479	281	198
Penamaior	3 819	705	540	2 114	460	255	205	1 870	354	272	1 045	199	120	79	1 949	351	268	1 069	261	135	126
Raimonda	2 576	446	345	1 492	293	177	116	1 253	238	158	735	122	78	44	1 323	208	187	757	171	99	72
Sanfins de Ferreira	3 139	639	438	1 763	299	177	122	1 513	285	217	877	134	89	45	1 626	354	221	886	165	88	77
Seroa	3 646	458	440	2 360	388	241	147	2 209	223	267	1 540	179	122	57	1 437	235	173	820	209	119	90

Fonte: Censos 2011/INE

Quadro n.º 8 – Movimento da população por município

Concelhos da CIM Tâmega e Sousa	Movimento da População por município - 2011					
	Nados-vivos			Óbitos		
	TOTAL			TOTAL		
	HM	H	M	HM	H	M
Amarante	423	230	193	504	255	249
Baião	133	74	59	258	141	117
Castelo de Paiva	108	52	56	169	82	87
Celorico de Bastos	133	75	58	210	98	112
Cinfães	135	78	57	224	102	122
Felgueiras	458	230	228	390	195	195
Lousada	392	197	195	320	159	161
Marco de Canaveses	434	228	206	406	205	201
Paços de Ferreira	490	224	266	346	178	168
Penafiel	616	309	307	542	287	255
Resende	64	35	29	154	66	88

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/ INE

1.4. Educação e Formação

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. A posição favorável em termos de dinâmica populacional do concelho de Paços de Ferreira é, no entanto, fragilizada pelos baixos níveis de qualificação da população, que o colocam numa posição de desvantagem na Região Norte e no país (quadro n.º 10);
- ⊙ 2. A baixa escolarização da população residente é uma dificuldade com forte expressão nos “territórios industriais com forte desqualificação” da NUT III Tâmega, como é o caso do concelho de Paços de Ferreira. Verifica-se que o conjunto dos municípios da CIM Tâmega e Sousa apresenta uma percentagem elevada da população que não completou nenhum nível de ensino ou que completou apenas o 1.º CEB, por comparação à Região Norte e ao país: cerca de 7% do total da população com 15 ou mais anos dos concelhos da CIM Tâmega e Sousa não tem nenhuma escolaridade e cerca 44% não foi além do 1.º ciclo do ensino básico, quando a média no país é de 36%. Refira-se ainda que apenas 9,6% da população com 15 ou mais anos completou os estudos pós-secundários ou superiores, quando a percentagem nacional é de 19,2% e de 16,8% na Região Norte (quadro n.º 10);
- ⊙ 3. Entre 2001 e 2011 aumentou o investimento na educação e formação por parte da população residente o que conferiu um acréscimo formal das suas qualificações (quadro n.º 11). De salientar que neste período decenal quase duplica o número de pessoas que atingiu o ensino secundário, que se torna escolaridade obrigatória no ano letivo 2012/2013;
- ⊙ 4. Apesar das dinâmicas positivas verificadas ao longo dos últimos anos em matéria de educação e formação as dificuldades persistem, o que fragiliza os níveis de coesão social, sendo um dos principais problemas sociais do concelho que decorre, sobretudo, de três dimensões a considerar:
 - Reduzida procura de qualificações por parte do mercado, que está relacionado com as características do modelo produtivo dominante no concelho, que não valoriza o conhecimento como uma componente essencial da competitividade das empresas,

que no concelho são, na sua maioria, de pequena dimensão e assentes numa estrutura familiar;

- Reduzida procura por parte dos jovens e das famílias que não valorizam devidamente a educação e a formação, perante alternativas que permitem um fácil acesso ao trabalho remunerado que, embora, desqualificado, permite um rendimento disponível a curto prazo. Atualmente, com o desemprego e a consequente dificuldade de obter um trabalho remunerado os jovens optam por se manter na escola e assim cumprir com a escolaridade obrigatória;
 - Reduzida articulação entre a escola e as empresas que podem proporcionar experiências de trabalho e o contacto com o mundo do trabalho;
- ⊙ 5. A taxa de analfabetismo do concelho de Paços de Ferreira tem vindo a diminuir gradualmente, apresentando valores inferiores ao Tâmega, à Região Norte e ao país (quadro n.º 12). Situação que decorre do maior investimento na educação e formação por parte da população residente.

Quadro n.º 9 – Escolaridade da população residente do concelho

	< 10 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 Anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-64 anos	65 e + anos	Total
TOTAL DA POP. RESIDENTE - 2011	6 380	818	777	770	819	756	744	725	815	821	717	722	772	749	757	737	3 982	4 438	4 798	4 854	14 126	6 263	56 340
Sem nível de ensino	2 448	-	-	-	-	-	1	1	-	3	4	3	5	3	6	8	52	66	81	114	397	1 312	4 504
A freq. pré-escolar	1 372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 372
ENSINO BÁSICO																							
total	2 560	818	777	770	816	748	417	253	241	306	237	306	355	317	379	387	2 258	2 835	3 554	3 907	12 440	4 777	39 458
1.º CEB	2 549	267	50	8	3	4	2	4	5	5	4	11	20	18	19	25	199	447	945	1 598	9 408	4 554	20 145
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	3	10	14	11	12	22	152	377	822	1 431	8 548	3 495	14 903
Incompleto	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	1	-	6	3	5	2	37	61	111	160	793	1 043	2 225
A frequentar	2 549	267	48	7	3	4	2	4	3	1	-	1	-	4	2	1	10	9	12	7	67	16	3 017
2.º CEB	11	551	715	292	96	28	21	16	33	53	45	50	70	76	86	99	643	1 495	1 843	1 641	1 908	106	9 878
Completo	-	-	1	5	1	-	2	6	21	42	36	38	60	57	68	76	536	1 392	1 735	1 496	1 609	78	7 259
Incompleto	-	-	17	6	2	1	1	2	3	4	6	10	7	16	14	17	85	66	81	113	235	25	711
A frequentar	11	551	697	281	93	27	18	8	9	7	3	2	3	3	4	6	22	37	27	32	64	3	1 908
3.º CEB	-	-	12	470	717	716	394	233	203	248	188	245	265	223	274	263	1 416	893	766	668	1 124	117	9 435
Completo	-	-	-	-	1	3	15	33	94	160	119	165	187	164	183	196	1 000	616	518	443	813	90	4 800
Incompleto	-	-	1	12	11	16	14	17	25	44	46	64	64	48	66	58	334	198	175	168	239	26	1 626
A frequentar	-	-	11	458	705	697	365	183	84	44	23	16	14	11	25	9	82	79	73	57	72	1	3 009
ENSINO SECUNDÁRIO																							
total	-	-	-	-	3	8	326	471	574	397	297	227	223	222	203	174	871	813	611	525	766	53	6 764
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	6	75	131	115	149	144	138	114	542	552	435	361	528	44	3 334
Incompleto	-	-	-	-	-	1	6	17	19	25	32	39	34	41	41	43	213	191	101	134	172	8	1 117
A frequentar	-	-	-	-	3	7	320	454	549	297	134	73	40	37	24	17	116	70	75	30	66	1	2 313
ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO																							
total										20	17	15	20	15	12	15	59	40	37	6	-	-	256
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	3	9	8	6	9	48	35	34	6	-	-	165
Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	2	3	1	1	1	8	5	3	-	-	-	25
A frequentar										18	11	10	8	6	5	5	3	-	-	-	-	-	66
ENSINO SUPERIOR																							
total										95	162	171	169	192		153	742	684	515	302	523	121	3 986
Bacharelato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	42	50	37	98	61	301
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	30	36	25	86	58	244
Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	12	14	12	12	3	57
A frequentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	145	162	140	135	109	100	574	553	393	225	379	54	3 061
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	37	58	55	435	462	336	195	340	49	1 979
Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6	4	6	1	3	41	45	36	15	26	4	190
A frequentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	142	155	125	92	50	42	98	46	21	15	13	1	892
Mestrado											17	9	29	57	45	53	147	79	62	38	34	3	575
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	10	18	67	28	27	15	20	3	188
Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	14	18	16	13	5	-	72
A frequentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	17	9	29	56	33	32	66	33	19	10	9	-	315
Doutoramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	8	10	10	2	12	3	49
Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	1	5	3	18
Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-	3	-	9
A frequentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	6	4	3	1	4	-	22

Fonte: Censos 2011/INE

Quadro n.º 10 – Nível de Escolaridade da população residente com 15 ou mais anos de idade

	Nível de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município					
	2011					
	Nenhum %	1.º CEB %	2.º CEB %	3 CEB %	Secundário %	Pós Secundário ⁵ e Superior %
Portugal	6.0	30.1	9.5	15.6	19.7	19.2
Norte	5.7	32.7	11.6	15.4	17.7	16.8
Tâmega e Sousa	6.9	37.5	14.5	16.2	5.3	9.6
Amarante	7.9	38.2	10.5	14.8	16.1	12.6
Baião	10.7	42.8	11.6	14.7	13.0	7.1
Castelo de Paiva	6.0	32.9	20.8	17.0	14.8	8.5
Celorico de Bastos	11.0	37.1	13.0	15.2	14.6	9.1
Cinfães	10.2	42.1	15.8	12.6	12.6	9.7
Felgueiras	5.6	37.5	14.0	17.0	16.2	9.7
Lousada	5.7	35.7	16.2	18.4	15.2	8.9
Marco de Canaveses	6.3	37.2	15.4	16.3	14.7	9.2
Paços de Ferreira	4.5	37.5	17.8	16.3	14.7	9.2
Penafiel	5.9	35.7	14.2	17.1	16.7	10.4
Resende	14.8	41.1	9.8	12.9	13.2	8.2

Fonte: Censos 2011/INE

⁵ Ensino pós-secundário consiste na “oferta pós-secundária, não superior, que prepara os jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. Estes cursos são conhecidos por CET – Cursos de Especialização Tecnológica”.

Quadro n.º 11 – Nível de ensino atingido pela população residente no concelho

Nível de ensino atingido, por género entre 2001 e 2011									
		S/ nível de ensino	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Médio	Superior	
2001	HOMENS	3 274	11 828	5 835	2 868	1 996	42	813	26 656
	MULHERES	3 958	11 442	5 149	2 439	2 039	74	1 228	26 329
									52 985
2011	HOMENS	2 700	9 920	5 327	5 027	3 394	150	1 563	28 081
	MULHERES	3 176	10 225	4 551	4 408	3 370	106	2 423	28 259
									56 340

Fonte: Censos 2001 e 2011/ INE

Quadro n.º 12 – Taxa de analfabetismo

Taxa de Analfabetismo (%)				
	Paços de Ferreira	Tâmega	Região Norte	Portugal
1991	7,61	12,29	9,94	11,01
2001	6,28	10,20	8,34	9,03
2011	3,78	6,23	5,01	5,23

Fonte: Censos 1991, 2001, 2011/ INE

1.5. Atividades Económicas

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. O concelho de Paços de Ferreira é um território industrializado tradicionalmente associado à marca “*Capital do Móvel*” pela forte implantação de indústrias e comércio de mobiliário, tratando-se de uma realidade económica de quase monoprodução. A abertura da autoestrada A42 torna o concelho mais atrativo para o investimento de grupos económicos de dimensão nacional e internacional e, assim, contribuir para diversificar o tecido empresarial. De sublinhar que a indústria têxtil e do vestuário têm também uma expressão significativa neste concelho, empregando fundamentalmente mão-de-obra feminina;

- ⊙ 2. É elevado o número de pessoas empregadas no setor secundário (quadro n.º 13). Entre 2001 e 2011 verificou-se uma diminuição do número de pessoas a trabalhar neste setor de atividade económica, devido ao desaparecimento de várias empresas da indústria do mobiliário e da madeira, o que contribuiu para o aumento do desemprego. No que se refere ao setor terciário, este surgiu no Tâmega e Sousa com grande dinamismo no último decénio, sendo que Penafiel é o concelho que mais contribui para o setor dos serviços, logo seguido de Paços de Ferreira e Felgueiras. O comércio por grosso e a retalho e a reparação de automóveis e motociclos são a principal atividade de 40% das empresas de serviços com sede no Tâmega e empregam 46% das pessoas que trabalham neste setor⁶. Constata-se que o número de empresas e pessoas ao serviço do setor primário é muito baixo, o que reflete abandono das atividades agrícolas e/ou o desaproveitamento dos terrenos agrícolas. A agricultura existente é essencialmente de pequena propriedade e de subsistência, embora se assista, nestes últimos anos, a um maior interesse pelas atividades agrícolas, muito

⁶ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 100.

provavelmente devido ao aumento do desemprego e para complementar os parques rendimentos das famílias. Em termos globais, a desruralização e terciarização são duas tendências relevantes da mudança social;

- ⊙ 3. Segundo dados do INE, a quase totalidade das empresas do concelho enquadra-se no critério de classificação de pequena empresa, dado que 90% destas têm menos de dez trabalhadores. Confirma-se assim o peso esmagador das microempresas e das pequenas empresas no universo empresarial do concelho. Dada a dimensão das empresas locais, grande parte delas não possui instrumentos internos de gestão e sustentam-se em mecanismos informais, o que lhes confere um carácter pouco estruturado. Segundo o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal”, estudo encomendado pela CIM Tâmega e Sousa à Universidade Católica⁷. O volume de negócios das empresas com sede no Concelho é de 343,102 (1 000 euros) bastante abaixo dos valores para o território da CIM (504,670), para o Norte (839,958) e Portugal (1 120.261);
- ⊙ 4. O concelho de Paços de Ferreira apresenta a maior densidade de empresas por Km² – 18,5 (n.º/km) por comparação com o Tâmega e Sousa (2,6), com a Região Norte (1,6) e com País (0,8). Verifica-se que mais de 50% das empresas registadas no concelho assume a forma de Empresa em Nome Individual (quadro n.º 14), segundo consta no referido estudo promovido pela CIM Tâmega e Sousa;
- ⊙ 5. Segundo o mesmo estudo, a indústria tem uma forte expressão não só no concelho de Paços de Ferreira, dada a densidade de empresas por km² e a elevada percentagem da população ativa a trabalhar no setor secundário, como também nos concelhos de Lousada (6,2 -densidade de empresas por Km²) e Felgueiras (10,6 – N.º empresas por Km²). Estes três concelhos representam mais de dois terços da indústria no Tâmega e Sousa;
- ⊙ 6. A estrutura industrial da CIM Tâmega de Sousa está ancorada na indústria do couro (calçado), na indústria têxtil e na indústria do mobiliário. O conjunto destas três atividades representa: 58% das empresas do território; 72% da população ativa empregada e 64% do

⁷ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 83.

Valor Acrescentado Bruto (VAB-diferença entre o valor da produção e o valor do consumo, originando excedentes) e do volume de negócios da indústria deste território⁸;

- ⊙ 7. No território da CIM Tâmega e Sousa destaca-se o *cluster* do têxtil e vestuário, o *cluster* do calçado e o do mobiliário de madeira. Este último *cluster* concentra-se no concelho de Paços de Ferreira, por força da localização da empresa IKEA Industry Portugal, considerada a maior empresa do *cluster* e aquela que mais exporta os seus produtos⁹;
- ⊙ 8. Os concelhos mais industrializados apresentam contribuições importantes nas três principais indústrias do Tâmega e Sousa: 90% do VAB da indústria do couro está sediado nas empresas do concelho de Felgueiras; Paços de Ferreira contribui com mais de três quartos do VAB do fabrico de mobiliário e colchões do Tâmega e Sousa; a indústria do vestuário tem uma distribuição mais equilibrada entre Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel¹⁰;
- ⊙ 9. O estudo promovido pela CIM Tâmega e Sousa identifica sete empresas registadas neste território com 250 trabalhadores ou mais, das quais três estão sediadas em Paços de Ferreira (quadro n.º 16);
- ⊙ 10. Entre o período 2007 e 2011, o território do Tâmega e Sousa perdeu 8% das empresas e 4% do pessoal ao serviço (cerca de 2500 pessoas ao serviço principalmente nas indústrias têxtil e do vestuário), mas aumentou o VAB e o volume de negócios para 9% e 20%, respetivamente¹¹. Ao nível das exportações destaca-se o concelho de Felgueiras, seguido pelo concelho de Paços de Ferreira, sendo que o principal destino das exportações e

⁸ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 88.

⁹ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 89-90.

¹⁰ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 91.

¹¹ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 92.

importações do Tâmega e Sousa é a União Europeia. Apesar da crise económica, entre 2010 e 2012, as exportações no território aumentaram 44%.

Quadro n.º 13 – População ativa por setor de atividade económica em Paços de Ferreira

População residente economicamente ativa				
Setor de atividade económica	2001	(%)	2011	(%)
Primário	319	0,1	103	0,03
Secundário	18 115	66,1	13 849	47,6
Terciário	8 219	20,9	10 968	33,7

Fonte: Censos 2001 e 2011/ INE

Quadro n.º 14 – N.º de empresas e escalão de pessoal ao serviço das empresas

	Escalão de pessoal ao serviço - 2011				
	Total	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	1 144 150	1 096 155	41 308	5 792	895
Norte	366 022	347 704	15 906	2 169	243
Paços de Ferreira	5 214	4 836	372	45	3

Fonte: Censos 2011/ INE

Quadro n.º 15 – Número de empresas por atividade económica

N.º de empresas por atividade económica			
	Total	N.º de Empresas em nome individual	N.º de Sociedades
Portugal	1 112 000	751 412	360 588
Norte	360 482	241 559	118 883
Tâmega	42 750	28 320	144 30
Paços de Ferreira	5 214	3 440	1 770

Fonte: Censos 2011/ INE

Quadro n.º 16 – Número de empresas com mais de 250 trabalhadores em Paços de Ferreira

Empresa	Atividade principal	Fundação	Empregados
Abílio Ferreira Dias & Filhos Lda.	Mobiliário de madeira e outros fins	1973	1 621
IKEA Industry Portugal, Lda	Mobiliário de madeira e outros fins	2006	1 344
CALVELEX, indústria de Confeções, S.A	Confeção de vestuário em série	1985	600

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM Tâmega e Sousa

1.6. Emprego e Desemprego

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. Em 2011, Paços de Ferreira apresentava a mais elevada taxa de atividade de 51,6% no total dos concelhos que integram a CIM Tâmega e Sousa, seguido pelos concelhos de Felgueiras (51,3%) e Lousada (50,6%). A percentagem registada no concelho é superior à que se verificou no Tâmega e Sousa (46, 5%), na Região Norte (47,6%) e em Portugal (47,6%);
- ⊙ 2. Em 2011 dois terços dos residentes no Tâmega e Sousa estavam empregados num dos três setores de atividade económica mais expressivos: a indústria transformadora (30,2%); a construção civil (18,9%) e o comércio e reparação de automóveis (14,9%). No concelho de Paços de Ferreira a indústria transformadora é o setor mais representativo no emprego, ao contrário da construção que assume pouca expressividade no concelho¹²;
- ⊙ 3. A taxa de atividade do concelho, à semelhança dos restantes concelhos que integram o Tâmega e Sousa, está associada ao baixo nível de qualificação escolar e profissional da população ativa, pelo que as alternativas que se colocam em matéria de emprego à mão-de-obra portadora de baixos níveis de qualificação são muito diminutas, pelas suas dificuldades de inserção nas novas dinâmicas de mercado de trabalho. No entanto, é de salientar que entre 2001 e 2011 registou-se um aumento do nível de qualificações da população ativa residente no concelho, tendo duplicado o número de pessoas com escolaridade de nível superior (quadro n.º 18);
- ⊙ 4. Segundo os Censos 2011, cerca de 20% da população residente no concelho de Paços de Ferreira está empregada fora do concelho de residência, sendo este o segundo valor mais baixo da CIM Tâmega e Sousa. Felgueiras é o concelho com menor percentagem (16,6%).

¹² Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 49.

Relativamente, à população não residente a trabalhar no concelho de Paços de Ferreira, o valor situa-se um pouco acima dos 20%. No que à população a trabalhar no estrangeiro se refere, o Tâmega e Sousa apresentava, em 2011, um valor de 5,3%, quando a média nacional era de 1,6%, mas Paços de Ferreira era o único concelho que apresentava um valor abaixo da média nacional¹³;

- ⊙ 5. A taxa de desemprego no concelho de Paços de Ferreira, em 2011, era de 14.3%, equivalente à percentagem para o Tâmega e Sousa. Por seu lado, a Região Norte do país apresentava uma taxa de 14,5% ligeiramente superior à percentagem nacional (13,2%). Constata-se que o desemprego feminino é mais acentuado do que o masculino no território do Tâmega e Sousa, mas em Paços de Ferreira essa diferença é pouco relevante¹⁴;
- ⊙ 6. Tem-se vindo a assistir a uma estabilização do fenómeno do desemprego na Região Norte, assim como no Tâmega e Sousa e proporcionalmente no concelho de Paços de Ferreira. No entanto, a taxa de desemprego é ainda elevada em Paços de Ferreira (13,2%, de acordo com o n.º de pessoas desempregadas e inscritas no Centro de Emprego em julho de 2015). Tomando por referência os dados do IEFP podemos verificar que o grupo mais representado é aquele que possui o 1.º ciclo do ensino básico ou que não atingiu este nível básico de escolaridade. Segue-se o grupo de desempregados com o 6.º ano e, à medida que sobe o nível de escolaridade, desce o número absoluto de pessoas desempregadas (quadro n.º 19). Constata-se ainda que o grupo mais representado tem entre os 35 e os 54 anos de idade e está inscrito como desempregado há um ou mais anos e procura novo emprego, pelo que se pode inferir que se trata de um fenómeno de carácter estrutural. E se tivermos em conta as formas encobertas de desemprego, em particular as situações de desempregados que não são contabilizados por não se enquadrarem nos critérios estatísticos ou por não oficializarem a sua situação no Centro de Emprego, esta taxa será superior. Importa, também, ter em linha de conta que há pessoas desempregadas e

¹³ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 52.

¹⁴ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 54.

inscritas no Centro de Emprego a exercer trabalho remunerado, com carácter mais ou menos regular, mas sem regularizar a sua situação laboral.

Quadro n.º 17 – Atividade económica no concelho de Paços de Ferreira

Ano	Atividade económica						Sem atividade económica					
	Total Pop. Ativa		Pop. Empregada		Tx de Ativ.	Pop. desempregada		Tx de desemp	Total		Estudantes	
	HM	H	HM	H		HM	H		HM	H	HM	H
2001	27 405	15 867	26 653	15 526	51, 70%	752	341	2,7	14 098	4 871	2 217	1 105
2011	29 075	15 953	24 920	13 723	51, 61%	4 155	2 230	14,3	16 945	6 881	3 518	1 786

Fonte: Censos 2001 e 2011/ INE

Quadro n.º 18 – Nível de escolaridade da população ativa de Paços de Ferreira

Nível de escolaridade da população ativa									
	Total	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino básico - 1º ciclo	Ensino básico - 2º ciclo	Ensino básico - 3º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
2001	27 405	234	23 081	12 069	8 078	2 934	2 723	69	1 298
2011	29 075	374	21 209	8 367	6 937	5 905	4 438	194	2 860

Fonte: Censos 2001 e 2011/ INE

Quadro n.º 19- Desempregados inscritos no Centro de Emprego - ano de 2015

MÊS	TOTAL	GÉNERO		IDADE				ESCOLARIDADE						TEMPO DE INSCRIÇÃO		SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO	
		H	M	<25	25/34	35/54	55 e +	<1º	1.º	6º	9 º	Sec.	Med/Sup.	<1 ano	1 ano e +	1º Emprego	Novo Emprego
Jan.	4 399	2 482	1 917	575	645	2 043	1 136	300	1 842	774	608	561	314	2 721	1 678	455	3 944
Fev.	4 175	2 317	1 804	559	577	1 915	1 124	296	1 755	732	533	562	297	1 558	2 617	454	3 721
Março	4 091	2 290	1 801	592	557	1 823	1 119	308	1 727	653	536	566	301	1 562	2 529	465	3 626
Abril	3 982	2 230	1 752	552	533	1 769	1 128	315	1 683	636	525	543	280	1 516	2 466	452	3 530
Maio	3 784	2 124	1 660	415	528	1 739	1 102	307	1 642	652	536	384	263	1 395	2 389	336	3 448
Junho	3 653	2 034	1 619	405	521	1 684	1 046	293	1 571	639	515	352	283	1 393	2 260	318	3 335
Julho	3 824	2 067	1 757	456	556	1 741	1 071	291	1 587	678	536	410	322	1 542	2 282	363	3 461
Agosto	3 850	2 053	1 797	425	555	1 772	1 098	279	1 594	685	494	468	330	1 609	2 241	353	3 497
Setembro	3 927	2 099	1 828	491	551	1 798	1 087	289	1 585	697	524	484	348	1 685	2 242	411	3 927
Outubro	3 804	2 034	1 770	535	531	1 659	1 079	275	1 514	669	523	512	311	1 677	2 127	432	3 372
Novembro	3 646	1 985	1 661	503	506	1 576	1 061	277	1 500	605	502	488	274	1 596	2 050	368	3 278
Dezembro	3 635	1 979	1 656	476	512	1 578	1 069	1 610	2 025	273	1 516	626	491	1 610	2 025	348	3 287

Fonte: IEFP

1.7. Saúde

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

- ⊙ 1. A esperança de vida à nascença no território do ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte aumentou de 75,9 para 79 anos e 4 meses de vida, entre 1996 e 2010. Valores idênticos aos que se verificaram no Continente e na Região Norte para ambos os sexos¹⁵;
- ⊙ 2. As doenças do aparelho circulatório, digestivo e respiratório constituíram para o ACeS a principal causa de morbilidade hospitalar em 2008. Nesse ano, o Continente registava como doenças principais do internamento hospitalar as doenças do aparelho circulatório e digestivo e a Região Norte as doenças do aparelho circulatório, digestivo e respiratório;
- ⊙ 3. Entre 2012 e 2013 o excesso de peso e obesidade nos utentes inscritos no ACeS aumentou de 32‰ para 43‰, para ambos os sexos, particularmente a partir do grupo etário 30-39 anos. No mesmo período aumentou também o número de utentes com diabetes de 5,4 ‰ para 6‰ assistindo-se a um crescimento da utilização da insulina a partir do grupo etário 40-49 anos. De igual modo, o número de hipertensos diagnosticados naquele período de tempo aumentou em 24,3‰. Por cada 1000 utentes inscritos entre os 40-49 anos, 93 sofriam de hipertensão.
- ⊙ 4. Relativamente, às doenças transmissíveis como o HIV, verifica-se que o ACeS registou uma quebra entre 2001 (7,8%) e 2011 (3,7%). Quanto ao número de casos de tuberculose registados, os valores tem oscilado entre os 36 (2008) e os 39 casos

¹⁵ Os dados aqui disponíveis sobre o estado de saúde da população abrange a área geográfica do ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, que integra o centro de saúde de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, e constam do Diagnóstico de Situação do ACeS - 2013, Equipa de Saúde Pública do ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, março de 2014.

(2013). Paços de Ferreira é concelho que regista maior número de casos de tuberculose, verificando-se, em 2013, que 62% do total de casos registados no ACeS incidu em Paços de Ferreira. No entanto, entre 2000 e 2013 a taxa de incidência da tuberculose no ACeS Tâmega III foi inferior aos valores para a Região Norte e Portugal;

- ⊙ 5. Em 2013, a cobertura do Programa Nacional de Vacinação neste ACeS apresentava os valores recomendados para assegurar a imunidade da população, apesar de se reconhecer a necessidade de melhorar a taxa de cobertura vacinal pela BCG. Para esta situação favorável muito contribuiu a diminuição do número de utentes sem médico de família (em 2011, 28,09% do universo de inscritos não tinha médico de família, diminuindo para 17,8%, em 2013);
- ⊙ 6. Entre 2001-2010 a análise da mortalidade no ACeS mostra-nos que as *Doenças Cerebrovasculares*, a *Doença Isquémica do Coração* e a *Diabetes Mellitus* ocuparam os três primeiros lugares entre as Principais Causas de Morte para ambos os sexos. No entanto, se se considerar os *Grandes Grupos de Causa de Morte Prematura* (< 65 anos de idade), verificou-se que entre 2005 e 2010 a principal causa de morte foram os *Tumores Malignos* para ambos os sexos, prevalecendo os *Tumores Malignos da Traqueia, Brônquios e Pulmão*, *Tumor Malignos do Estômago* e as *Doenças Cerebrovasculares*;
- ⊙ 7. Uma das principais dificuldades identificada pelos técnicos de ação social a trabalhar no concelho prende-se com a necessidade de uma eventual melhoria no acompanhamento das pessoas com problemas de saúde mental, por parte do Departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Há a impressão generalizada que um menor espaçamento nas consultas médicas e uma melhoria na articulação com os serviços de psiquiatria se traduziria num maior benefício para o bem-estar psicossocial das pessoas. Por isso, importa ponderar sobre a realização de consultas de psiquiatria deslocalizadas nos centros de saúde com objetivo de melhorar acesso à saúde, por se entender que o atual contexto de crise económica despoletou um aumento das doenças do foro psiquiátrico;

8. Identificação dos **Recursos da Saúde** existentes na área geográfica do ACeS
Tâmega III – Vale de Sousa Norte:

Unidades Funcionais e Unidades de Saúde do ACeS

UNIDADE FUNIONAL	LOCAIS	CONCELHO
UCSP Margaride/Jugueiros	Margaride e Jugueiros	Felgueiras
USF Felgueiras Saúde	Margaride	
UCC Felgueiras (íntegra ECCI)	Margaride	
USF Hígeya	Lixa	
UCSP Nova Saúde	Marco Simão e Serrinha	
UCSP S. Tiago	Longra, Barrosas e Regilde	Lousada
UCSP Lousada I	Lousada	
UCSP Lousada II	Lousada e Barrosas	
USF Torrão	Lousada	
UCSP Caíde/Meinedo	Caíde e Meinedo	
UCC Lousada	Meinedo	Paços de Ferreira
USF Teras de Ferreira	Paços de Ferreira	
USF Citânia	Paços de Ferreira	
UCSP Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	
USF Freamunde	Freamunde	
USF Santa Luzia	Freamunde	
UCC Paços de Ferreira	Freamunde	
Unidade de Saúde Pública	Paços de Ferreira	
URAP	Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada	

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

Outros Recursos da Saúde

RECURSOS	FELGUEIRAS	LOUSADA	PAÇOS DE FERREIRA	TOTAL
Hospitais da Misericórdia	1	1	---	2
Clinicas/consultórios medicina dentária	27	10	22	59
Clinicas/Consultórios médicos	30	4	11	45
Farmácias	12	8	9	29
Postos de colheita de Produtos Biológicos	14	6	7	27
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	1	1	1	3

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

Unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados do ACeS

UNIDADES PRESTADORAS	TIPOLOGIA	CAPACIDADE (camas)
Santa Casa da Misericórdia de Lousada	Média duração	30 camas
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Longa duração	32 camas
Radelfe – Paços de Ferreira	Média Duração	18 camas
	Convalescença	14 camas
	Longa duração	22 camas
	Média duração	27 camas

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

EQUIPAS DOMICILIÁRIAS	TIPOLOGIA	CAPACIDADE (camas)
Felgueiras	ECCI	20 camas

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

N.º de utentes inscritos nos Centros de Saúde do ACeS em dezembro 2013

ACeS	TOTAL	FEM	MASC.
Centro de Saúde de Felgueiras	164 598	29 002	31 187
Centro de Saúde de Lousada	60 189	2 550	23 007
Centro de Saúde de Paços de Ferreira	44 557	29 622	30 230
ACeS Vale do Sousa	59 852	80 174	84 424

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

Ratio de utentes por médico, enfermeiro e assistente técnico, em dezembro 2013

UNIDADE FUNIONAL	N.º DE UTENTES	MÉDICOS		ENFERMEIROS		ASSISTENTES TÉCNICOS	
		N.º	Ratio	N.º	Ratio	N.º	Ratio
UCSP Margaride/Jugueiros	4 698	3	1 566	3	1 566	2	2 349
USF Felgueiras Saúde	10 628	6	1 771	6	1 771	5	2 126
USF Higeia	10 446	6	1 741	6	1 741	5	2 089
UCSP Nova Saúde	7 414	4	1 854	4	1 854	4	1 854
UCSP S. Tiago	10 386	6	1 731	6	1 731	4	2 597
UCSP Lousada II	13 178	9	464	9	464	5	2 636
USF Torrão	10 888	6	1 815	6	1 815	4	2 722
UCSP Caiado/Meinedo	9 476	6	1 579	5	1 895	2	4 738
USF Teras de Ferreira	12 377	7	1 768	7	1 768	5	2 475
USF Citânia	13 753	8	1 719	8	1 719	4	3 438
UCSP Paços de Ferreira	1 462	1	1 462	1	1 462	1	1 462
USF Freamunde	15 766	8	1 971	8	1 971	6	2 628
USF Santa Luzia	11 719	6	1 953	6	1 953	4	2 930

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

N.º de utentes sem médico de família

Agosto de 2011	% do universo de inscritos	Dezembro de 2013	% do universo de inscritos
48 951	28,09	29 253	17,8

Fonte: ACeS Tâmega III – Vale de Sousa Norte, 2013

1.8. Projetos Sociais Desenvolvidos no Concelho

BREVE RESENHA CRONOLÓGICA

- 1. O concelho tem vindo a mostrar progressivamente capacidade de captação de recursos, corporizando projetos de combate contra a pobreza, de promoção dos grupos socialmente desfavorecidos e de desenvolvimento comunitário. Os projetos sociais implementados têm contribuído para a contratação de novos perfis técnico-profissionais, para a introdução de novas metodologias de intervenção social e sedimentação de uma intervenção concertada e articulada que assenta nas parcerias locais;
- 2. Outras intervenções sociais realizadas no concelho têm contribuído para consolidar as parcerias intersectoriais, como a **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**, o **Rendimento Social de Inserção** (anteriormente RMG) implementado no concelho desde 1997 e a **Rede Social** (implementada em 2003), que estabelece um novo modelo de articulação e cooperação de parcerias em prol do Desenvolvimento Social.

PROGRAMAS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Programa Integrar - Medida 1	INTEGRAR SEROA - PAÇOS 2000	INTEGRAR SEROA - PAÇOS 2000	INTEGRAR SEROA - PAÇOS 2000					
Programa Integrar - Medida 5		CONSTRUÇÃO DE RAIZ DE CENTRO DE DIA E ATL C. S. da Paróq. Penamaior	CONSTRUÇÃO DE RAIZ DE CENTRO DE DIA E ATL C. S. da Paróq. Penamaior	CONSTRUÇÃO DE RAIZ DE CENTRO DE DIA E ATL C. S. da Paróq. Penamaior	CONSTRUÇÃO DE RAIZ DE CENTRO DE DIA E ATL C. S. da Paróq. Penamaior			
Programa horizont Eixo 5		PROJECTO HERMES Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	PROJECTO HERMES Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso					

PROGRAMAS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Plano Municipal de Prevenção Primária das toxicodependências							“Anel Familiar”, projeto dinamizado pela Associação Abrir; “Escola Aberta, Escola Certa”, projeto dinamizado pela Associação Paços 2000	Anel Familiar”, projeto dinamizado pela Associação Abrir; “Escola Aberta, Escola Certa”, projeto dinamizado pela Associação Paços 2000
Projeto de Luta Contra a Pobreza	A Associação Paços 2000 dinamizou, entre 1992 e 1997 um projeto que abrangeu as freguesias de Seroa, Frazão e Modelos.							
Programas e Medidas do Mercado social de Emprego – Empresa de Inserção			“Amas” Associação Paços 2000	“Amas” Associação Paços 2000				
			“Catering” Associação Paços 2000	“Catering” Associação Paços 2000	“Catering” Associação Paços 2000	“Catering” Associação Paços 2000	“Catering” Associação Paços 2000	“Catering” Associação Paços 2000
			Hortofloricultura, Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	Hortofloricultura Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso				
Programa Ser Criança				“Mudar - Mudança e Desenvolvimento em Arreigada”, Câmara PFR	“Mudar - Mudança e Desenvolv. Arreigada” Câmara PFR	“Mudar Mudança e Desenvolv. Arreigada” Câmara PFR	“Mudar Mudança e Desenvolv. Arreigada” Câmara PFR	“Querer (Cres) Ser” (2004-2006), Câmara PFR
				Projeto Crescer, Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	Projeto Crescer, Obra Social e Cultural S.C.	Projeto Crescer, Obra Social e Cultural S.C.	Projeto Crescer, Obra Social e Cultural S. C.	

PROGRAMAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CLDS - Programa Local de Desenvolviment os Social	PASSOS PARA INTEGRAR Câmara Municipal E Associação Paços 2000	PASSOS PARA INTEGRAR Câmara Municipal E Associação Paços 2000	PASSOS PARA INTEGRAR Câmara Municipal E Associação Paços 2000	PASSOS PARA INTEGRAR Câmara Municipal E Associação Paços 2000						
Programa Escolhas 5ª Geração					PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso			
CLDS + - Programa Local de Desenvolviment os Social					PASSOS PARA INTEGRAR + Câmara Municipal, Profisousa e Associação Paços 2000	PASSOS PARA INTEGRAR + Câmara Municipal, Profisousa e Associação Paços 2000	PASSOS PARA INTEGRAR + Câmara Municipal, Profisousa e Associação Paços 2000			
Programa Escolhas 6ª Geração								PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	PERCURSOS (DE)TALHADOS Câmara Municipal e Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso

2 – PROBLEMÁTICAS SOCIAIS PRIORITÁRIAS

2.1. Inclusão Social

A vivência das vulnerabilidades de pobreza e exclusão social assume padrões diferentes em cada território, porque acumula e combina de maneira muito específica os fatores de inacessibilidade aos direitos e às oportunidades. Conhecer a especificidade do território pressupõe melhorar a compreensão das dinâmicas sociais em curso ao nível concelhio, dos problemas que se manifestam localmente e dos desafios que se colocam de forma espacialmente diferenciada. Cada território requiere respostas únicas para melhor contribuir para a concretização da competitividade, do emprego e da inclusão social naquele contexto. Para tal, tem de existir capacidade local de iniciativa, de concertação e articulação que potencie a sinergia local e assegure a coerência da especificidade local¹⁶

Para os parceiros institucionais da Rede Social de Paços de Ferreira os problemas sociais locais que mais dificultam e impedem a plena INCLUSÃO SOCIAL são o desemprego, a desqualificação da população ativa, o endividamento das famílias, a grande dependência dos apoios sociais, as dificuldades de aceder ao mercado de arrendamento, entre outras. São vulnerabilidades que traduzem fenómenos locais de pobreza e exclusão social a reclamar resposta urgente que provoque a mudança social.

No contexto atual, que se caracteriza por uma maior fragilidade do tecido empresarial, pelo aumento do desemprego, pela persistência dos baixos níveis de escolaridade e pela desagregação dos laços familiares, as questões da inclusão social devem constituir o principal desafio para o qual é importante canalizar todos os recursos e esforços de mobilização e de participação. O objetivo é contrariar a ideia da inevitabilidade da pobreza e da exclusão social que ameaçam a realização dos direitos fundamentais dos cidadãos. Mas por força da consolidação orçamental no contexto europeu tem-se assistido a uma maior dificuldade em assegurar a proteção social, o crescimento económico e o emprego tornando mais premente a necessidade de desenvolver esforços para prevenir e erradicar a pobreza e a exclusão social. É nesta perspetiva que a “Estratégia Europa 2020” define uma visão da economia social de mercado assente:

¹⁶ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 2.

I - no conhecimento e na inovação (Crescimento Inteligente);

II - na eficiência do uso dos recursos, mais ecológica e mais competitiva (Crescimento Sustentável);

III - em níveis elevados de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial (Crescimento Inclusivo).

A concretização destas prioridades deve atender às especificidades dos territórios, porque embora a pobreza seja um fenómeno generalizado das sociedades atuais, tem uma variabilidade e abrangência espacial e temporal muito diferenciada.

As intensas transformações do contexto económico e social anularam os progressos graduais do crescimento económico e da criação de emprego e acentuaram a urgência de respostas aos desafios de longo prazo como a globalização, o desemprego, o envelhecimento da população, a reconfiguração dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, entre outros¹⁷.

A multidimensionalidade do fenómeno da pobreza inclui não só a falta de rendimentos e de recursos materiais para viver com dignidade e sem privações que impeçam a satisfação das necessidades básicas, como considera o acesso inadequado a serviços básicos como cuidados de saúde, habitação e educação, e a exclusão do mercado de trabalho e fraca qualidade de trabalho.

Para vários autores não existe pobreza sem exclusão social, porque estes dois fenómenos estão interligados e reforçam-se mutuamente. No entanto, existem formas de exclusão social que não implicam pobreza.

A exclusão social é um conceito mais amplo que induz uma perspetiva holística, pois não se trata apenas de uma questão de ter ou não acesso a determinados recursos, mas do grau desse acesso, o que configura diferentes níveis de exclusão e de vulnerabilidade. Acesso ao mercado de trabalho, aos recursos financeiros, à saúde, à educação, à habitação, à proteção social, à família, à segurança e à participação. A exclusão social remete-nos ainda para a rutura dos laços sociais entre as pessoas e os grupos e que pode conduzir à “desafiliação”.

Segundo o *Referencial de Coesão Social – 2014*, do Instituto da Segurança Social, os principais constrangimentos no domínio da Inclusão Social em Portugal são:

- **Desemprego**, sobretudo o desemprego estrutural dos ativos com baixas qualificações;

¹⁷ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 12.

- **Forte segmentação do mercado de trabalho**, entre um segmento tendencialmente mais qualificado, com melhores condições de empregabilidade e qualidade de emprego e outro menos qualificado, com vínculos laborais muito instáveis e condições remuneratórias mais baixas;

- **Pobreza monetária e a exclusão social**, devido ao desemprego, baixos níveis de escolarização e qualificação da população ativa e reforma do sistema de proteção social pública mais apertada¹⁸.

O referido estudo, sinaliza quatro importantes dimensões críticas da manifestação da pobreza e da exclusão social no nosso país que interessa destacar :

- **dimensão territorial** : a pobreza tende a diminuir à medida que a densidade populacional aumenta. No meio rural a incidência da pobreza é consideravelmente maior do que nas áreas mais urbanizadas, devido ao envelhecimento populacional;
- **polarização etária**: maior incidência da pobreza na população idosa, seguindo-se o grupo das crianças;
- **dimensão familiar**: verifica-se maior vulnerabilidade dos agregados isolados (constituídos por um elemento) e dos agregados familiares de maiores dimensões. Verifica-se ainda que tem aumentado a incidência de famílias clássicas (casal com filhos) com baixa intensidade laboral;
- incidência da pobreza entre os trabalhadores por conta de outrem, o que implica considerar a **relação entre pobreza e o trabalho** e a emergência de problemáticas novas como seja o caso dos trabalhadores pobres.

A exclusão e a inclusão são duas faces de uma mesma realidade relacional contraditória.

Estar excluído é ser um “não cidadão” sem oportunidades para exercer os seus direitos e deveres de cidadania¹⁹.

¹⁸ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 13 a 20.

¹⁹ Capucha, Luís, “Os Desafios da Pobreza”, Edições Celta, Lisboa, 2005, página 79.

Recorrendo de novo ao *Referencial de Coesão Social – 2014*²⁰, o documento apresenta uma proposta de tipificação dos concelhos do País, a partir de um conjunto de indicadores nucleares relacionados com:

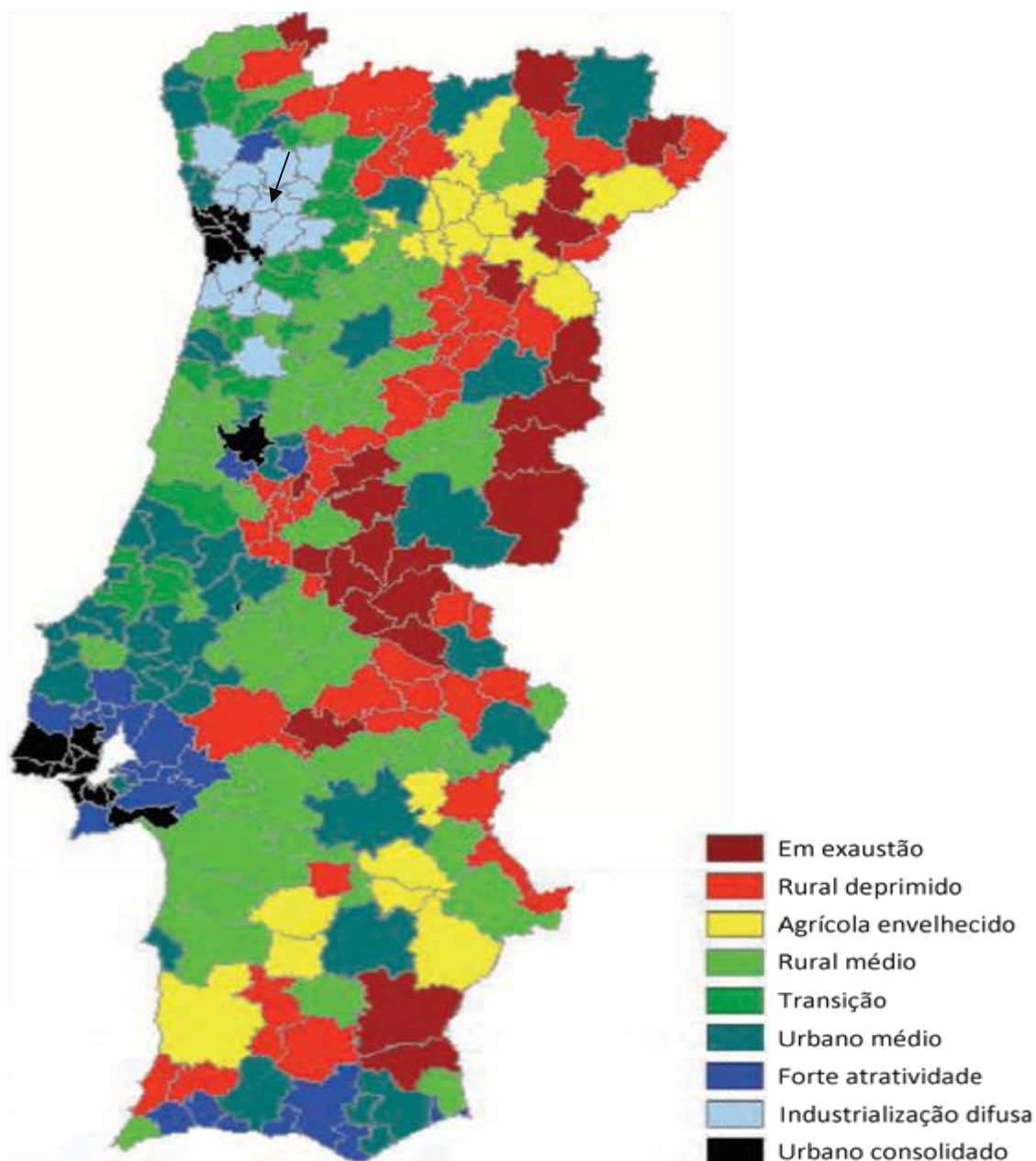
- estrutura etária da população residente;
- estrutura do povoamento;
- perfil das dinâmicas económicas;
- dinamismo demográfico.

Este exercício de tipificação permite obter uma imagem sintética e rigorosa das diferenças territoriais mais marcantes da geografia humana do País.

São identificados nove perfis-tipo do território, enquadrando-se o concelho de Paços de Ferreira no perfil-tipo: *Concelhos de Industrialização Difusa*, que se caracteriza por uma atividade industrial com grande dominância; presença muito fraca do setor terciário, particularmente dos serviços com pendor mais público como ensino, saúde, apoio social e administração pública. A hotelaria é muito reduzida. O setor terciário apresenta uma nítida tendência de crescimento. A população é muito jovem. Este padrão de território corresponde à orla dos concelhos periféricos da Área Metropolitana do Porto: do Minho, Douro Litoral e distrito de Aveiro (mapa e quadro n.º 20).

²⁰ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág nº 34 a 38.

TIPOLOGIA DO TERRITÓRIO



Fonte: *Referencial de Coesão Social* – 2014

Quadro n.º 20 - Matriz de incidência dos indicadores da Tipologia do Território

Tipologia do Território	Concelhos em exaustão	Concelhos rurais deprimidos	Concelhos agrícolas envelhecidos	Concelhos rurais médios	Concelhos de transição	Concelhos urbanos médios	Concelhos com forte atratividade	Concelhos de industrialização difusa	Concelhos urbanos consolidados
Nº de concelhos	23	46	22	64	21	43	20	18	21
Indicadores de base									
Idade <15 anos						+	+++	+++	
Idade 15 24 anos					++		+	+++	
Idade 25 50 anos					+	+	+++	+++	++
Idade 50 64 anos				+					
Idade >64 anos	+++	++	++	+					
Variação da pop. 2001 2011				+		++	+++		++
Variação da pop. 1991 2011					+	+	+++	++	++
Pop. isolada		++							
Pop. em lug. <2000 hab.		++			+				
Pop. em lug. 2000 10000 hab.				++					
Pop. em lug. > 10000 hab.						+			+++
Pop. em lug. > 50000 hab.									++
Sector primário		+	+++	+		+			
Sector secundário		+			++			+++	
Sector terciário	+			+		++	+++		+++
Agricultura		++	+++						
Construção civil		++			+++				
Indústria transformadora					++			+++	
Comércio				+		+++			
Hotelaria							+++		++
Serviços				+		++	+++		+++
Ensino e saúde				+		+++			++
Apoio social	+++	++	++	+					
Administração pública	+++	++	+			+			

Tipologia do Território	Concelhos em exaustão	Concelhos rurais deprimidos	Concelhos agrícolas envelhecidos	Concelhos rurais médios	Concelhos de transição	Concelhos urbanos médios	Concelhos com forte atratividade	Concelhos de industrialização difusa	Concelhos urbanos consolidados
Variação 2001-2011									
Agricultura									
Construção civil					++			+	
Indústria transformadora				+					
Comércio								+	
Hotelaria								+	
Serviços								+++	
Ensino e Saúde							+++	++	
Apoio social	+++								
Administração								+	
Indicadores acessórios									
Idade>64 anos/var.1981 2011	+++	++							
Idade>64 anos/var.2001 2011									
Atracção concelho face a 2005						++	+++		+++

Legenda:

+++	Muitíssimo elevado
++	Muito elevado
+	Elevado
+	Médio
	Baixo
	Muito baixo
	Muitíssimo baixo

Fonte: *Referencial de Coesão Social*

O entendimento de que o fenómeno da pobreza e exclusão social assumem formas complexas, multidimensionais e se manifestam de forma específica de acordo com a idiossincrasia do território, exige que se conheça os problemas sociais com manifestações locais que entravam o desenvolvimento local, cuja análise se apresenta de seguida.

2.1.1. Problemas Identificados

2.1.1.1. Desemprego

Problema social que condiciona fortemente as condições e a qualidade de vida das pessoas. Afeta toda a vida da pessoa desempregada, uma vez que os seus efeitos não se restringem à perda dos rendimentos e do poder de consumo, mas afeta desfavoravelmente toda a sua vida, pela perda de estatuto social, recuo na participação comunitária, perda de rotina diária, impacto na dinâmica familiar, e outras ruturas sociais que despoletam processos e mecanismos inerentes à exclusão social.

Ter trabalho é condição fundamental de integração social e de sucesso²¹.

As intensas transformações do contexto económico e social da última década conduziram ao aumento gradual e progressivo do fenómeno do desemprego por toda a Europa e igualmente em Portugal.

Na análise da especificidade deste fenómeno no concelho de Paços de Ferreira recorreu-se, fundamentalmente, aos dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Para além da comparação territorial, integrou-se também a análise das tendências de evolução do desemprego entre janeiro de 2011 e Janeiro de 2015. Reconhece-se, porém, que existem formas encobertas de desemprego que não são contabilizadas por não se enquadrarem nos critérios estatísticos ou por motivo dos

²¹ “*Nas Margens do Tâmega – Mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*”, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Cadernos REAPN n.º 13, 2008, pág. n.º 17.

desempregados não oficializarem a sua situação de desemprego, por desempenharem, eventualmente, alguma atividade na economia informal, que não é declarada

Importa clarificar que se analisa aqui o desemprego involuntário, que ocorre sempre que a cessação do contrato de trabalho decorra de: a) decisão unilateral da entidade empregadora; b) caducidade do contrato de trabalho não determinado por atribuição de pensão; c) rescisão com justa causa por iniciativa do trabalhador; d) mútuo acordo que se integre em projeto de redução de efetivos, determinada por reestruturação de setores de atividade, por recuperação ou viabilização de empresas ou por outras situações que permitam o recurso ao despedimento coletivo. Considera-se ainda como desemprego involuntário a situação dos reformados por invalidez, que em posterior exame de avaliação da incapacidade por invalidez foram declarados aptos para o trabalho.

De acordo com os Censos de 2011 a taxa de desemprego involuntário no concelho era de 14.3%, praticamente equivalente à percentagem para o Tâmega e Sousa e para a Região Norte que apresentava uma taxa de 14,5% ligeiramente superior à percentagem nacional (13,2%). A situação da recessão económica do país conduziu ao desaparecimento de várias empresas do setor da transformação, como construção civil, mobiliários e outras que se traduziu numa quebra de atividade económica e que contribuiu para o aumento do desemprego, tal como se pode verificar nos quadros que constam deste documento. No entanto, entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015 verificou-se um abrandamento do fenómeno do desemprego na Região Norte (- 89 673) e proporcionalmente no Tâmega e Sousa (-4 849), assim como no concelho de Paços de Ferreira (com menos 1 284 desempregado inscritos do que em 2014). Em Paços de Ferreira, o setor económico mais representativo no emprego, é como já se mencionou, o setor secundário pela grande importância da indústria transformadora do mobiliário neste concelho, razão pela qual é o setor do qual provem a grande maioria dos desempregados inscritos no Centro de Emprego.

Quadro n.º 21 - Evolução do desemprego registado

Evolução do desemprego registado	Janeiro de 2011	Janeiro de 2012	Janeiro de 2013	Janeiro de 2014	Janeiro de 2015	Variação entre 2011 e 2015	Variação entre 2014 e 2015
Norte	238 201	265 677	304 100	296 816	258.153	19 952	-38 663
Tâmega e Sousa	28 360	31 826	37 262	37 059	32 210	3 850	- 4 849
Paços de Ferreira	3 386	4 116	5 196	5 628	4 399	1 013	- 1 284

Fonte: IIEFP – Estatísticas Mensais por Concelho

Analisando a população desempregada segundo o género (quadro n.º 22), verifica-se que o desemprego registado na região é equilibrado, embora com uma maior incidência nas mulheres. O desemprego masculino baixou ligeiramente, embora de forma pouco expressiva. Os homens, sobretudo estes, têm emigrado para o mercado de trabalho no estrangeiro e sem este movimento de saída a dimensão do desemprego seria, provavelmente, maior. O desemprego feminino poderá dever-se à quebra de produção no setor têxtil, predominantemente feminino.

Tendência diferente apresenta o concelho de Paços de Ferreira. Em 2011 o desemprego feminino é ligeiramente superior ao masculino, mas com pouca expressão e nos anos seguintes o desemprego masculino é sempre superior ao desemprego feminino. Em janeiro de 2015 essa diferença atinge os 12,3%, o que é significativo. Tal situação poderá estar relacionada com o dinamismo da indústria têxtil e de outras empresas locais que empregam mão-de-obra feminina. O desemprego masculino deve-se essencialmente à fragilização do tecido produtivo no setor do mobiliário, onde trabalha a grande maioria da mão-de-obra masculina.

No que se refere à duração do desemprego (quadro n.º23) verifica-se uma tendência crescente do desemprego de duração superior a um ano (longa duração) quer na Região Norte, no Tâmega e Sousa e, particularmente, no concelho de Paços de Ferreira cuja percentagem é, em termos gerais, superior a 50% nos cinco anos de análise, exceto em 2012. Ano em que o número de desempregados inscritos com menos de 12 meses foi superior ao número de desempregados inscritos há mais de um ano. Também em 2013 a diferença entre o número de desempregados inscritos há menos de 12 meses e os inscritos há mais de um ano é muito diminuta, o que nos pode levar a inferir que 2012 e 2013 foram anos particularmente difíceis para as empresas do concelho, tendo várias encerrado a sua produção. Com efeito, o emprego/desemprego depende, em grande parte, do andamento da economia e sem crescimento e estabilidade económica não se criam nem melhoram os empregos. Por isso, o aumento do desemprego é revelador das dificuldades sentidas pelas empresas.

Relativamente, aos desempregados à procura do 1.º emprego (quadro n.º 24) verifica-se no concelho uma maior incidência deste fenómeno entre 2011 e 2015 e que se reporta à situação dos jovens. Existem dificuldades para os jovens em encontrar o seu 1.º emprego, mesmo para aqueles que têm qualificação. Em todo o caso, o desemprego jovem caracteriza-se por um baixo nível de qualificação. Na verdade, são ainda poucos os jovens licenciados e a frequentar o ensino

superior, apesar de se verificar um aumento do número de jovens com ensino superior entre janeiro de 2011 e janeiro de 2015 (quadro n.º 28).

Continuando com a caracterização do desemprego, verifica-se que em Paços de Ferreira o mesmo tem maior incidência na população ativa com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos de idade, o que acompanha a dinâmica da Região Norte e Tâmega e Sousa (quadro n.º 25). É igualmente expressiva a taxa de desempregados com idades superiores aos 55 anos na Região Norte, Tâmega e Sousa, acompanhado pelo concelho de Paços de Ferreira. De destacar, no entanto o aumento do desemprego jovem com menos de 25 anos de idade, tendo o concelho registado um aumento de cerca de 3% entre janeiro de 2011 e janeiro de 2015. Tendência transversal à Região do Norte, Tâmega e Sousa, o que requiere uma maior preocupação por parte dos territórios.

No que se refere ao número de desempregados por situação no desemprego, verifica-se que a esmagadora maioria das pessoas procura um novo emprego. Mas há oscilações que importa salientar, desde logo, o aumento gradual do número de pessoas desempregadas à procura do 1.º emprego. São jovens que, na sua maioria, se apresentam ao mercado de trabalho com handicaps ao nível da qualificação e, por isso, com dificuldades em inserir-se nas dinâmicas do mercado de trabalho.

Importa definir medidas e adotar estratégias que contribuam para combater o desemprego, como por exemplo:

1. investir na orientação vocacional dos jovens;
2. investir na qualificação dos jovens e lutar contra o insucesso escolar;
3. melhorar as qualificações da população adulta em idade ativa;
4. apostar na reconversão dos ativos com mais de 55 anos de idade;
5. ir ao encontro das necessidades formativas de cada setor económico e investir na formação especializada. Quer dizer, melhorar a atual rede educativa e formativa e aproximar das reais necessidades do mercado;
6. estimular o empreendedorismo e a capacidade de iniciativa e inovação;
7. estimular e apoiar a atividade empresarial;

8. investir nas medidas de apoio à contratação;
9. valorizar os recursos endógenos e investir na consolidação de uma marca de referência para o território do Tâmega e Sousa, como forma de aumentar a atratividade do território para as empresas e para as pessoas;
10. apostar nas redes do território que são relevantes na resolução dos problemas locais e na capacidade de provocar a mudança.

Quadro n.º 22 - Evolução do desemprego registado por GÉNERO

Evolução do desemprego registado por género	Janeiro de 2011			Janeiro de 2012			Janeiro de 2013			Janeiro de 2014			Janeiro de 2015		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Norte	48,5	53,5	238 201	48,2	51,8	265 677	49,7	50,3	304 100	49,0	51,0	296 816	48,8	51,4	258.153
Tâmega e Sousa	39,6	60,4	28 360	44,9	47,8	31 826	49,4	50,6	37 262	48,0	52,0	37 059	48,1	51,9	32 210
Paços de Ferreira	49,9	50,0	3 386	54,5	45,4	4 116	57,0	42,9	5 196	54,6	45,3	5 628	56,4	44,1	4 399

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por Concelho

Quadro n.º 23 - Evolução do desemprego registado por DURAÇÃO DO DESEMPREGO

Evolução do desemprego	Janeiro de 2011			Janeiro de 2012			Janeiro de 2013			Janeiro de 2014			Janeiro de 2015		
	« de 1 ano	1 ano e mais	Total	« de 1 ano	1 ano e mais	Total	« de 1 ano	1 ano e mais	Total	« de 1 ano	1 ano e mais	Total	« de 1 ano	1 ano e mais	Total
Norte	57,9	42,1	238 201	62,6	37,4	265 677	52,3	47,7	304 100	48,0	52,0	296 816	50,7	45,2	258 153
Tâmega e Sousa	46,1	49, 6	28 360	50,2	49,8	31 826	51,6	48,4	37 262	46,9	53,1	37 059	42,7	53,9	32 210
Paços de Ferreira	43,2	56,8	3 386	52,8	47,6	4 116	49,9	50,1	5 196	44,4	55,6	5 628	38,1	61,9	4 399

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por Concelho

Quadro n.º 24 - Evolução do desemprego registado por SITUAÇÃO NO DESEMPREGO

	Janeiro de 2011			Janeiro de 2012			Janeiro de 2013			Janeiro de 2014			Janeiro de 2015		
Evolução do desemprego	1.º Emprego	Novo Emprego	Total	1.º Emprego	Novo Emprego	Total	1.º Emprego	Novo Emprego	Total	1.º Emprego	Novo Emprego	Total	1.º Emprego	Novo Emprego	Total
Norte	7,5	92,5	238 201	8,4	91,6	265 677	9,5	90,5	304 100	11,6	88,4	296 816	11,9	88,1	258.153
Tâmega e Sousa	8,2	91,8	28 360	9,8	90,2	31 826	11,2	88,8	37 262	13,5	86,5	37 059	12,4	87,6	32 210
Paços de Ferreira	5,0	95,0	3 386	6,0	94,0	4 116	7,1	93,0	5 196	9,2	91,0	5 628	10,0	90,0	4 399

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por Concelho

Quadro n.º 25 - Evolução do desemprego registado por IDADE

	Janeiro de 2011					Janeiro de 2012					Janeiro de 2013					Janeiro de 2014					Janeiro de 2015				
Evolução do desemprego	« de 25 anos	25 - 34 anos	35- 54 anos	+ de 55 anos	Total	« de 25 anos	25 - 34 anos	35- 54 anos	+ de 55 anos	Total	« de 25 anos	25 - 34 anos	35- 54 anos	+ de 55 anos	Total	« de 25 anos	25 - 34 anos	35- 54 anos	+ de 55 anos	Total	« de 25 anos	25 - 34 anos	35- 54 anos	+ de 55 anos	Total
Norte	11,7	20,8	47,6	19,9	238 201	12,3	21,1	47,3	19,3	265 677	13,2	22,2	47,2	18,3	304 100	13,9	20,0	46,3	19,8	296 816	13,3	18,5	45,6	22,6	258.153
Tâmega e Sousa	13,9	17,3	49,3	19,5	28 360	14,3	19,3	46,6	19,8	31 826	13,6	21,7	44,9	19,8	37 262	15,6	18,9	46,2	19,3	37 059	13,9	19,6	46,6	19,9	32 210
Paços de Ferreira	10,7	17,7	49,1	22,4	3 386	11,9	17,7	49,7	21,1	4 116	12,9	18,0	49,3	19,7	5 196	14,5	16,1	49,5	20,0	5 628	13,1	14,7	46,4	25,8	4 399

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por Concelho

O *Referencial de Coesão Social – 2014*²², integra o concelho de Paços de Ferreira no grupo dos concelhos cujo fator de exclusão social mais dominante é o DESEMPREGO.

Este grupo de concelhos corresponde a uma boa parte da sub-região do Tâmega e Sousa, cuja Tipologia do Território se define por “**Concelhos de Industrialização Difusa**” e abrange Paços de Ferreira, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Marco de Canaveses, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa, V.N. de Famalicão e Vizela.

Nos concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa podemos verificar no quadro infra que os desempregados de longa duração e os grupos mais vulneráveis como os jovens e as famílias com filhos em que ambos os membros do casal estão desempregados assumem um lugar inquietante, nesta que é uma das regiões mais jovens do país.

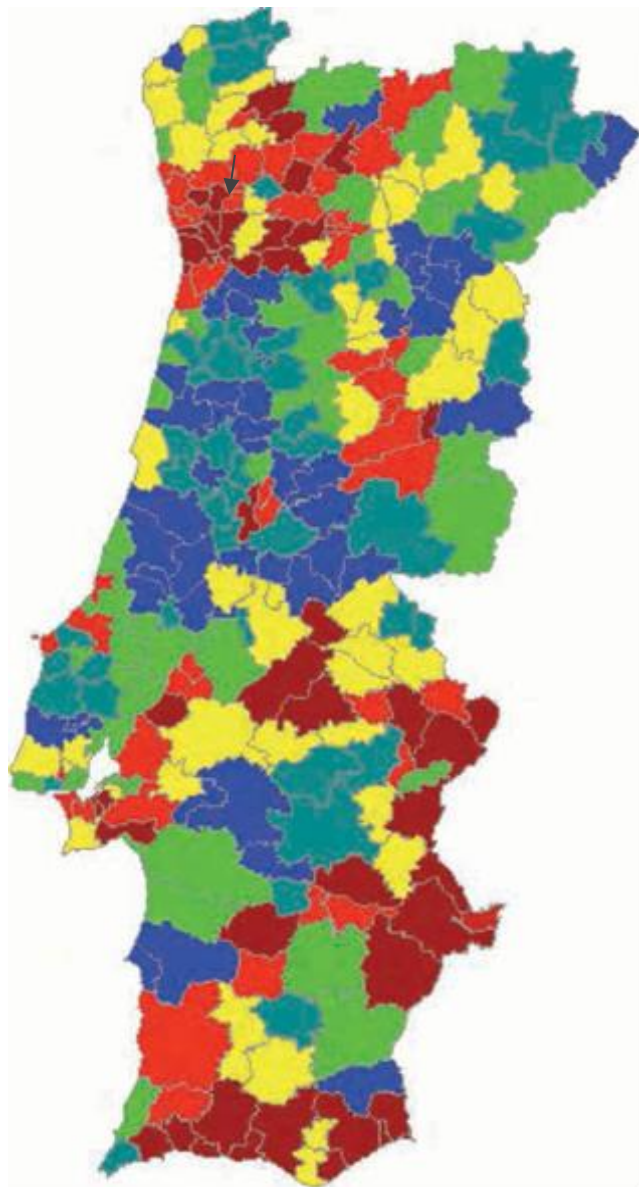
Quadro n.º 26 – Indicadores relacionados com o desemprego				
Concelhos da CIM T&S	% Desempregados de longa duração (2013)	% Pop. 15-24 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária (2011)	%Pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária (2011)	% Pessoas em famílias em que a maioria dos ativos está desempregada
Amarante	51,3	23,5	13,2	5,9
Baião	54,9	28,2	18,5	7,6
Castelo de Paiva	59,0	24,0	18,8	6,8
C. de Bastos	50,0	28,2	15,0	6,5
Cinfães	51,4	31,0	19,1	9,3
Felgueiras	48,9	13,3	13,7	3,9
Lousada	50,6	18,0	16,0	5,2
M. de Canaveses	48,2	25,8	16,2	7,0
Paços de Ferreira	53,7	20,8	17,9	6,4
Penafiel	49,4	20,8	11,9	5,0
Resende	57,1	25,8	10,7	5,0

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

²²*Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 45, 94 a 97.

O mapa seguinte representa a distribuição concelhia da Taxa de Desemprego, correspondente ao peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

**DISTRIBUIÇÃO CONCELHIA
DA TAXA DE DESEMPREGO**



1 2 3 4 5 6

Escala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

2.1.1.2. Baixos Níveis de Qualificação da População Ativa

O atual paradigma de produção das economias avançadas alicerça-se no conhecimento e na informação, facto que tem enormes implicações no mercado de trabalho. Desde logo, e a mais evidente, é a tendência para aumentar a procura de mão-de-obra versátil e qualificada e diminuir a procura de trabalhadores menos qualificados. De tal modo que a distinção entre “qualificado” e “desqualificado” vai perder sentido, num mundo em que os trabalhadores têm de estar preparados para lidar com uma multiplicidade de exigências laborais. E embora o tecido empresarial continue a absorver trabalhadores desqualificados, há uma tendência clara para as entidades empregadoras serem mais exigentes na procura de mão-de-obra qualificada. Daqui decorre um dos impactos da sociedade do conhecimento: o aumento exacerbado dos riscos de exclusão social dos grupos sociais menos qualificados. Quem está nestas condições enfrenta desemprego de longa duração, salários estagnados e/ou maiores dificuldades para encontrar emprego²⁴.

O modelo de desenvolvimento económico que se pautou por uma lógica intensiva de produção e de forte capacidade de criação de emprego desqualificado, que funcionou neste concelho e restantes da sub-região do Tâmega e Sousa, favoreceu entradas precoces e desqualificadas no mercado de trabalho. A atual crise económica e financeira tem ditado o esboroar deste modelo de desenvolvimento, por se revelar insuficiente para responder aos novos desafios do mercado de trabalho, no qual o conhecimento e a inovação são “motores” para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, o crescimento económico.

A aposta na qualificação da população ativa é uma prioridade, por persistirem debilidades a este nível que urge ultrapassar e por se reconhecer que o investimento na qualificação da população ativa cria oportunidades de liberdade e escolha que permite às pessoas adquirirem um determinado padrão de vida mais favorável ao seu desenvolvimento e realização pessoal.

²⁴ Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck e Martin Rhodes, “O Futuro da Europa Social – Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia”, edições Celta, Lisboa, 2000, páginas 14-19.

A noção de qualificação remete-nos para a formação certificada ou nível de escolarização obtido ou ainda certificação atribuída através de processo de validação e reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida, que determina as competências das pessoas em idade ativa para responder às exigências do mercado de trabalho.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) define como população em idade ativa a população residente entre os 15 e os 64 anos de idade. No entanto, o recente aumento da escolaridade obrigatória para os 12 anos implica que os jovens permaneçam na escola para além dos 15 anos de idade, por forma a concluírem o ensino secundário.

Os indicadores mais recentes referentes à qualificação da população ativa (quadro n.º 28) a residir no concelho de Paços de Ferreira, por comparação à sub-região do Tâmega e Sousa e ao norte do país, entre janeiro de 2012 e janeiro de 2015, revelam melhorias, mantendo-se, porém, uma situação desfavorável. Com efeito, em janeiro de 2015, 44% da população ativa do concelho não completou nenhum nível de ensino ou completou apenas o primeiro nível de ensino básico. No Tâmega e Sousa, 42% da população com 15 ou mais anos de idade não foi além do 1.º ciclo de ensino básico, quando a média no norte do país era de 32%. Regista-se também uma evolução positiva na frequência do ensino superior quer em Paços de Ferreira, quer na sub-região do Tâmega e Sousa assim como no norte do país. Se se efetuar uma análise comparativa entre os níveis de escolarização da população ativa do concelho de Paços de Ferreira com a população ativa a residir na sub-região do Tâmega e Sousa, no Norte do País e em Portugal (quadros n.º 29 e 30), verifica-se, genericamente, que não existem diferenças substanciais entre a qualificação da população a residir no concelho e aquela que reside no Tâmega e Sousa. Mas o mesmo já não se pode afirmar se se comparar a qualificação da população de Paços de Ferreira com as percentagens que o Norte do país e Portugal apresentam, ficando o concelho muito abaixo dos valores percentuais que aqueles evidenciam. Na verdade, apenas 9,6% da população do concelho completou os estudos pós-secundários ou superiores, quando a percentagem nacional é de 19,2% e no norte é de 16,8%. Verifica-se que à medida que o nível de escolaridade aumenta maior é a diferença percentual apresentando Paços de Ferreira valores inferiores à média registada para a Região Norte e território nacional. Se se considerar apenas os três níveis de escolaridade básica, constata-se que os valores percentuais registados para o concelho

de Paços de Ferreira são superiores àqueles que o Norte e o país apresentam. Estes dados estatísticos confirmam a posição desfavorável do concelho no que respeita às qualificações da população ativa, vulnerabilidade que atinge toda a sub-região do Tâmega e Sousa, que apresenta igualmente um défice em matéria de educação e formação, quando comparado com o país e a Região Norte, ainda que se verifique diferenças entre os concelhos.

De destacar, que os baixos níveis de qualificação estão diretamente associados à desqualificação laboral da população ativa. Quer dizer, as baixas competências escolares estão relacionadas com o desempenho de profissões pouco exigentes ao nível das qualificações. Como se pode verificar no quadro infra, o concelho de Paços de Ferreira, concentra elevados índices de desqualificação do trabalho, na medida em que mais de 50% da população empregada são trabalhadores desqualificados. A sub-região do Tâmega e Sousa apresenta igualmente uma situação desfavorável, ainda que um pouco melhor que o concelho de Paços de Ferreira. Constata-se que a incidência desta vulnerabilidade na região Norte e Portugal é menor.

O concelho de Paços de Ferreira concentra, segundo o *Referencial de Coesão Social – 2014*²⁵, um dos mais baixos índices de habilitações escolares da sub-região do Tâmega e Sousa, o que representa uma situação de grande fragilidade. É certo que os adultos ativos se tornaram mais empregáveis pela aquisição de competências e oportunidade para as desempenhar, preparando-se melhor para responder aos desafios e exigências do mercado de trabalho. Por isso, se insiste na ideia que investir na formação e na educação, continua a ser a “porta de entrada” mais certa e segura para responder com competência aos desafios do mercado de trabalho. Propugna-se que o modelo de formação deverá ser mais flexível às necessidades das pessoas, das empresas e dos contextos de vida, de forma a capacitar as pessoas para a MUDANÇA e, assim, contribuir para a mudança do território, nomeadamente no que respeita à inovação e ao aumento da empregabilidade.

²⁵*Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 46 e 47.

Quadro n.º 27 – N.º de Pessoas com Profissões Desqualificadas

N.º de pessoas com profissões desqualificadas	Paços de Ferreira			Tâmega			Norte			Portugal		
C.N.P. - Classificação Nacional das Profissões:	7 C.N.P	8 C.N.P	9 C.N.P	7 C.N.P	8 C.N.P	9 C.N.P	7 C.N.P	8 C.N.P	9 C.N.P	7 C.N.P	8 C.N.P	9 C.N.P
Grupo 7 – Operários, Artífices e trabalhadores similares	10 084	1 815	3 352	71 744	22 227	29 878	311 955	112 962	195 462	685 808	265 593	573 062
Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem	61,2%			56,3%			41,3%			34,9%		
Grupo 9 – Trabalhadores não qualificado												

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/ INE

Quadro n.º 28 - Evolução do desemprego registado por NÍVEL DE HABILITAÇÕES

	Janeiro de 2012						Janeiro de 2013						Janeiro de 2014						Janeiro de 2015					
Evolução do desemprego	=/« ao 1.º ceb	2.º ceb	3.º ceb	Sec.	Sup.	Total	=/« ao 1.º ceb	2.º ceb	3.º ceb	Sec.	Sup.	Total	=/« ao 1.º ceb	2.º ceb	3.º ceb	Sec.	Sup.	Total	=/« ao 1.º ceb	2.º ceb	3.º ceb	Sec.	Sup.	Total
Norte	33,2	18,4	20,3	18,7	9,4	265 677	30,2	17,5	19,8	20,7	11,8	304 100	29,8	15,5	16,9	19,0	19,1	296 816	31,5	16,8	18,8	21,1	12,5	258.153
Tâmega e Sousa	44,2	22,5	16,2	12,7	4,4	31 826	43,9	21,7	15,8	13,7	4,9	37 262	43,4	23,1	15,3	11,8	6,4	37 059	41,3	22,2	13,6	14,3	8,7	32 210
Paços de Ferreira	50,5	20,5	14,1	10,4	4,7	4 116	46,0	22,0	14,0	12,1	6,0	5 196	44,5	21,0	14,7	13,2	6,9	5 628	43,7	21,4	13,8	14,5	7,1	4 399

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por Concelho

Quadro n.º 29 - Nível de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município Censos 2011

	Nenhum nível de escolaridade (%)	Ensino básico - 1º ciclo (%)	Ensino básico - 2º ciclo (%)	Ensino básico - 3º ciclo (%)	Ensino secundário (%)	Ensino pós-secundário e Superior (%)
Portugal	6.0	30.1	9.5	15.6	19.7	19.2
Norte	5.7	32.7	11.6	15.4	17.7	16.8
Tâmega e Sousa	6.9	37.5	14.5	16.2	15.3	9.6
Amarante	7.9	38.2	10.5	14.8	16.1	12.6
Baião	10.7	42.8	1.6	14.7	13.0	7.1
Castelo de Paiva	6.0	32.9	20.8	17.0	14.8	8.5
Celorico de Bastos	11.0	37.1	13.0	15.2	14.6	9.1
Cinfães	10.2	42.1	15.8	12.6	12.6	6.6
Felgueiras	5.6	37.5	14.0	7.0	6.2	9.7
Lousada	5.7	35.7	16.2	18.4	15.2	8.9
M. de Canaveses	6.3	37.2	15.4	16.3	15.4	9.4
Paços de Ferreira	4.5	37.5	17.8	16.3	14.7	9.2
Penafiel	5.9	35.7	14.2	17.1	16.7	10.4
Resende	14.8	41.1	9.8	12.9	13.2	8.2

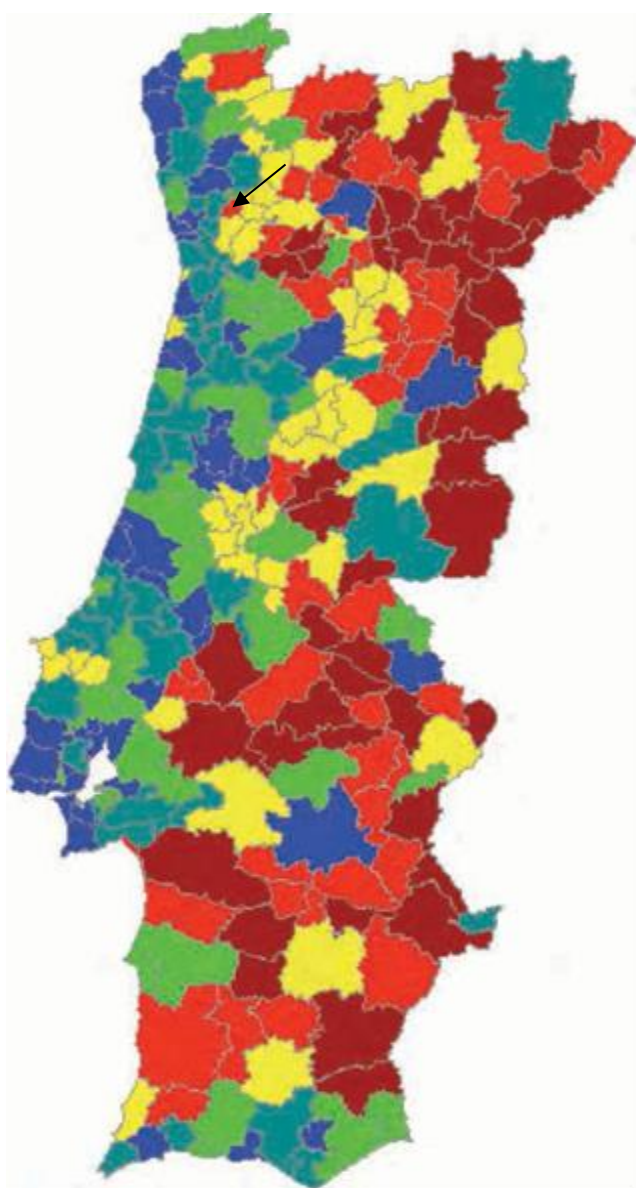
Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/ INE

Quadro n.º 30- Total dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por municípios, segundo o nível de escolaridade
Censos 2011

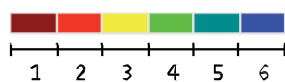
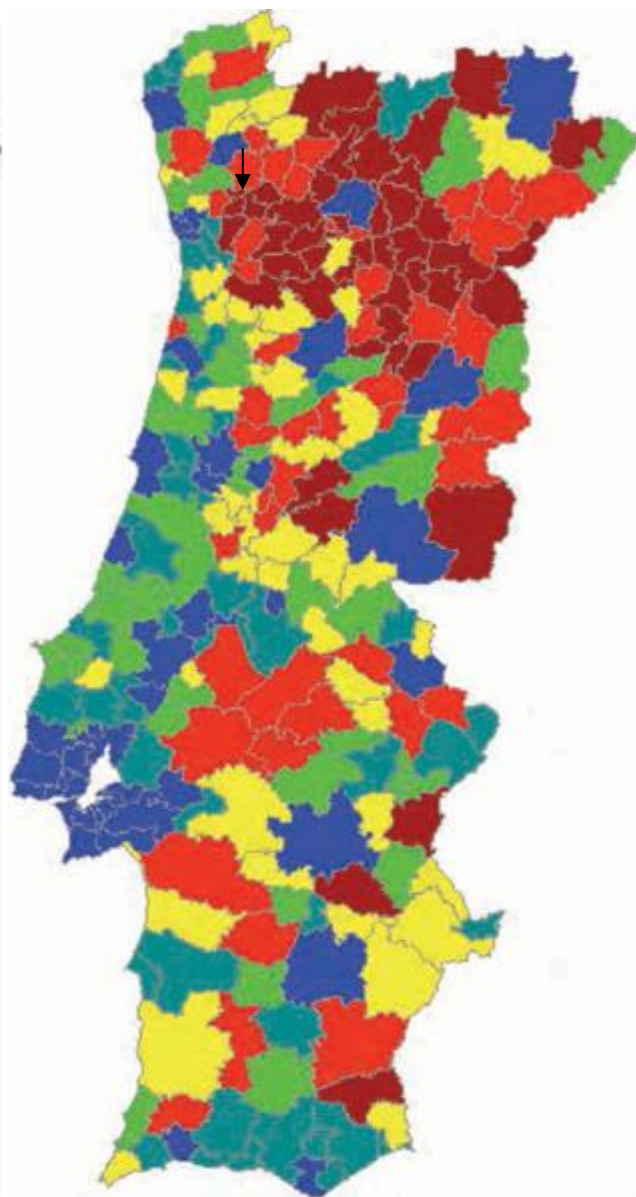
	Total	Inferior ao Ensino Básico - 1.º ciclo	Ensino básico - 1º ciclo	Ensino básico - 2º ciclo	Ensino básico - 3º ciclo	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Continente	2 038 54	15 357	307 960	343 995	511 890	496 831	43 862	290 727	19 364	3 789
% no total do continente	100,0	0,8	15,1	16,9	25,2	24,4	2,2	14,3	1,0	0,2
Norte	724 493	4 958	124 085	158 937	180 699	151 918	12 900	82 738	5 465	1 650
% no total do Norte	100,0	0,7	17,1	21,9	24,9	21,0	1,8	11,4	0,8	0,2
Tâmega	91 553	821	20 922	28 144	21 814	13 295	900	5 073	371	119
% no total do Tâmega	100,0	0,9	22,9	30,7	23,8	14,5	1,0	5,5	0,4	0,1
Amarante	8 598	76	2 300	1 956	1 971	1 459	94	665	45	7
Baião	1 875	31	571	401	435	257	32	134	...	...
Cabeceiras de Bastos	1 776	6	269	478	552	317	19	130	3	0
Castelo de Paiva	2 298	6	343	833	613	320	17	152	12	0
Celorico de Bastos	1 670	11	365	417	470	285	28	82	10	0
Cinfães	1 157	4	236	371	295	190	...	41	9	...
Felgueiras	16 258	88	4 498	5 445	3 576	1 998	84	523	29	9
Lousada	8 582	41	1 861	3 036	2 353	887	61	319	17	3
M. de Canaveses	8 356	142	1 988	2 845	1 753	1 111	82	392	27	4
Mondim de Bastos	755	5	217	195	196	111	3	25	3	0
Paços de Ferreira	13 195	73	2 604	4 751	3 107	1 939	118	546	44	3
% no total do Concelho	100	0,5	19,7	35,6	27,2	15,7	0,8	0,8	0,3	0,02
Paredes	13 234	137	2 864	3 913	2 994	2 074	138	923	94	78
Penafiel	12 404	184	2 511	3 226	3 151	2 050	205	1 002	60	9
Resende	759	7	169	134	185	169	6	85	4	0
Ribeira de Pena	636	10	126	143	163	128	...	54	...	...

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/ INE

BAIXOS NÍVEIS DE HABILITAÇÕES ESCOLARES



DESQUALIFICAÇÃO DO TRABALHO



Escala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

2.1.1.3. População em Risco de Pobreza e Exclusão Social

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagra que: *“Qualquer pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde, o seu bem-estar e da sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários; tem direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e nos outros casos em que a perda dos seus meios de subsistência se deve a circunstâncias independentes da sua vontade”*.

Trata-se de um desafio à sociedade e aos governos para criarem mais justiça e solidariedade.

Vivemos numa sociedade caracterizada por uma economia de mercado associada a um certo nível de proteção social pública, quer do ponto de vista dos cidadãos abrangidos, quer do ponto de vista das eventualidades cobertas.

Os bens e serviços que as pessoas precisam, ou desejam, são adquiridos no mercado ou garantidos pelo Estado, dentro de certos limites que variam de sociedade para sociedade. O acesso aos bens de primeira necessidade, como por exemplo os produtos alimentares, depende dos rendimentos que as pessoas dispõem. E se os recursos não existem ou são insuficientes, as pessoas enfrentam situações adversas de vida que atingem o ser humano no seu todo, nos sentimentos e afetos, no exercício da sua inteligência e vontade, nos hábitos e comportamentos, na incerteza do dia seguinte, na relação com os outros, no exercício da cidadania. Saber em que medida é que cada uma dessas dimensões afeta a pessoa em situação de pobreza depende de fatores como as características pessoais, o tipo de carências e o tempo de permanência na privação. A pobreza resulta não só das necessidades materiais, mas também de elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual, que em conjunto geram uma condição existencial que afeta os mais diversos aspetos da vida e da personalidade²⁶.

Existem diferentes abordagens sobre a noção de pobreza. Uma que atribui maior importância aos fatores individuais e outra que se foca mais nos fatores socioeconómicos, e tende a considerar a pobreza como um problema estrutural da sociedade assente no capitalismo económico. Não obstante as diferentes perspetivas, a análise da pobreza conflui sempre numa visão do posicionamento dos indivíduos por relação a um padrão de necessidades básicas, sejam elas

²⁶ Costa, Alfredo Bruto da, et al., “Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo”, Coleção Trajectos Portugueses, Edições Gradiva, Lisboa, 2008, página 22.

materiais ou imateriais, necessidades relacionadas com oportunidades de vida semelhantes à da maioria dos cidadãos.

Apresentamos alguns indicadores económicos e sociais que permitem conhecer melhor a condição de vida das famílias e pessoas isoladas a residir no concelho de Paços de Ferreira. De salientar que os indicadores selecionados não traduzem a complexidade da dinâmica e económica social do concelho, apenas indiciam o nível de vida das famílias a residir em Paços de Ferreira.

ANÁLISE DOS INDICADORES

2.1.1.3.1. Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem

Concelhos da CIM Tâmega e Sousa	Quadro n.º 31- Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o género 2011											
	Total			Primário (CAE: A)			Secundário (CAE: B - F)			Terciário (CAE: G - U)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	1 084,6	1 196,2	946,7	810,4	866,7	688,3	997,4	1 76,18	822,4	1 135,7	1 295,5	988,3
Norte	949,1	1 037,2	836,5	816,3	889,6	647,7	871,6	953,6	723,5	1 014,8	1 130,7	903,2
Tâmega	753,1	800,0	690,4	615,4	636,6	577,0	705,2	758,6	618,6	838,9	895,7	784,6
Amarante	833,7	872,8	757,5	602,6	620,4	546,1	802,9	837,5	661,1	880,3	964,4	807,5
Baião	766,9	802,9	712,7	775,1	858,6	566,6	713,0	739,7	601,0	826,5	954,0	754,0
Cabeceiras de Basto	712,5	735,2	684,7	604,2	606,0	595,6	608,3	652,5	542,3	789,0	812,2	765,5
Castelo de Paiva	732,6	802,9	656,1	596,0	606,7	534,1	713,8	792,1	616,5	784,7	856,8	731,5
Celorico de Basto	733,1	781,7	652,0	585,6	583,6	...	667,4	686,8	619,7	797,4	905,9	670,9
Cinfães	710,8	732,3	668,2	659,7	712,4	501,4	707,5	710,0	676,6	714,8	776,5	668,7
Felgueiras	701,9	762,5	637,1	575,6	582,3	562,9	668,6	730,8	602,2	815,9	874,8	753,8
Lousada	688,8	750,4	627,2	622,9	637,5	591,3	655,4	723,4	590,2	780,9	823,1	734,7
Paços de Ferreira	705,9	747,2	657,7	539,6	594,3	485,0	654,8	688,9	613,4	803,4	864,8	737,1
Penafiel	823,1	885,9	752,6	611,3	624,4	481,0	764,3	850,9	640,2	903,2	952,9	863,4
Resende	752,9	753,1	752,7	577,9	581,7	...	687,7	680,4	727,9	799,9	874,9	757,6

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2012/ INE

Segundo o INE entre 2009 e 2011, verificou-se um aumento do ganho médio mensal de 47,50€ no concelho de Paços de Ferreira, uma vez que o valor do ganho médio era de 658,40€ em 2009 e em 2011 passou para 705,90€, aumento que se registou igualmente na Região Norte e no país:

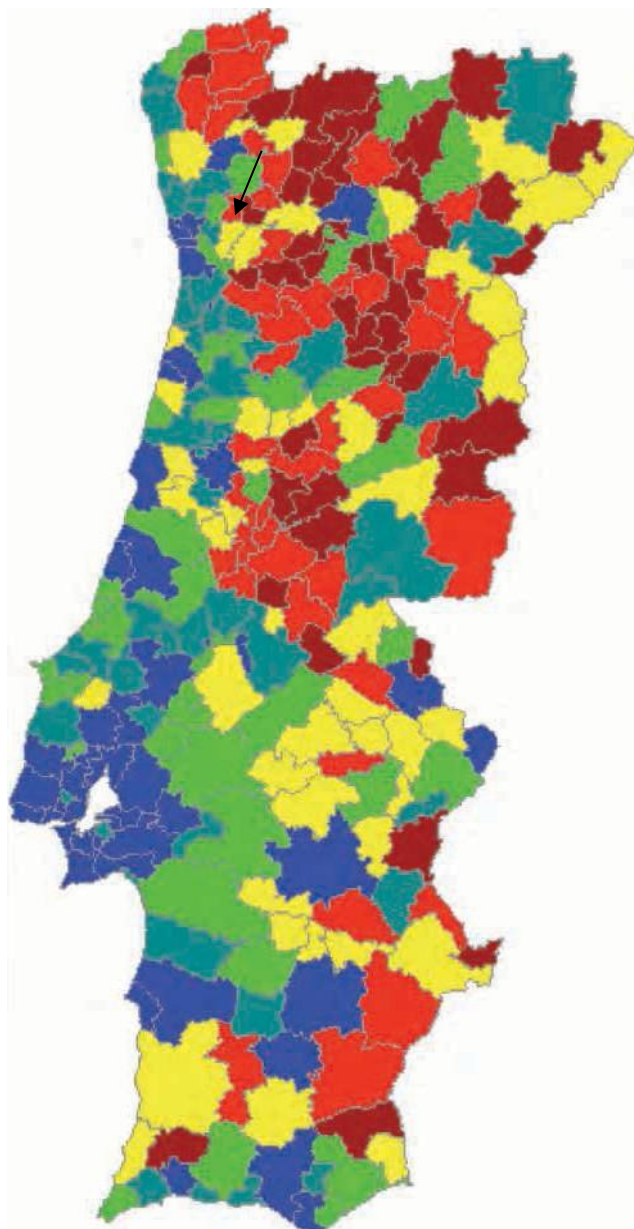
2009 - Norte: 901,40€; Portugal: 1 034,20€

2011 - Norte - 949,10€; Portugal - 1 084,60€

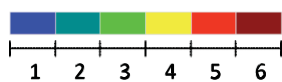
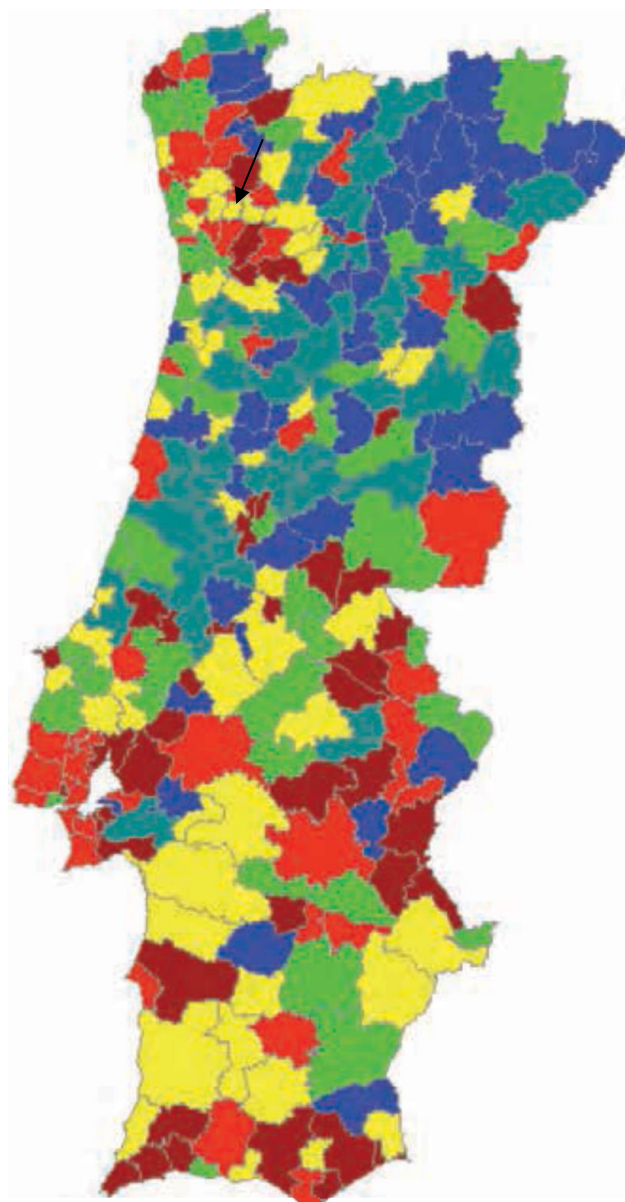
Em 2011, os dados disponíveis sobre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem mostram que em nenhum concelho da sub-região do Tâmega e Sousa o salário auferido se aproxima do valor médio de 949 registado na Região Norte, nem dos 1 085 euros do país. Os concelhos de Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras apresentam os valores mais baixos e nos restantes concelhos do Tâmega o ganho médio ronda os 730€ a 760€ mensais. As condições económicas da população aqui residente são, portanto, em média, inferiores às de outras zonas do país.

Embora prevaleça a situação das famílias com baixos rendimentos, estas beneficiam de prestações e apoios sociais que são uma “almofada” ao atenuar o impacto dos baixos rendimentos familiares.

RENDIMENTO



DECRÉSCIMO DO RENDIMENTO



Escala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

2.1. Índice do Poder de Compra

Quadro n.º 32 – Índice do Poder de Compra – 2011	
Unidade: €	
	Índice do poder de compra
Portugal	100
Norte	89,22
Amarante	69,09
Baião	52,63
Castelo de Paiva	58,90
Celorico de Bastos	49,83
Cinfães	49,87
Felgueiras	73,63
Lousada	64,55
M. de Canaveses	70,52
Paços de Ferreira	71,62
Penafiel	69,56
Resende	54,67

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, 2014

O índice do poder de compra é outro indicador importante sobre o nível de vida da população. Este indicador não se centra apenas nos rendimentos provenientes do trabalho por conta de outrem, mas traduz o poder de compra da população em termos *per capita*. Trata-se de um indicador composto que permite comparar o nível do poder de compra entre os diferentes concelhos, tomando por base o valor indicativo de 100 como média nacional. No Tâmega, o índice do poder de compra varia entre o valor mínimo de 50% registado em Cinfães e Celorico de Basto e cerca de 74% registado em Felgueiras. O concelho de Paços de Ferreira regista em 2011 um índice de poder de compra *per capita* dos mais elevados no contexto do Tâmega, cerca de 72%²⁷. Tendência que já se verificou em 2001, ano em que o concelho apresentava um índice de poder de compra superior ao que registado no Tâmega (Paços de Ferreira – 65,3% e o Tâmega – 53,21%). Estes dados não espelham de todo os baixos salários praticados no concelho, que condicionam o poder de compra das famílias e o seu nível de vida, o que poderá revelar que as famílias do concelho dispõem de outras fontes de rendimentos para complementar os seus baixos salários ou o valor dos vencimentos auferidos não são declarados na totalidade.

²⁷ Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, maio de 2014, pág. 56 e 57.

2.1.1.3.3. Principal Meio de Vida

Quadro n.º 33 - População residente com 15 e mais anos de idade por principal meio de vida - 2011											
Local de residência	HM Total										
	Principal meio de vida										
	Total	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	Rendimento Social de Inserção	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	Rendimento da propriedade ou da empresa	Apoio social	A cargo da família	Outro
Portugal	8 989 849	4 335 856	2 459 338	299 147	18 986	105 911	51 207	40 733	39 622	1 382 836	256 213
Norte	3 132 449	1 482 564	813 281	126 875	8 018	50 201	18 751	13 496	15 254	512 882	91 127
Tâmega	455 560	215 977	99 630	17 664	1 645	7 359	3 222	1 588	2 699	91 286	14 490
PAÇOS DE FERREIRA	46 020	24 561	7 964	2 277	123	825	317	186	270	8 198	1 299
Arreigada	1 628	741	293	100	3	73	11	3	9	350	45
Carvalhosa	3 717	2 022	589	192	10	59	30	18	24	665	108
Codessos	800	472	127	55	1	7	6	3	1	103	25
Eiriz	1 830	1 068	291	72	9	19	17	2	11	299	42
Ferreira	3 505	1 872	538	140	12	73	25	13	35	717	80
Figueiró	2 014	1 149	325	108	7	32	11	3	12	326	41
Frazão	3 524	1 777	722	170	3	55	27	17	20	650	83
Freamunde	6 424	3 398	1 195	324	23	121	38	24	38	1 103	160
Lamoso	1 281	709	246	84	3	24	8	2	4	174	27
Sanfins de Ferreira	2 500	1 328	447	139	17	50	18	14	15	397	75
Seroa	3 188	1 598	478	123	6	39	12	14	11	652	255

Fonte: Censos 2011/INE

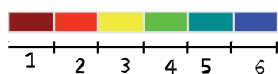
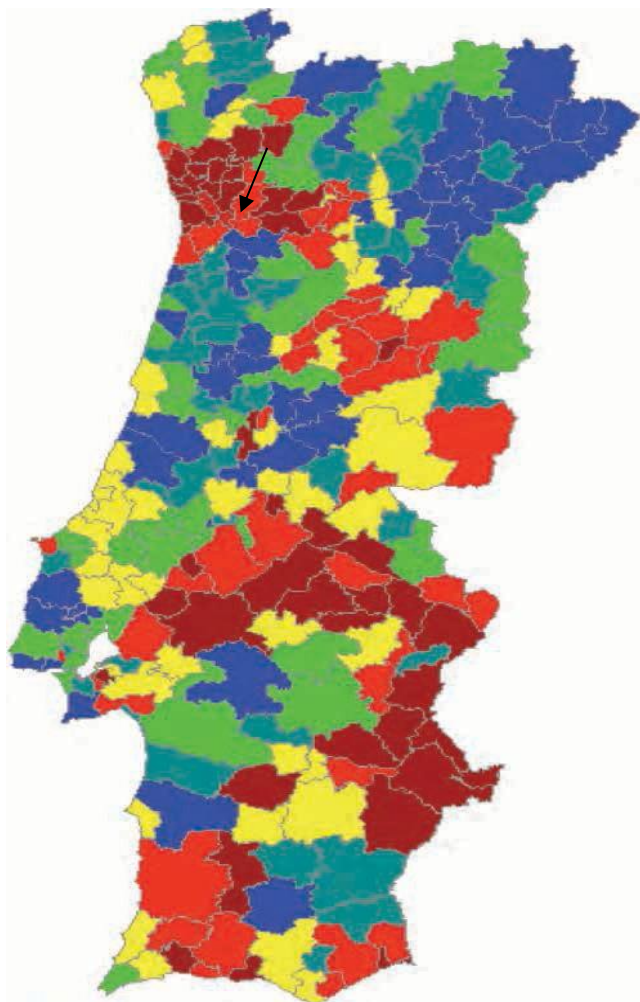
Em 2011, o principal meio de vida da população residente no concelho de Paços de Ferreira com 15 ou mais anos é o trabalho, uma vez que 53% da população auferia de rendimentos provenientes do exercício de atividade profissional. Verifica-se igualmente que 18% da população com 15 ou mais anos de idade está a cargo da família e sem rendimentos próprios, revelador do peso que recai sobre o núcleo familiar. Constata-se ainda que 17,3% da população beneficiava de pensão ou reforma, com tendência para aumentar por força do envelhecimento da população e 8,3% da população residente no concelho vivia exclusivamente de subsídios e outros apoios sociais, como o RSI – Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego e outros.

Situação que num contexto de contração do Estado-Providência e das medidas de política social, pelo afunilamento dos critérios de atribuição dos apoios sociais e pela redução dos valores atribuídos, aumenta seriamente o risco de pobreza das pessoas em situação de exclusão do mercado de trabalho. A Região Norte e o país segue tendencialmente este padrão, em que apenas metade do total da população residente com 15 ou mais anos sobrevive com rendimentos do trabalho.

Se compararmos com os Censos de 2001, verifica-se que 68,3% da população residente em Paços de Ferreira com 15 ou mais anos de idade tinha o trabalho como principal meio de vida. Apenas, 2,5% da população sobrevivia com apoios e subsídios sociais e 12,3% da população beneficiava de pensão/reforma. Desta análise é possível aferir que no período decenal entre 2001 e 2011 a situação económica da população residente no concelho degradou-se e o modo de vida mais

dominante passou a ser a RESTRIÇÃO, porque as famílias perderam capacidade económica de garantir a sua auto-suficiência e restringiram o seu modo de vida ao indispensável.

DEPENDÊNCIA DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS



Escala de 6 quantis:

1 - maior incidência

6 - menor incidência

O nível de dependência de prestações sociais constitui um dado importante para o diagnóstico das situações de maior fragilidade face ao risco de pobreza e exclusão social.

Trata-se de um indicador compósito que reúne cinco indicadores-chave que expressam o peso da população cujo principal meio de vida assenta em transferências sociais do Estado, como o subsídio de desemprego, o Rendimento Social de Inserção, as reformas, outros subsídios e apoios sociais.

Verifica-se que o Norte Litoral (Área Metropolitana do Porto e concelhos vizinhos) apresenta grande incidência da dependência de prestações sociais e confirma-se a mesma tendência para o concelho de Paços de Ferreira que detêm uma forte incidência de famílias a sobreviver com escassos rendimentos e a depender financeiramente dos apoios sociais²⁸.

²⁸ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, Pag n.º 50 a 51.

2.1.1.3.4. Agregados familiares que integram Pessoas em Idade Ativa a Trabalhar ou em Situação de Desemprego

Se se considerar o número total de famílias residentes no concelho de Paços de Ferreira (17 908) e a sua dimensão por número de pessoas em idade ativa com atividade económica e número de pessoas desempregadas por família (quadro n.º34) constata-se que 57% das famílias são constituídas por 3 a 4 elementos (10 227). Deste universo, mais de metade das famílias integram dois elementos em idade ativa, induzindo trata-se de núcleo familiar constituído pelo casal e um ou dois filhos menores. Do total das famílias com dois elementos em idade ativa, verifica-se que em 79,8% das famílias ambos têm atividade económica e em 17,6% das famílias apenas um dos elementos ativos está desempregado. Em 2,6% das famílias, os dois elementos em idade ativa estão desempregados.

Da análise ao número de famílias que integram pessoas desempregadas por situação perante o emprego (quadro n.º 35), confirma-se que a esmagadora maioria dos desempregados do concelho está à procura de novo emprego. Pessoas desempregadas que procuram uma nova reintegração profissional por força da extinção do seu posto de trabalho, devido ao encerramento ou reestruturação de muitas das empresas locais. Este desemprego tem maior expressão junto da população com mais de 40 anos de idade e com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional. O problema dos desempregados é que o seu capital social não é valorizado²⁹ pelas estruturas económicas e, consequentemente, terão mais dificuldade em integrar o mercado de trabalho.

²⁹ Capucha, Luís, “Os Desafios da Pobreza”, Edições Celta, Lisboa, 2005, página 87.

Quadro n.º 34 – N.º de Famílias clássicas, segundo a sua dimensão e por n.º de pessoas com atividade económica ou desempregadas - Censos 2011											
N.º de pessoas com atividade económica e n.º de pessoas desempregadas	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas)										Pessoas nas famílias
	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7	Com 8	Com 9 ou +	
PAÇOS DE FERREIRA	17 908	1 653	4 148	5 608	4 619	1 349	390	97	23	21	55 398
Nenhuma pessoa ativa	3 115	1 029	1 719	263	65	21	11	4	2	1	5 741
1 Pessoa ativa	4 191	624	1 266	1 326	715	185	55	16	2	2	11 396
Empregada	3 487	504	1 016	1 123	626	157	45	14	0	2	9 581
Desempregada	704	120	250	203	89	28	10	2	2	0	1815
2 Pessoas ativas	8 021	0	1 163	3 401	2 706	604	122	21	4	0	27 284
Ambas empregadas	6 293	0	883	2 703	2 171	432	87	14	3	0	21 363
Apenas 1 desempregada	1 484	0	225	611	464	147	31	5	1	0	5 103
Ambas desempregadas	244	0	55	87	71	25	4	2	0	0	818
3 Pessoas ativas	2 006	0	0	618	907	345	103	22	5	6	8 076
Todas empregadas	1 188	0	0	346	551	215	58	11	2	5	4 806
Com 1 desempregada	626	0	0	199	292	88	36	8	2	1	2 502
Com 2 desempregadas	163	0	0	61	59	34	7	2	0	0	645
Todas desempregadas	29	0	0	12	5	8	2	1	1	0	123
4 Pessoas ativas	501	0	0	0	226	171	75	23	4	2	2 421
Todas empregadas	248	0	0	0	109	85	40	9	4	1	1 205
Com 1 desempregada	169	0	0	0	79	56	23	11	0	0	811
Com 2 desempregadas	61	0	0	0	26	23	9	2	0	1	297
Com 3 desempregadas	16	0	0	0	8	6	2	0	0	0	74
Todas desempregadas	7	0	0	0	4	1	1	1	0	0	34
5 ou mais pessoas ativas	74	0	0	0	0	23	24	11	6	10	480
Todas empregadas	32	0	0	0	0	10	11	4	2	5	206
Com 1 desempregada	23	0	0	0	0	8	7	4	3	1	143
Com 2 desempregadas	14	0	0	0	0	3	5	2	1	3	98
Com 3 desempregadas	3	0	0	0	0	2	0	1	0	0	17
Com 4 desempregadas	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	16
Com 5 ou mais desempregadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Censos 2011/INE

Quadro n.º 35 - N.º de Famílias clássicas segundo o número de desempregados e a situação perante o desemprego

Concelho de Paços de Ferreira

N.º DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS

- 1 pessoa do sexo masculino com idade entre os 15 e 24 anos
- 1 pessoa do sexo masculino com idade entre os 25 e 64 anos
- 1 pessoa do sexo masculino com 65 anos ou +
- 1 pessoa do sexo feminino com idade entre os 15 e 24 anos
- 1 pessoa do sexo feminino com idade entre os 25 e 64 anos
- 1 pessoa do sexo feminino com 65 anos ou +
- 1 pessoa do sexo masculino com 15 ou + anos, com 1 ou + pessoas de idade inferior a 15 anos
- 1 pessoa do sexo feminino com 15 ou + anos, com 1 ou + pessoas de idade inferior a 15 anos
- 2 pessoas ambas com idade entre os 15 e 24 anos
- 2 pessoas ambas com idade entre os 25 e 64 anos
- 2 pessoas, 1 com idade entre 15 e 24 anos e outra de 25 a 64 anos
- 2 pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 ou + anos
- 2 pessoas, ambas com 15 ou + anos, com outras de idade inferior a 15 anos
- 3 ou + pessoas de idade com 15 anos ou + anos
- Outros casos

Famílias segundo o número de desempregados

Só com desempregados à procura do 1º emprego		Só com desempregados à procura de novo emprego	
1 desempregado	2 ou +desempregados	1 desempregado	2 ou +desempregados
521	35	4 485	1 636
0	0	3	0
6	0	49	0
0	0	0	0
0	0	5	0
7	0	50	0
0	0	0	0
1	0	2	0
7	0	50	0
1	1	6	1
31	1	289	41
16	0	37	4
2	0	54	90
60	4	1 579	247
390	29	2 361	1 253
0	0	0	0

Fonte: Censos 2011/INE

Ao nível da proteção social da pessoa em situação de desemprego, constata-se que o subsídio de desemprego tem aumentado por força da subida do fenómeno do desemprego. No entanto, pelos dados disponíveis verifica-se que o grupo dos desempregados a residir no concelho sem proteção tem crescido, confirmando-se a RESTRIÇÃO como modo de vida mais comum das famílias, particularmente daquelas que integram elementos desempregados, dado que a escassez de rendimentos determina as formas de consumo. A estratégia de vida é a sobrevivência quotidiana.

O desemprego sem proteção reflete o emprego a prazo. Tendência que geralmente acompanha a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Pode também prender-se com o facto das pessoas em situação de desemprego terem esgotado o período de concessão tanto do subsídio de desemprego como do subsídio social de desemprego. O subsídio social de desemprego é atribuído a quem não tem direito ao subsídio de desemprego ou que já esgotou o seu prazo de concessão.

Esta realidade dá indícios da estrutura do mercado de trabalho. Se o desemprego começou a afetar cada vez mais trabalhadores sem direito a subsídio de desemprego ou subsídio de desemprego social é porque parte considerável do mercado de trabalho não possui os necessários períodos de descontos para a Segurança Social. Seja porque se torna cada vez mais difícil encontrar empregos com prazos prolongados de descontos e os contratos a prazo não permitem aceder ao subsidio, ou porque não existe qualquer tipo de contrato, como é o caso dos “falsos recibos verdes”.

BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

CONCELHO	2012	2001
PAÇOS DE FERREIRA	2 695	473

BENEFICIÁRIOS DP SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM % DA POPULAÇÃO

CONCELHO	2012	2001
PAÇOS DE FERREIRA	5,7	1,1

Fonte: EAPN – rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, Núcleo Distrital do Porto

2.1.1.3.5. Rendimento Social de Inserção

Medida transversal que reforça a proteção social das pessoas em grave situação de perda de rendimentos. Distingue-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão, ao procurar capacitar as pessoas para desenvolver as suas competências no acesso aos recursos mínimos, através da contratualização de contrapartidas de ativação.

Os dados recolhidos sobre o concelho, permite-nos constatar uma tendência progressivamente decrescente do número de requerimentos deferidos do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Freguesia Residência	Quadro n.º 36 - N.º de Famílias Ativas, com requerimento deferido não cessado e não suspenso								
	Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (1ºS)	2015 (1ºS)	Dez/2015
Total		1740	1766	1406	1142	963	831	641	674
ARREIGADA		2							
CARVALHOSA		137	136	112	93	78	72	54	73
EIRIZ		55	49	42	24	17	14	10	12
FERREIRA		124	129	104	92	92	74	57	51
FIGUEIRÓ		59	66	45	33	19	18	18	16
FRAZÃO		5	5	6	4	2			
FRAZÃO ARREIGADA		259	249	202	177	154	137	99	94
FREAMUNDE		223	229	197	148	127	115	97	86
LAMOSO		1	1						
MEIXOMIL		96	97	82	74	60	48	39	45
MODELOS		2	2	2	1				
PAÇOS DE FERREIRA		304	330	264	226	200	174	140	149
PENAMAIOR		133	137	94	85	66	58	37	44
RAIMONDA		76	69	56	40	29	26	20	27
SANFINS DE FERREIRA		4	3	1					
SANFINS LAMOSO CODESSOS		147	158	122	99	79	59	44	41
SEROA		113	106	77	46	40	36	26	36

Fonte: SESS/Segurança Social

A pesquisa é realizada por agregação (de acordo com a Lei n.º 11-A/2013, 28 de janeiro de 2013), mas no ano de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 repete as freguesias do agrupamento desde que tenham n.º para se possa distinguir. Desta forma, o total anual resulta do somatório de freguesia a freguesia, sabendo que no caso de agregação de freguesias devem ser somados os números correspondentes às freguesias dessa união (ex. agregação de freguesias de Frazão e Arreigada 2009=5+259; 2010=5+249; 2011=6+202; 2012= 4+177; 2013=2+154 em 214 os números já estão agregados.

A alteração dos critérios de atribuição do RSI em 2010 (Dec. Lei n.º 70/2010, 16 de junho) limitou o acesso de muitas famílias a esta medida de proteção social. Apesar das famílias viverem em situação de privação económica pela agudização da sua situação financeira, verifica-se que o número de agregados familiares que beneficiaram do RSI, nos últimos cinco anos, diminuiu. Por outro lado, as famílias que beneficiam desta prestação social enfrentam sérias dificuldades económicas para assegurar a sua subsistência, devido à diminuição significativa do montante da prestação. Há ainda o caso de famílias com elementos integrados no mercado de trabalho que continuam a beneficiar da prestação do RSI, por causa dos baixos salários que usufruem. O facto das despesas com a saúde e habitação terem deixado de ser consideradas para efeitos de cálculo da prestação de RSI penalizou fortemente as famílias, particularmente aquelas onde estas despesas representam um encargo muito significativo face aos rendimentos disponíveis. De igual modo, o fim dos Apoios Complementares aos quais as famílias beneficiárias desta prestação podiam recorrer limitou o acesso aos direitos sociais.

Em março de 2016, entrou em vigor a reposição dos valores do RSI que visa “reintroduzir, de forma gradual e consistente, níveis de cobertura adequados, reforçando assim a eficácia do RSI, enquanto medida de redução da pobreza, em especial nas suas formas mais extremas” (Dec. Lei n.º 1/2016, 6 de janeiro). Esta alteração traduziu-se num aumento da percentagem do montante a atribuir por cada indivíduo maior de idade de 50% para 70% do valor de referência do RSI, e por cada indivíduo menor de idade de 30% para 50% do valor de referência desta prestação social. Foi igualmente atualizado o valor de referência do RSI para 180,99 €.

Em todo o caso, assiste-se a um enfraquecimento dos direitos sociais e um aumento das desigualdades. As políticas sociais públicas são olhadas como instrumentos reprodutores de dependência e de estigmatização, nas quais se deve investir o menos possível. Com efeito, constrangimentos de ordem financeira (aumento do deficit) e ideológica (mercantilização dos domínios de Ação social) tendem a sufocar as políticas sociais públicas. O próprio discurso político sustenta que os direitos sociais dependem das disponibilidades financeiras do Estado. E num contexto de recessão económica aceita-se que se “corte” nos direitos sociais, limitando-os às situações de desemprego, de doença, de velhice e pouco mais, o que representa uma quebra do bem-estar social adquirido. O que está em causa, para Boaventura Sousa Santos³⁰ é o conflito entre dois modelos de proteção social. De um lado, o modelo neoliberal que defende uma redução drástica da

³⁰ Hespanha, Pedro, “Mal-Estar e Risco Social Num Mundo Globalizado”, in Boaventura de Sousa Santos, et al., “Globalização: Fatalidade ou Utopia”, Coleção - A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização/1, Edições Afrontamento, 3ª edição, Junho, 2005, página 192.

proteção social do Estado, e do outro, o modelo social europeu fortemente comprometido com uma proteção social ampla e universalista, baseada em direitos de cidadania.

2.1.1.3.6. Apoios Económicos Atribuídos no Âmbito da Ação Social: Segurança Social e Câmara Municipal

As necessidades e os riscos sociais estão a alterar-se e é necessário reconfigurar os sistemas de proteção social de modo a prevenir e a reparar as situações de pobreza e exclusão social persistentes e novas, de modo mais justo e adequado³¹.

SEGURANÇA SOCIAL

Quadro n.º 37 – MONTANTE ANUAL DOS APOIOS ATRIBUÍDOS PELA SEGURANÇA SOCIAL NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL			
CONCELHO	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
PAÇOS DE FERREIRA	118,654€	87,491€	86,621€

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/ASGB)

A diminuição do montante anual dos apoios económicos atribuídos pela segurança social no âmbito da ação social poderá estar relacionada com a alteração dos critérios de atribuição dos apoios sociais, sem correspondência na melhoria das condições económicas das famílias pacenses, por quanto o nível de desemprego é elevado, em especial no ano de 2014, em que o número de pessoas desempregadas é o mais elevado nos anos em análise (ver quadro n.º 21). De notar ainda que em 2014 o montante dos apoios económicos atribuídos pelo Município de Paços de Ferreira foi o mais elevado nos anos civis de 2012 até ao 1.º semestre de 2015.

Nos quadros seguintes, as rubricas com maior número de apoios económicos atribuídos corresponde à habitação, transportes, saúde e outros apoios económicos, verificando-se um ligeiro aumento entre 2012 e 2013, que se traduz num aumento dos valores movimentados. A rubrica – *Outros Apoios Económicos* tem maior significado em Paços de Ferreira. Em 2012 os apoios atribuídos às pessoas com o HIV assumem maior relevância no distrito do Porto e em 2013 e 2014 a atribuição de apoios económicos a pessoas candidatas a asilo e a refugiados, é o problema mais periclitante.

³¹ Ferrera, Maurizio, et al., “O Futuro da Europa Social – Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia”, Edições Celta, 2000, páginas 83-109.

Quadro n.º 38 - APOIOS ATRIBUIDOS PELA SEGURANÇA SOCIAL NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL, POR RÚBRICA

	Ano	NUMERÁRIO								OUTRAS					LARES COM FINS LUCRATIVOS		PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO, AJUDAS TÉCNICAS		
		Ação Social/Segurança Social - frequência de equipamentos	Educação	Formação Profissional	Emprego	Transportes	Saúde	Habitação	Outros apoios económicos	Ação Social/Segurança Social - frequência de equipamentos	Saúde	Habitação	Transportes	Outros apoios económicos	Ação Social/Segurança Social - frequência de equipamentos	Outros apoios económicos	Saúde	Outros apoios económicos	TOTAL
2012	Total dos apoios	34	12	3	7	168	1 969	3 717	5 009	38	604	1 255	36	593	1 150	699	942	26	16 262€
	PFR	1	1	--	--	2	70	9	142	3	4	--	---	1	--	--	34	---	267€
2013	Total dos apoios	31	13	5	7	326	2 243	4 462	6 891	28	464	1 119	18	423	23	1 315	915	6	20 335€
	PFR	--	--	--	--	2	64	6	192	--	5	--	--	1	--	2	37	--	315€
2014 15	Total dos apoios	7	11	5	4	272	1 311	2 525	3 708	18	265	546	10	249	164	235	189	--	1
	PFR	--	1	--	--	3	21	3	88	--	2	--	--	--	--	1	1	--	1

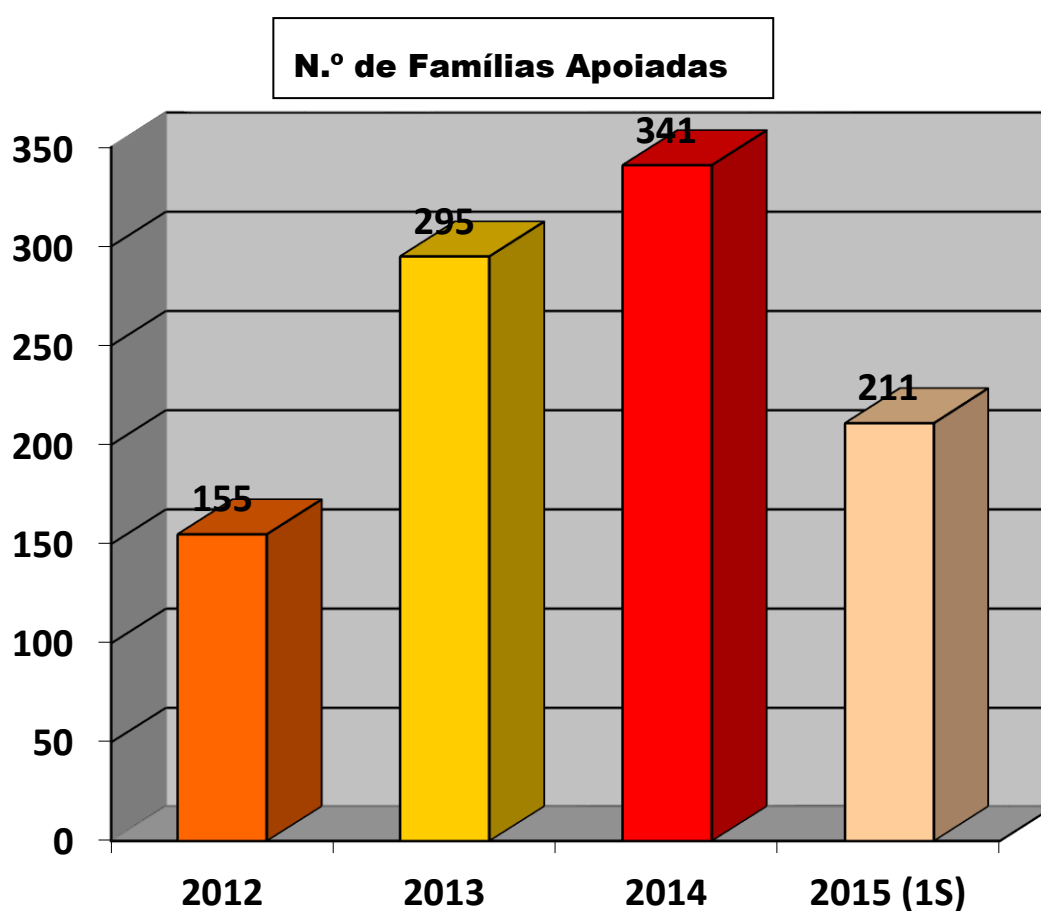
Fonte: SESS/Segurança Social

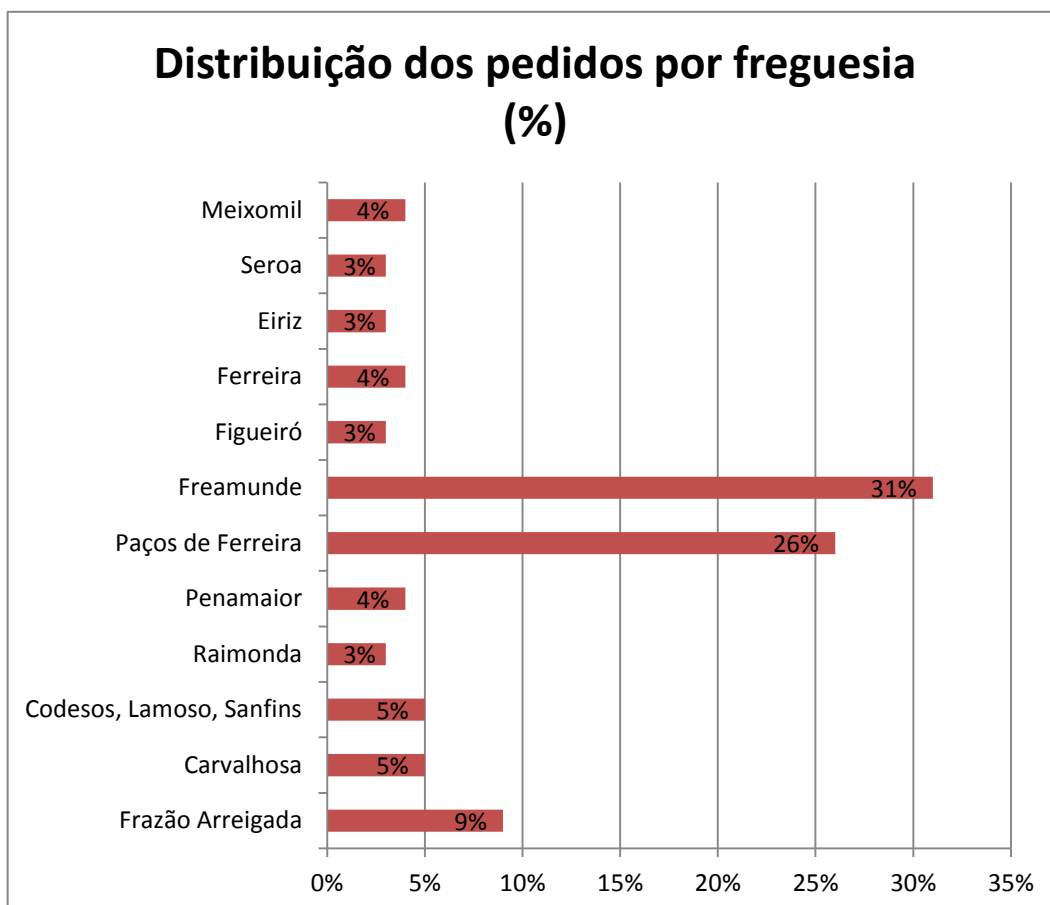
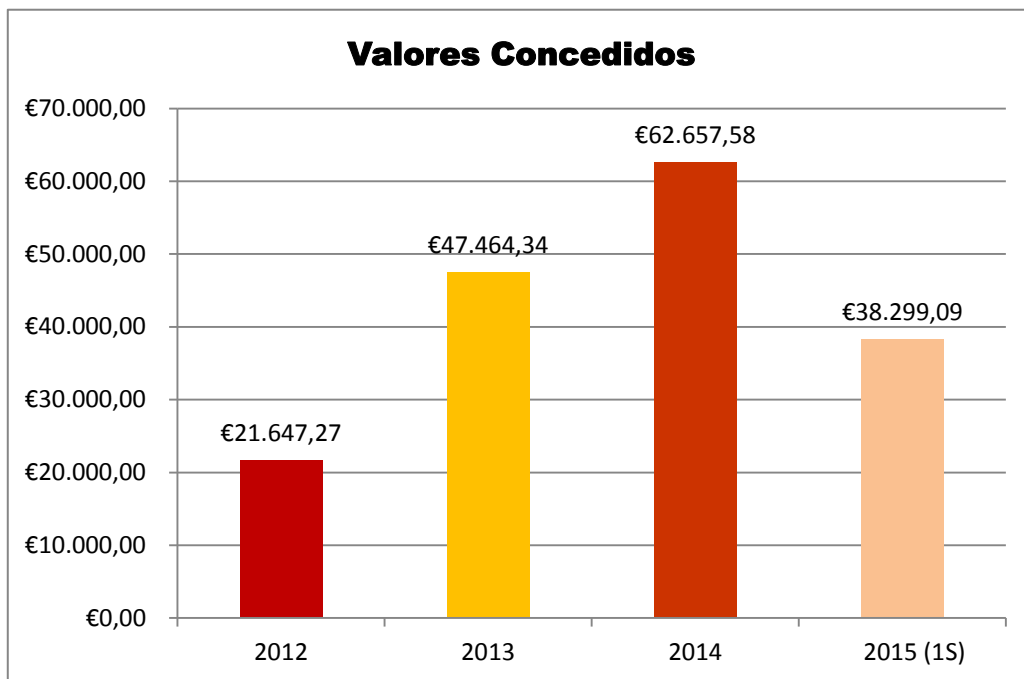
	APOIOS ATRIBUIDOS PELA SEGURANÇA SOCIAL NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL, POR RÚBRICA																					
	Ano	Subsídios eventuais a pessoas com SIDA										Ações de Apoio a candidatos a ASILO			Ações de Apoio a REFUGIADOS			Comunidades Terapêuticas para Crianças e Jovens Com Plano de Promoção e Proteção				
		Ação Social/Segurança Social - frequência de equipamentos		Saúde		Habitação		Transportes		Outros apoios económicos		Transportes	Saúde	Outros apoios	Habitação	Saúde	Outros apoios económicos	Outros apoios económicos	Transportes	Educação	Saúde	TOTAL
	N.º de apoios	Valor do movimento	N.º de apoios	Valor do movimento	N.º de apoios	Valor do movimento	N.º de apoios	Valor do movimento	N.º de apoios	Valor do movimento	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	N.º de apoios	
2012	Total dos apoios	3	190€	269	24 978€	1 256	134.194€	19	---	405	51 722€	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	211.084€
	PFR	--	--	--	--	--	--	--	--	1	200€	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	200€
2013	Total dos apoios	1	--	245	--	1 034	--	39	--	539	--	7	1	--	--	--	--	87	2	1	97	;
	PFR	--	--	--	--	--	--	2	--	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	;
2014 1S	Total dos apoios	1	--	81	--	414	--	19	--	290	--	--	--	1	7	10	1	3	--	--	61	;
	PFR	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	1	;

Fonte: SESS/Segurança Social

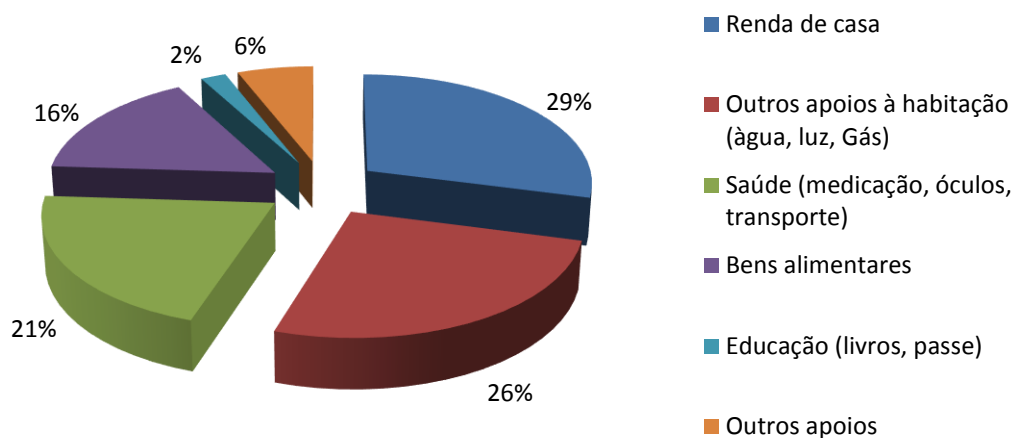
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

Outro indicador relevante a considerar no problema em análise são os apoios económicos atribuídos pela Câmara Municipal, no âmbito do **Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Sociais e Económicos “Capital Solidária”**, especificamente aqueles que dizem respeito à medida de emergência social. Verifica-se um aumento dos apoios económicos atribuídos pela autarquia às famílias residentes no concelho em situação de carência económica, ao longo dos anos em análise.





Tipo de Apoio Atribuído



2.1.1.3.7. Cantina Social

Quadro n.º 39 - N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS PELA CANTINA SOCIAL			
	Santa da Misericórdia de Paços de Ferreira	Centro Social e Paroquial de Freamunde	Centro Social e Paroquial de Arreigada
N.º de refeições diárias protocoladas	80	100	100
2012	41	-	-
2013	57	-	-
2014	80	100	100
2015	80	100	100

Fonte: Instituições identificadas

Resposta social implementada pela Segurança Social no âmbito do Plano de Emergência Alimentar que fornece refeições diárias à população carenciada.

Pelos dados obtidos podemos afirmar que o número de refeições diárias protocoladas entre as Instituições identificadas e a Segurança Social estão a ser servidas às

peçoas que se enquadram nos critérios de atribuição desta resposta social, não existindo vagas, de momento. Em todo o caso, verificam-se pequenas oscilações sem relevância estatística. Pela sua centralidade geográfica, a Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira apresenta maior dificuldade em responder a todos os pedidos, existindo lista de espera para integração nesta resposta social.

Segundo informação das instituições com Cantina Social, o Protocolo de Colaboração foi recentemente alterado, tendo sido reduzido para menos uma refeição diária o número de refeições inicialmente protocolado.

2.1.1.3.8. Programa de Ajuda Alimentar

Quadro n.º 40 - N.º DE FAMILIAS ABRANGIDAS PELO PROGRAMA DE AJUDA ALIMENTAR - Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC)-			
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE FRAZÃO	ASSOCIAÇÃO PAÇOS 2000	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RAIMONDA
2012	121	80	
2013	110	137	
2014	182	167	
2015	88	146	45

Fonte: Instituições identificadas

Quadro n.º 41 - N.º DE FAMILIAS ABRANGIDAS PELO PROGRAMA DE AJUDA ALIMENTAR - BANCO ALIMENTAR

	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE FRAZÃO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FREAMUNDE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RAIMONDA
2012	121	média de 50 famílias/mês	35
2013	110	média de 50 famílias/mês	42
2014	182	média de 50 famílias/mês	47
2015	172		45

Fonte: Instituições identificadas

A diminuição do número de famílias apoiadas no âmbito do FEAC deve-se à redução do número de candidaturas/processos familiares aprovados para beneficiar deste apoio e não ao decréscimo de pedidos por parte das famílias. As instituições que disponibilizam esta resposta são unânimes em afirmar que, nos anos em análise, as solicitações das famílias para receber cabaz de bens alimentares aumentaram, assim como a diversidade dos produtos a distribuir é também maior.

2.1.1.3.9. Pensionistas e Valor Médio Anual das Pensões

Quanto ao risco de pobreza dos idosos a residirem em Paços de Ferreira, os dados recolhidos referem-se apenas aos pensionistas e permitem apurar que estes representam 15,1% da população do concelho³² e 97% dos pensionistas enquadra-se no regime contributivo, beneficiando a maioria deles de pensões de velhice e de sobrevivência. A constatação empírica da realidade permite-nos aferir que se tratam, na sua generalidade, de pensões com valores mínimos, o que condiciona inevitavelmente o modo de vida dos pensionistas e o cerceia a um nível de **RESTRIÇÃO** permanente.

Quadro n.º 42 - N.º Pensionistas da Segurança Social por tipo de pensão e por género								
Local de residência	2010							
	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.
Paços de Ferreira	625	616	2 925	2 681	477	2 041	4 027	5 338
Total	1 241		5 606		2 518		9 365	

Local de residência	2011							
	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.
Paços de Ferreira	625	625	3 096	2 826	485	2 098	4 206	5 549
Total	1 250		5 922		2 583		9 755	

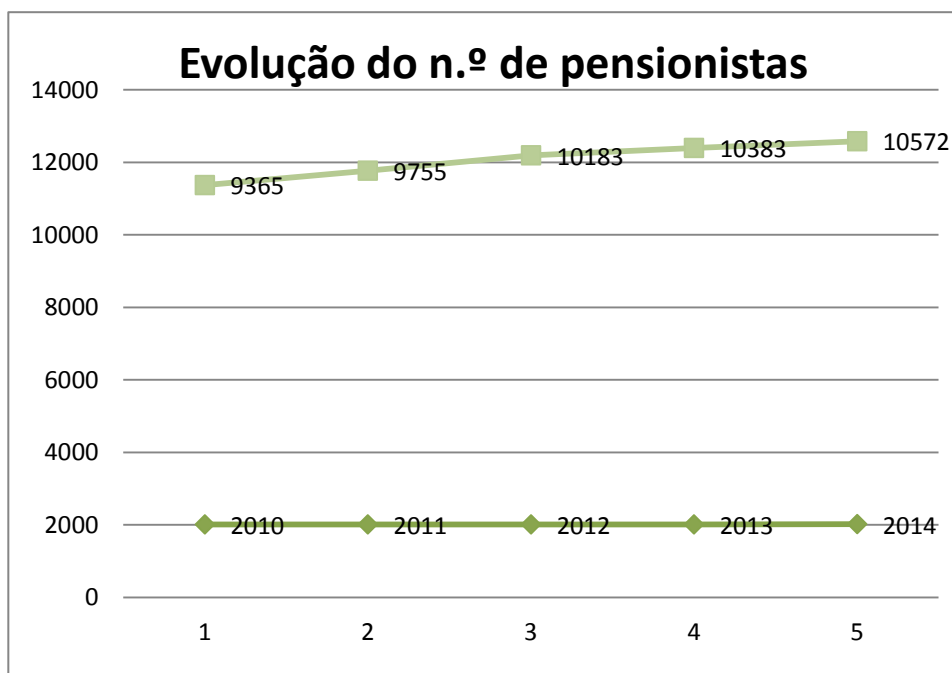
Local de residência	2012							
	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.
Paços de Ferreira	654	643	3 300	2 927	510	2 149	4 464	5 719
Total	1 297		6 227		2 659		10 183	

³² N.º total da população residente – 55 985; n.º total de pensionistas – 8 462; taxa de crescimento dos pensionistas entre 2006/2007 – 4,1%. Dados do Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Local de residência	2013							
	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.
Paços de Ferreira	646	639	3 416	3 027	502	2 153	4 564	5 819
Total	1 285		6 443		2 655		10 383	

Local de residência	2014							
	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.
Paços de Ferreira	647	609	3 500	3 069	531	2 216	4 678	5 894
Total	1 256		6 569		2 747		10 572	

Fonte: Centro Nacional de Pensões



Quadro n.º 43 - VALOR MÉDIO ANUAL DAS PENSÕES PAGAS PELA SEGURANÇA SOCIAL					
	2013	2012	2011	2010	2009
	€/N.º	€/N.º	€/N.º	€/N.º	€/N.º
Portugal	4 928	4 674	4 742	4 665	4 535
Continente	4 955	4 698	4 769	4 692	4 560
Norte	4 612	4 419	4 447	4 388	4 274
Tâmega	4 042	3 926	3 902	3 854	3 772
Amarante	3 910	3 826	3 801	3 766	3 682
Baião	3 996	3 901	3 903	3 867	3 814
Cabeceiras de Basto	3 515	3 440	3 410	3 391	3 342
Castelo de Paiva	4 376	4 232	4 193	4 160	4 052
Celorico de Basto	3 582	3 529	3 421	3 413	3 351
Cinfães	3 854	3 737	3 681	3 624	3 551
Felgueiras	4 068	3 946	3 911	3 846	3 771
Lousada	4 231	4 097	4 109	4 057	3 985
Marco de Canaveses	4 237	4 097	4 092	4 031	3 949
Mondim de Basto	3 590	3 538	3 463	3 460	3 383
PAÇOS DE FERREIRA	4 010	3 925	3 878	3 826	3 751
Paredes	4 169	4 041	4 045	3 988	3 905
Penafiel	4 387	4 214	4 219	4 171	4 056
Resende	3 499	3 412	3 378	3 347	3 283
Ribeira de Pena	3 367	3 285	3 258	3 248	3 190

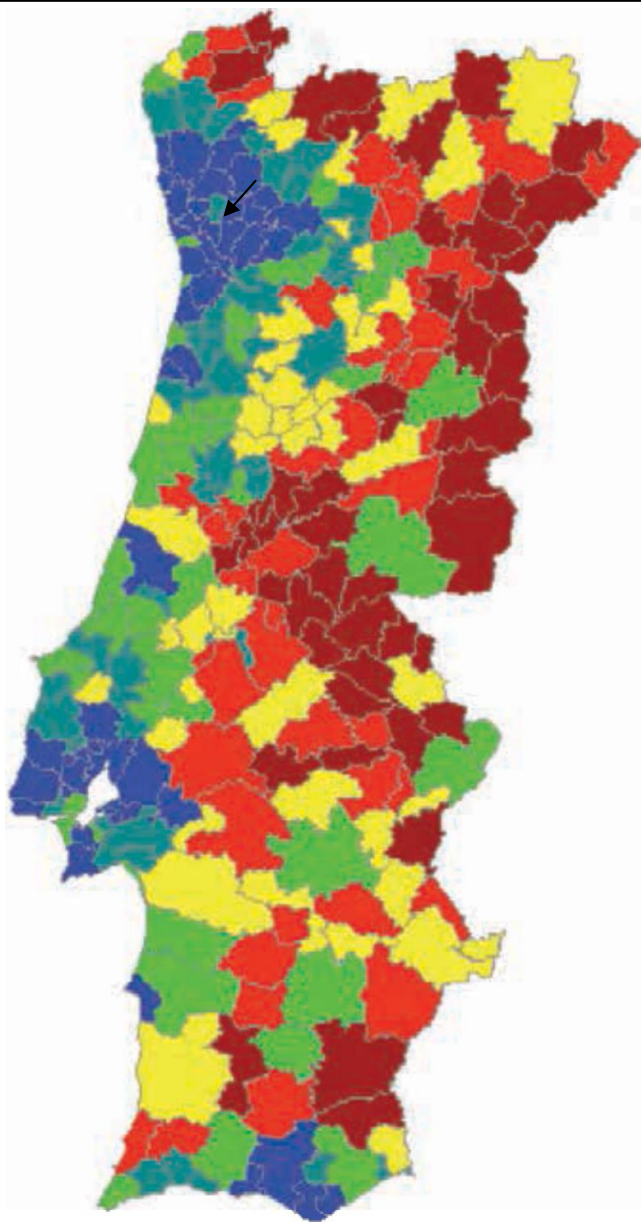
Fonte: Centro

Nacional de Pensões

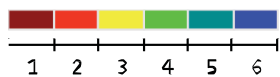
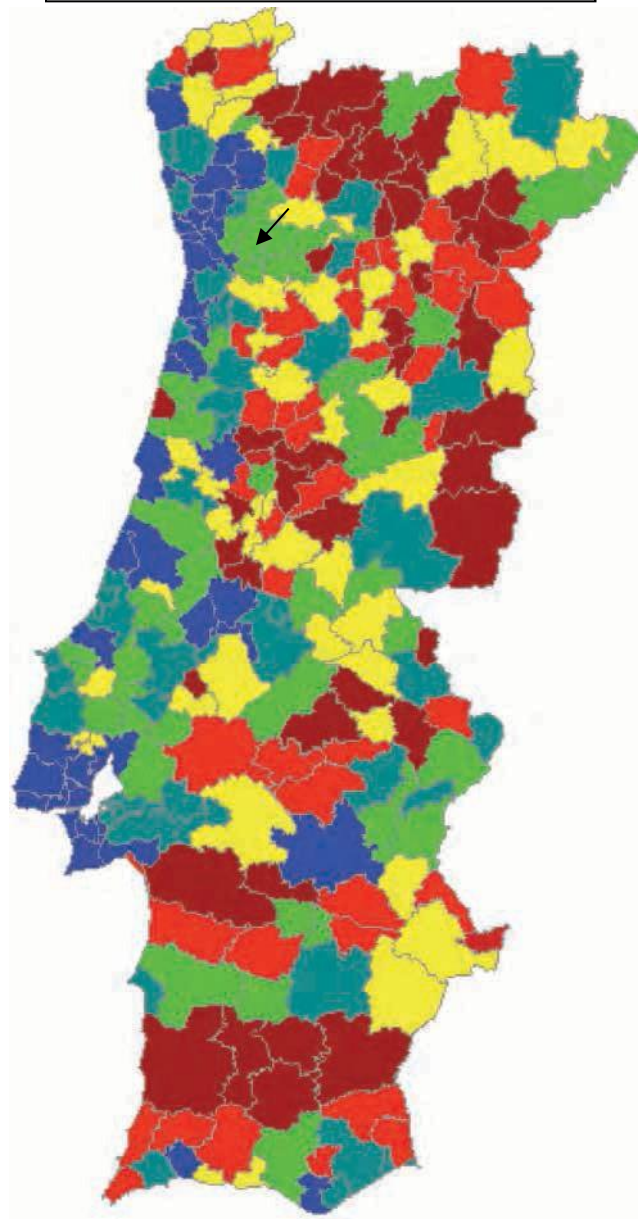
O aumento do número de pensões atribuídas corrobora a mudança da estrutura demográfica: o envelhecimento da população. Na Região Norte, esta tendência deixa transparecer um padrão espacial que contrapõe as sub-regiões urbanas às sub-regiões rurais. De referir que o montante das pensões tem vindo a aumentar, qualquer que seja a unidade geográfica em análise. Porém, o seu valor continua escasso face aos encargos mensais. Paços de Ferreira apresenta valores das pensões ligeiramente inferiores àquele que se regista na Área Metropolitana do Porto. No concelho o valor médio das pensões ronda os 300€/mês, facto que poderá estar associado aos setores de atividade económica predominantes, às qualificações profissionais, às remunerações auferidas e, sobretudo, ao valor dos rendimentos declarados para efeito de contribuição para a Segurança Social.

Entre 2010 e 2014 registou-se um aumento do número de pensionistas a residir no concelho de cerca de 1 210 beneficiários, o que corresponde a um aumento anual de cerca 300 pensionistas, mas nem todos serão idosos. Em todo o caso, Paços de Ferreira apresenta uma das mais baixas incidências do peso da população que depende da pensão ou reforma.

DEPENDÊNCIA DA REFORMA OU PENSÃO



VALOR MÉDIO DAS PENSÕES



Esala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

2.1.1.3.10. Ação Social Escolar

A situação de restrição em que se encontram várias famílias a residirem em Paços de Ferreira, afeta inevitavelmente as crianças que as integram. E uma das medidas de proteção social disponíveis para minimizar o risco da pobreza infantil é a ação social escolar.

Sem prejuízo da legislação que determina a atribuição de benefícios no âmbito ação social escolar e a possibilidade da sua alteração ao longo do ano letivo, constata-se que a situação socioeconómica das famílias sofre alterações que não têm correspondência imediata na alteração do Escalão de Abono de Família e consequente escalão de ação social escolar. Daqui decorrem solicitações por parte dos encarregados de educação e das próprias escolas para que a Autarquia altere o respetivo escalão. Neste caso, a Câmara Municipal efetuará as diligências necessárias para o diagnóstico da situação socioeconómica e familiar do aluno e decidirá em conformidade com a situação apurada.

Os dados recolhidos no concelho de Paços de Ferreira, revelam, na sua generalidade, que tem aumentado o número de crianças a beneficiar da ação social escolar o que poderá indiciar o aumento da precariedade económica das famílias a viverem neste território. Procede-se a uma análise mais pormenorizada deste indicador.

○ PRÉ-ESCOLAR

Quadro n.º 44 - Escalões Educação Pré - Escolar						
	Ano Letivo de Referência					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Escalão A	253	297	336	307	377	361
Escalão B	174	242	190	232	200	195

Fonte: Agrupamentos de Escolas

O quadro evidencia a evolução do número de crianças da Educação Pré-Escolar que beneficiaram de Ação Social Escolar, da competência da Câmara Municipal. De referir que nos anos em que há menos crianças a beneficiar de Ação Social Escolar, deve-se à diminuição do número de crianças a frequentar este nível de ensino. Sem prejuízo da existência de situação de vulnerabilidade económica, verifica-se que as famílias só requerem Ação Social Escolar quando necessitam de inscrever os seus filhos no serviço de almoço, ou seja, o único

serviço onde efetivamente beneficiam de refeição gratuita (escalão A) ou de refeições compartilhadas (Escalão B).

○ **1º CICLO DE ENSINO BÁSICO**

Quadro n.º 45 – Agrupamento de Escolas de Eiriz						
	Ano Letivo de Referência					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Escalão A	228 (34,3%)	226 (36,2%)	212 (35,6 %)	213 (36%)	221 (39,1%)	235 (42,6%)
Escalão B	266 (40%)	258 (41,4%)	205 (34,4%)	188 (31,7%)	167 (29,6%)	166 (30%)

Verifica-se que no Agrupamento de Escolas de Eiriz a percentagem de alunos beneficiários de escalão A passa a ser superior aos que beneficiam de Escalão B a partir do ano letivo 2010/2011 e essa percentagem tem vindo a aumentar, passando de 34,3% em 2009 para 42,6% em 2014.

Quadro n.º 46 – Agrupamento de Escolas de Frazão						
	Ano Letivo de Referência					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Escalão A	292 (50,5%)	251 (49,5%)	207 (43,3 %)	200 (43%)	211 (49%)	180 (41,7%)
Escalão B	181 (31,3%)	271 (33,7%)	148 (31%)	125 (26,8%)	104 (24,1%)	105 (24,4%)

O Agrupamento de Escolas de Frazão apresenta uma elevada percentagem de alunos a beneficiar de Escalão A e também de Escalão B de Ação Social Escolar, o que pode evidenciar que este agrupamento de escolas concentra um maior número de situações de pobreza e exclusão social, fatores que poderá ter sido relevante para esta Agrupamento ser *Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP)*.

Quadro n.º 47 – Agrupamento de Escolas de Freamunde						
	Ano Letivo de Referência					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Escalão A	238 (34,3%)	179 (28,1%)	198 (31,5 %)	185 (30,5%)	192 (33,1%)	199 (33,2%)
Escalão B	212 (30,6%)	228 (35,7%)	195 (31,1%)	189 (26,3%)	146 (25,2%)	149 (24,9%)

O Agrupamento de Escolas de Freamunde evidencia a menor percentagem de alunos beneficiários de Escalão A e constata-se que tem vindo a diminuir gradualmente.

Quadro n.º 48 – Agrupamento de Escolas de Paços de Ferreira						
	Ano Letivo de Referência					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Escalão A	374 (36%)	391 (38,6%)	357 (36,1%)	373 (38,6%)	366 (41%)	347 (38,8%)
Escalão B	262 (25,2%)	259 (25,6%)	244 (24,7%)	200 (20,7%)	174 (19,5%)	176 (19,6%)

O Agrupamento de Escolas Paços de Ferreira apresenta uma percentagem de alunos beneficiários de Escalão A que oscila entre os 36% e os 41% atingidos no ano letivo de 2013/2014. Verifica-se que este Agrupamento de Escolas tem a mais baixa percentagem de alunos a beneficiar de escalão B.

○ **2º E 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO**

Quadro n.º 49 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - 2.º Ciclo							
Agrupamentos de Escolas	Ano letivo	Total de Alunos	Alunos Escalão A	%	Alunos Escalão B	%	Total beneficiários do ASE (%)
EIRIZ	2009/2010	379	144	38,0%	169	44,6%	82,6%
	2010/2011	387	133	34,4%	166	42,9%	77,3%
	2011/2012	361	86	23,8%	169	46,8%	70,6%
	2012/2013	359	91	25,3%	168	46,8%	72,1%
	2013/2014	332	93	28,0%	142	42,8%	70,8%
	2014/2015	280	83	29,6%	126	45,0%	74,6%
FRAZÃO	2009/2010	292	162	55,5%	79	27,1%	82,5%
	2010/2011	327	175	53,5%	105	32,1%	85,6%
	2011/2012	296	87	29,4%	107	36,1%	65,5%
	2012/2013	240	107	44,6%	82	34,2%	78,8%
	2013/2014	265	120	45,3%	87	32,8%	78,1%
	2014/2015	237	109	46,0%	69	29,1%	75,1%
FREAMUNDE	2009/2010	395	159	40,3%	117	29,6%	69,9%
	2010/2011	396	146	36,9%	114	28,8%	65,7%
	2011/2012	375	108	28,8%	122	32,5%	61,3%
	2012/2013	387	122	31,5%	129	33,3%	64,9%
	2013/2014	365	127	34,8%	100	27,4%	62,2%
	2014/2015	332	104	31,3%	97	29,2%	60,5%
PAÇOS DE FERREIRA	2009/2010	656	264	40,2%	169	25,8%	66,0%
	2010/2011	656	283	43,1%	168	25,6%	68,8%
	2011/2012	604	203	33,6%	193	32,0%	65,6%
	2012/2013	571	215	37,7%	162	28,4%	66,0%
	2013/2014	559	210	37,6%	132	23,6%	61,2%
	2014/2015	528	186	35,2%	123	23,3%	58,5%

Fonte: Escolas identificadas

Relativamente, à Ação Social Escolar do 2º ciclo do ensino básico verifica-se que em todos os Agrupamentos de Escolas do concelho se registou uma diminuição do número de alunos beneficiários, entre os anos letivos de 2009-2010 e 2014-2015. Em todo o caso, no último ano letivo de referência todos os Agrupamentos de Escolas apresentam valores superiores a 50% de alunos beneficiários de Ação Social Escolar. No Agrupamento de Escolas de Frazão a percentagem atinge os 75,1% dos alunos do 2.º CEB a beneficiar de ação social escolar, o que pressupõe um maior risco de exposição a fatores de pobreza e exclusão social.

Quadro n.º 50 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - 3.º Ciclo							
Agrupamentos de Escolas	Ano letivo	Total de Alunos	Alunos Escalão A	%	Alunos Escalão B	%	Total beneficiários ASE (%)
EIRIZ	2009/2010	517	163	31,5%	221	42,7%	74,3%
	2010/2011	523	140	26,8%	210	40,2%	66,9%
	2011/2012	557	156	28,0%	208	37,3%	65,4%
	2012/2013	561	126	22,5%	225	40,1%	62,6%
	2013/2014	538	134	24,9%	201	37,4%	62,3%
	2014/2015	489	115	23,5%	211	43,1%	66,7%
FRAZÃO	2009/2010	430	197	45,8%	114	26,5%	72,3%
	2010/2011	415	227	54,7%	122	29,4%	84,1%
	2011/2012	419	116	27,7%	138	32,9%	60,6%
	2012/2013	404	168	41,6%	126	31,2%	72,8%
	2013/2014	372	159	42,7%	94	25,3%	68,0%
	2014/2015	325	158	48,6%	99	30,5%	79,1%
FREAMUNDE	2009/2010	546	195	35,7%	168	30,8%	66,5%
	2010/2011	540	179	33,1%	158	29,3%	62,4%
	2011/2012	626	153	24,4%	213	34,0%	58,5%
	2012/2013	596	168	28,2%	179	30,0%	58,2%
	2013/2014	599	169	28,2%	177	29,5%	57,8%
	2014/2015	572	166	29,0%	170	29,7%	58,7%
PAÇOS DE FERREIRA	2009/2010	405	195	48,1%	99	24,4%	72,6%
	2010/2011	428	169	39,5%	111	25,9%	65,4%
	2011/2012	434	131	30,2%	144	33,2%	63,4%
	2012/2013	474	166	35,0%	136	28,7%	63,7%
	2013/2014	432	175	40,5%	117	27,1%	67,6%
	2014/2015	460	187	40,7%	117	25,4%	66,1%
SECUNDÁRIA DE PAÇOS DE FERREIRA	2009/2010	558	213	38,2%	139	24,9%	63,1%
	2010/2011	619	226	36,5%	166	26,8%	63,3%
	2011/2012	603	136	22,6%	148	24,5%	47,1%
	2012/2013	578	175	30,3%	140	24,2%	54,5%
	2013/2014	553	152	27,5%	136	24,6%	52,1%
	2014/2015	556	139	25,0%	119	21,4%	46,4%

Fonte: Escolas identificadas

Verifica-se igualmente a diminuição do número de alunos beneficiários entre os anos letivos de 2009/2010 e 2014/2015. Esta diminuição poderá estar relacionada com as alterações dos critérios de atribuição dos escalões, uma vez que os Agrupamentos de Escolas atribuem o escalão de Ação Social Escolar, de acordo com o escalão do abono de família atribuído pela Segurança Social e sucede, porém, que o período de tempo entre o pedido de alteração de escalão apresentado pelo interessado à Segurança Social e a sua efetiva alteração é de sensivelmente de 3 meses.

No entanto, com exceção da Escola Secundária de Paços de Ferreira, todos os Agrupamentos de Escolas apresentam valores percentuais superiores a 50% dos alunos a frequentar o 3º CEB, o que evidencia situações de vulnerabilidade social.

○ **ENSINO SECUNDÁRIO**

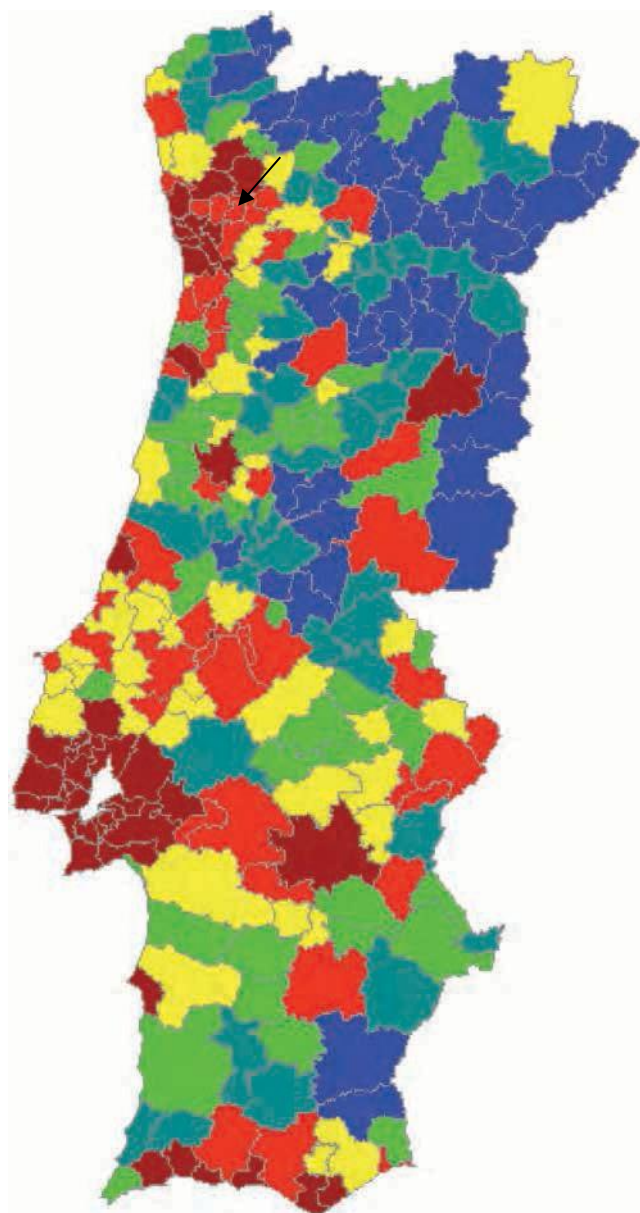
Quadro n.º 51 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - Secundário							
Escolas	Ano letivo	Alunos Total	Alunos Escalão A	%	Alunos Escalão B	%	Total beneficiários ASE (%)
PAÇOS DE FERREIRA	2009/2010	872	353	40,5%	322	36,9%	77,4%
	2010/2011	919	314	34,2%	368	40,0%	74,2%
	2011/2012	862	256	29,7%	341	39,6%	69,3%
	2012/2013	844	293	34,7%	362	42,9%	77,6%
	2013/2014	803	302	37,6%	379	47,2%	84,8%
	2014/2015	820	197	24,0%	348	42,4%	66,5%
FREAMUNDE	2009/2010	59	26	44,1%	25	42,4%	86,4%
	2010/2011	87	23	26,4%	35	40,2%	66,7%
	2011/2012	185	35	18,9%	74	40,0%	58,9%
	2012/2013	259	73	28,2%	91	35,1%	63,3%
	2013/2014	337	93	27,6%	123	36,5%	64,1%
	2014/2015	385	101	26,2%	145	37,7%	63,9%

Fonte: Escolas identificadas

No ensino secundário regista-se a elevada percentagem de alunos a beneficiar de ação social escolar (ASE) nas duas escolas secundárias do concelho. Porém, verifica-se que tem vindo a diminuir a percentagem dos alunos a beneficiar de ASE nos anos letivos de referência.

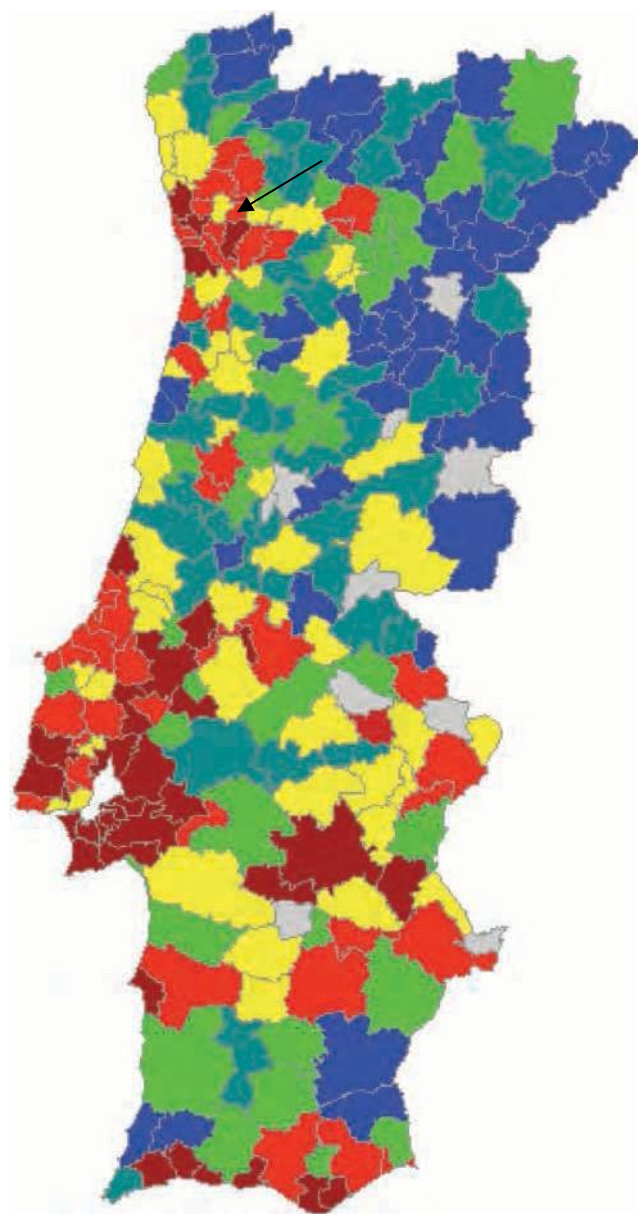
2.1.1.4 Endividamento das Famílias

ENVIDAMENTO



Escala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

ENCARGOS COM A HABITAÇÃO



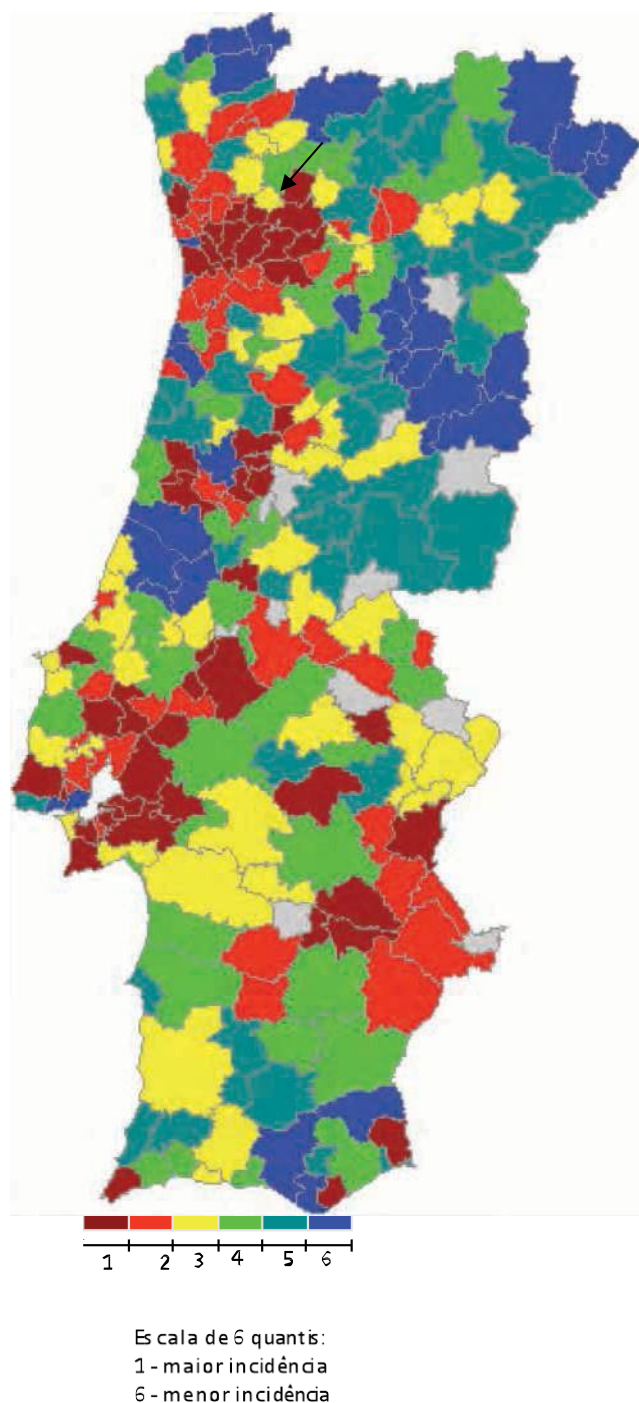
Fonte: Referencial de Coesão Social – 2014

O indicador *Endividamento* representa o grau de endividamento da população calculado com base nos depósitos bancários/crédito concedido, nomeadamente o crédito para aquisição de habitação própria. Podemos verificar que o concelho apresenta um elevado nível de endividamento, que agudiza a frágil situação económica das famílias residentes neste concelho. De sublinhar que os encargos das famílias com a habitação assumem neste concelho valores muito expressivos, atendendo à forte incidência dos *Encargos com a Habitação*.

Com efeito, o número de famílias a residir em Paços de Ferreira alvo de acompanhamento social, em que o principal problema diagnosticado é o endividamento aumentou entre 2012 e 2014, e à data abrangia cerca de 80 famílias, conforme demonstra o quadro infra.

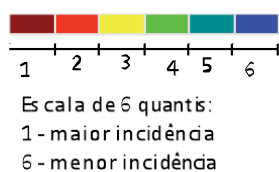
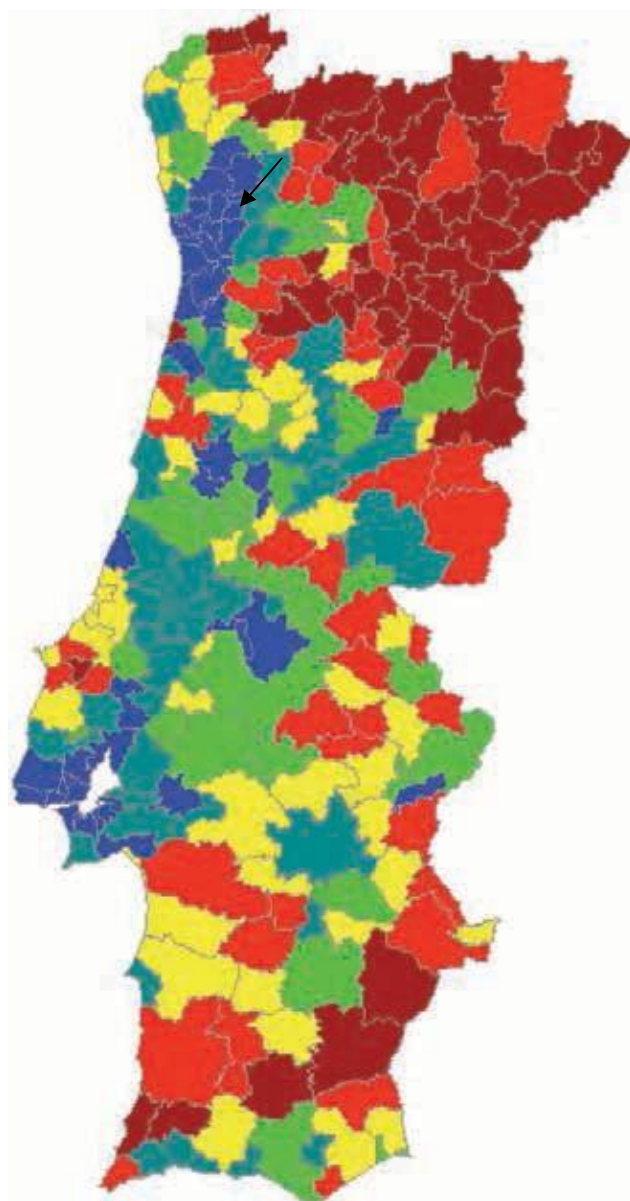
Quadro n.º 52 - N.º de famílias alvo de acompanhamento social cujo principal problema diagnosticado é o endividamento				
CONCELHO	PRINCIPAL PROBLEMA DIAGNOSTICADO	2012	2013	2014
Paços de Ferreira	Endividamento a)	50	61	78
Nota: a) a aplicação não filtra o tipo de dívida Fonte: Serviço de Estatística da Segurança Social				

POUPANÇA



O concelho apresenta um panorama negativo no que à poupança diz respeito. Naturalmente, que este cenário traduz e reforça a precariedade económica das famílias pacenses. Este indicador calculado com base nos depósitos bancários por habitante, exprime a maior ou menor capacidade de poupança das famílias, entendendo-se a poupança como um fator de “proteção” face à vulnerabilidade da pobreza e exclusão social.

AUTOCONSUMO



O recurso à agricultura de auto-subsistência como fonte para suprir as necessidades das famílias é pouco utilizado pelas famílias pacenses, uma vez que se pode constatar a menor incidência deste indicador no concelho. No entanto, importa referir que a Câmara Municipal de Paços de Ferreira tem disponibilizado pequenas parcelas de terreno para as pessoas interessadas na agricultura de subsistência e a adesão da população do concelho tem vindo a aumentar gradualmente.

Fonte: *Referencial de Coesão Social – 2014*

2.1.2. MATRIZ S.W.O.T.

Problemática: INCLUSÃO SOCIAL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
• Marca registada “<i>Capital Europeia do Móvel</i>”, reconhecimento de âmbito nacional e internacional • População ativa maioritariamente jovem • Aumento e diversificação da oferta formativa • Ligeiro aumento do nível de escolaridade • Existência de serviços de proximidade: Posto do Centro de Emprego na Profisousa e Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal, da AEPF e da Associação Cultural e Recreativa de Sobrão • Programas do IEFP (Estágios Profissionais, Apoios à Contratação, Medidas Ativas de Emprego, Contratos de Inserção- Emprego) • Nova atitude do trabalhador face às oportunidades de trabalho, devido à conjuntura de crise • Dinâmica das instituições locais na promoção de novas iniciativas • Adesão das instituições locais aos projetos no âmbito do Mercado Social de Emprego, nomeadamente às medidas CEI e CEI+ (Contratos Emprego e Inserção) • Participação do Município nos trabalhos da <i>Agenda para a Empregabilidade</i>, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa • Esforço de captação de novos investimentos empresariais	Desemprego • Reduzida capacidade das empresas em reagir à exposição ao mercado global • Baixas qualificações dos agentes económicos • Tecido empresarial pouco diversificado • Organização pouco estruturada e informal das empresas, devido à natureza familiar das empresas • Emprego precário • Desadequação das expectativas dos jovens face às oportunidades de trabalho • Falta de reconhecimento social de algumas profissões • Iliteracia tecnológica /insuficiente informação • Fraco “espírito” empreendedor dos desempregados • Dificuldades de inserção profissional dos ativos desempregados com mais de 55 anos de idade • Reduzido número de projetos no âmbito do Mercado Social de Emprego • Acomodação de alguns desempregados às prestações sociais
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• <i>Portugal 2020</i> – medidas de apoio ao financiamento das empresas • Legislação de enquadramento à criação de emprego para jovens licenciados • Programas e Medidas do IEFP • Existência do Centro Tecnológico do Vale do Sousa (CTVS) no concelho • Investimento no mercado social de emprego (empresas de inserção...) • Aumento da escolaridade obrigatória • Crescente modernização das empresas • Aposta nas especificidades locais	• Globalização do mercado • Desindustrialização do mercado de trabalho • Progressiva digitalização dos processos de mercado • Desajustamento entre a procura/oferta de emprego • Progressivo desinvestimento de empresas multinacionais

Problemática: INCLUSÃO SOCIAL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
• Rede Concelhia Para a Qualificação de Paços de Ferreira – fórum de articulação entre os operadores públicos e privados de formação • Aumento da oferta formativa profissional no concelho, por parte dos operadores privados e públicos • Aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos • Redução da taxa de abandono escolar • Alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos • Participação do Município nos trabalhos da <i>Agenda para a Empregabilidade</i>, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Baixas qualificações da população ativa • Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa, uma vez que é significativo o número de pessoas que possui escolaridade igual ou inferior ao 2.º CEB • Baixo número de pessoas com habilitações equivalentes ao ensino superior • A formação é pouco procurada pela população com baixa qualificação escolar e profissional • Maior vulnerabilidade das pessoas com baixas qualificações para a inserção no mercado de trabalho • Desajuste entre a qualificação da mão-de-obra e as exigências do mercado de trabalho • Falta de iniciativas que estimulem e motivem para a aprendizagem • Divulgação insuficiente da oferta formativa disponível
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• <i>Portugal 2020</i> – medidas de apoio ao financiamento de formações • Aposta na dinamização das ofertas de formação • Maior valorização da formação escolar e profissional • Aumento da oferta de emprego qualificado na região	• Oferta de emprego sem exigência da qualificação escolar e profissional • Desemprego

Problemática: INCLUSÃO SOCIAL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
• Acompanhamento social assegurado pelos técnicos de ação social • Rendimento Social de Inserção • Atendimento Social Integrado • Regulamento Municipal de Apoio Social e Económico da Câmara Municipal • Maior sensibilidade da comunidade para denunciar situações de pobreza • Grupo de Vicentinos em 7 freguesias do concelho • Existência de Centro de Informação Autárquica de Apoio ao Consumidor	População em risco de pobreza e exclusão social • Aumento do desemprego • Manutenção do emprego desqualificado • Ativos empregados com baixos salários • Fragilização do vínculo laboral/emprego precário/aumento do desemprego • Endividamento das famílias • Alteração dos critérios de atribuição do RSI • Pobreza intergeracional persistente e pobreza “envergonhada” • Crescente dificuldade das famílias em garantir as suas funções básicas • Dificuldades das famílias na gestão adequada dos rendimentos • Encorajamento ao consumo desnecessário
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Existência de esquemas de proteção social • Medidas no âmbito do Mercado Social de Emprego • Aumento da visibilidade do problema da pobreza • A gestão privada dos serviços públicos poderá contribuir para melhorar a prestação dos serviços públicos	• Falta de consciência cívica no benefício de algumas prestações sociais • Desajustamento das políticas sociais públicas face às necessidades emergentes • Recuo do Estado Social • Tendência para privatizar a gestão dos serviços públicos • Aumento dos serviços lucrativos na área da saúde • Perda de referências éticas – morais e globalização dos valores do hedonismo, consumismo e individualismo • Aumento do custo de vida • Erosão do tecido social • Contexto de crise económica

2.2. Respostas Sociais

A problemática *Respostas Sociais* é aqui abordada na perspetiva das atividades ou respostas de ação social que visam prevenir situações de carência, disfunções, marginalização social, e por outro resolver problemas sociais que afetam as pessoas e famílias mais vulneráveis, numa perspetiva de desenvolvimento pessoal, social e económico.

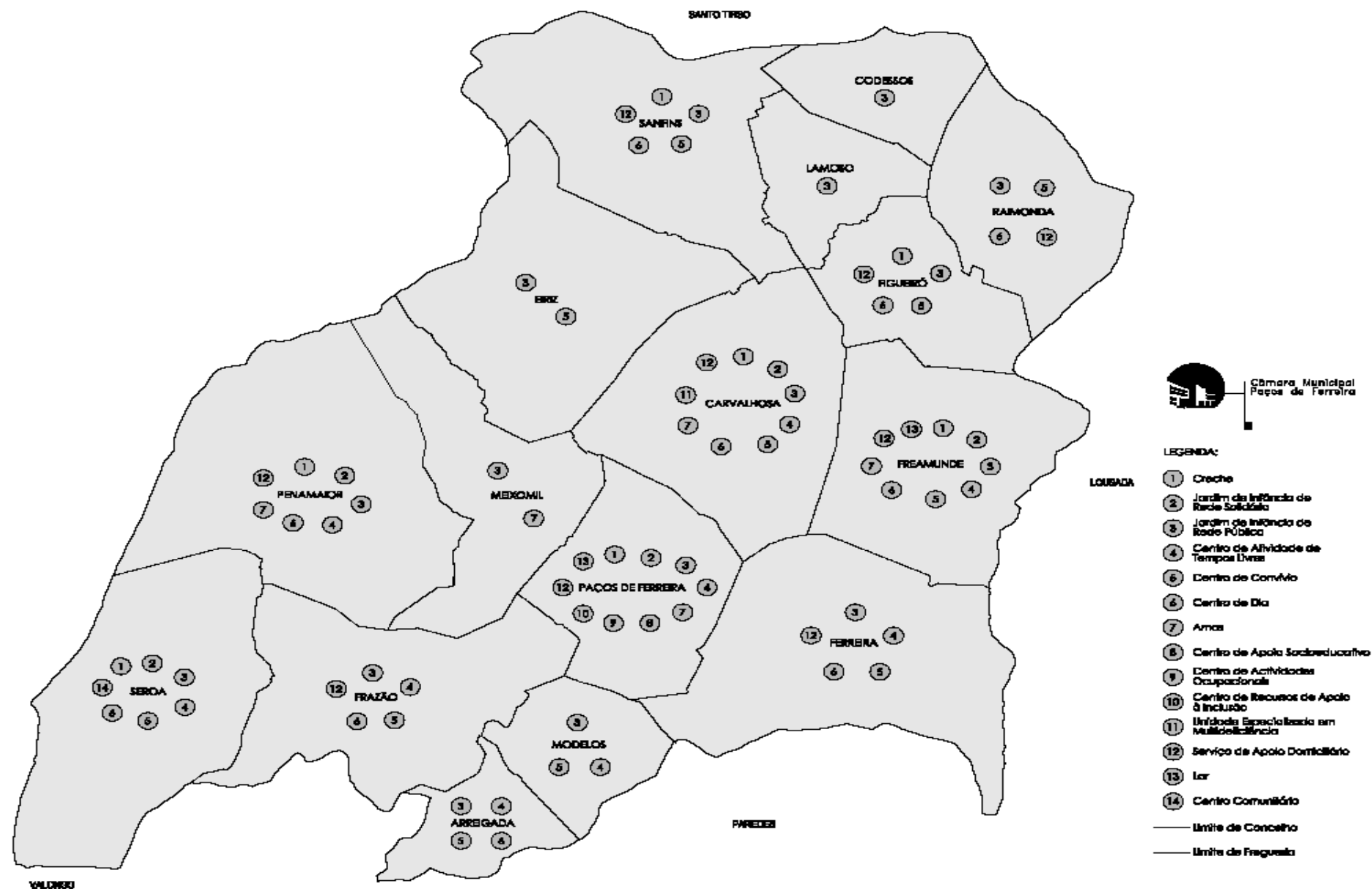
Este duplo desafio exige um esforço de parceria e articulação entre as instituições locais, na convicção de que através dessa articulação e mobilização dos diferentes atores se consiga resolver um maior número de situações de vulnerabilidade social, privilegiando-se os grupos sociais mais vulneráveis.

A crise económica e social empurrou muitos cidadãos para situações de pobreza e exclusão social e “obrigou-os” a realizar ajustamentos não previstos. A situação de emergência social despoletou nas instituições novas práticas de gestão da vida social na procura de soluções mais ajustadas aos novos problemas locais. As instituições devem oferecer serviços, recursos e relações que dignificam a vida das pessoas e promova o exercício de uma cidadania ativa.

Nos últimos anos, novos e modernos equipamentos foram construídos no concelho e novas respostas sociais foram disponibilizadas para superar as dificuldades crescentes e proporcionar maior qualidade de vida às pessoas e famílias que residem em Paços de Ferreira.

O concelho de Paços de Ferreira apresenta uma considerável dinâmica social atendendo ao número de instituições privadas de solidariedade social que existem. No total, são 14 instituições privadas de solidariedade social que servem o concelho com equipamentos e respostas diversas (mapa infra). A maioria delas desenvolve serviços para a infância e para a terceira idade. Com efeito, as crianças e os idosos são particularmente mais vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social, e apesar da família ser um fator relevante de inclusão social e de proteção, esta é apoiada nas suas funções pelas redes de suporte institucional disponíveis, contribuindo para a conciliação entre a vida familiar e pessoal e a atividade profissional.

MAPA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS DA REDE SOLIDÁRIA E PÚBLICA



No entanto, o estudo *Referencial da Coesão Social – 2014*, refere que o concelho apresenta fragilidades ao nível da cobertura das respostas sociais³³, como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro n.º 53 – Análise das dimensões da EXCLUSÃO no concelho de Paços de Ferreira

Dimensões de exclusão	
Inatividade	
Fraca intensidade laboral	
Desemprego	+
Baixos níveis de habilitações escolares	
Desqualificação do trabalho	
Incapacidade	
Rendimento	+
Prestações sociais	+++
Poupança	
Endividamento	++
Encargos com habitação	++
Condições deficitárias de habitação	
Isolamento	
Criminalidade	
Auto consumo	
Grupos vulneráveis e Grupos de risco	
Vulnerabilidade associada ao género	
Vulnerabilidade associada à composição familiar	
Vulnerabilidade da população imigrante	
Grupos de risco	+
Capital inclusivo	
TAXA DE COBERTURA DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS	
Dinâmica das redes sociais	FORTE

Legenda

+++	Elevadíssimo
++	Muito elevado
+	Elevado
+	Médio
	Baixo
	Muito baixo
	Baixíssimo

³³ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015, pág n.º 94

2.2.1. Problemas Identificados

2.2.1.1. Baixa taxa de cobertura de creche, em área geográfica a descoberto

Entre 2001 e 2011, o concelho de Paços de Ferreira apresentou um acréscimo populacional de 5,9%, claramente acima da Região Norte e da sub-região do Tâmega e Sousa, que viu a sua população total diminuir.

Quadro n.º 54 - População Residente				
	2011		2001	
	Total da População	Taxa de Crescimento (2011 - 2001)	Total da População	Taxa de Crescimento (1991 - 2001)
Continente	10 562 178	3,2%	10 358 117	5,0%
Norte	3 689 682	0,03%	3 687 293	6,2%
Tâmega	432 915	-2,7%	551 309	7,9%
Paços de Ferreira	56 340	5,9%	52.985	19,9%

Fonte: Censos/INE

No período decenal, 2001-2011 (Censos), verificou-se no concelho uma diminuição gradual do peso percentual do grupo etário entre os 0 - 14 anos de idade, este representa 18,3% da população do concelho, o que faz deste território um dos mais jovens da Sub-Região do Tâmega e da Região Norte.

Quadro n.º 55 - População Residente entre os 0 - 14 anos								
	2011		2001		1991		1981	
	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.
Paços de Ferreira	10 320	18,3%	11.482	21,7%	11.202	25,5%	13.776	33,9%

Fonte: Censos/INE

De sublinhar ainda que em quase todas as freguesias do concelho se verificou uma diminuição da população residente entre os 0 -14 anos de idade, exceto na freguesia de Paços de Ferreira, devido à sua centralidade geográfica.

Quadro n.º 56 - Dados dos Censos			
Local de residência	2011	2001	Diferença entre 2011/2001
	0 - 14	0 - 14	
Paços de Ferreira	10 320	11 482	-1 162
Arreigada	377	504	-127
Carvalhosa	866	957	-91
Codessos	211	179	+32
Eiriz	473	497	-24
Ferreira	836	998	-162
Figueiró	482	545	-63
Frazão	740	826	-86
Freamunde	1 365	1 567	-202
Lamoso	332	415	-83
Meixomil	665	690	-25
Modelos	281	373	-92
P. de Ferreira	1 450	1 296	+154
Penamaior	705	813	-108
Raimonda	446	519	-73
Sanfins	639	700	-61
Seroa	458	603	-145

Os equipamentos sociais dirigidos à infância são um suporte importante para os pais na educação dos filhos, em especial quando exercem atividade profissional, por isso, a baixa taxa de cobertura da resposta social creche foi um dos problemas sinalizados.

Pelos dados recolhidos verifica-se que existem no concelho nove creches, a grande maioria pertence a Instituições de Solidariedade Social: sete da rede solidária e duas da rede lucrativa, que recebem, no total, cerca de 300 crianças, até aos três anos de idade. As instituições com a resposta de creche referiram não ter lista de espera, exceto a Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso que pela sua centralidade geográfica é mais procurada pelos pais das crianças. Os pais interessados são orientados a efetuar uma pré-inscrição e oportunamente contactados quando existir vaga. Parece, assim, que não haver grandes dificuldades em encontrar vagas de creche nos locais onde existem estes equipamentos. Situação bem diferente apresenta a freguesia de Paços de Ferreira, onde a dificuldade de encontrar vaga de creche é mais acentuada, quer na rede solidária (Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso) quer na rede privada/ lucrativos (Encosta dos Sonhos), revelando-se insuficiente a resposta existente.

Importa ainda salientar que no decénio 2001 - 2011, as únicas freguesias que aumentaram a população na faixa etária entre os 0-14 anos de idade foram Paços de Ferreira e Codessos, o que poderá traduzir-se numa maior procura de resposta de creche nestes locais. As freguesias que tiveram uma redução mais acentuadas foram Freamunde, Ferreira, Seroa, Arreigada e Penamaior.

Quadro n.º 57 - CRECHE					AMAS
	Instituições	N.º de Utentes	N.º de utentes previsto no Acordo	Capacidade das instalações	N.º de crianças integradas
REDE SOLIDÁRIA	Associação de Socorros Mútuos de Freamunde/ Centro Infanto-juvenil António Freire Gomes	40	33	40	
	Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	34	33	33	
	C. S. da Paróquia de Penamaior	22	22	22	
	Associação Paços 2000/Centro Comunitário de Seroa	33	33	33	
	C. S. e P. de Sanfins	35	35	35	
	C. S. e P. de Carvalhosa	22	22	33	
	C. S. e P. de Figueiró	36	33	39	
REDE LUCRATIVA	Colégio Marca D'Água	27	----	30	
	Encosta dos Sonhos, Berçário, Creche, Infantário e ATL, Lda	33	-----	33	
SEGURANÇA SOCIAL	Centro Distrital de Segurança Social				50
TOTAL					325

Fonte: Instituições identificadas

A **taxa de cobertura** de uma resposta social numa área geográfica para é medida por:

$$\text{Capacidade} / \text{Total de população-alvo residente}.$$

Segundo dados disponibilizados pelo Centro Distrital da Segurança Social do Porto a taxa de cobertura da creche no concelho de Paços de Ferreira é de 23,5%, a segunda mais baixa no conjunto dos concelhos que integram a CIM T&S, o que evidencia a fragilidade do concelho ao nível da taxa de cobertura desta resposta social.

Quadro n.º 58	
Taxa de Cobertura Concelhos da CIM Tâmega e Sousa (2013)	1.ª Infância (Ama e creche)
Amarante	24,2
Baião	36,2
Castelo de Paiva	43,8
Celorico de Bastos	45,8
Cinfães	26,2
Felgueiras	26,2
Lousada	26,5
Marco de Canaveses	9,5
PAÇOS DE FERREIRA	23,5
Penafiel	24,5
Resende	34,5

Fonte: ISS/IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia

A forte presença da retaguarda familiar na prestação de cuidados às crianças poderá explicar a baixa taxa de cobertura de creche, mas poderá também sugerir que os equipamentos disponíveis não são suficientes para estimular a procura da creche.

PRETENSÕES DAS INSTITUIÇÕES SINALIZADAS À REDE SOCIAL

As Instituições Particulares de Solidariedade Social que apresentaram à Rede Social pretensões para requalificar, implementar/criar equipamentos e respostas sociais em matéria de 1.ª infância e juventude foram:

- ▶ **Associação Paços 2000** – requalificar ATL da freguesia de Modelos

ATL e jardim-de-infância da freguesia de Seroa

requalificar ATL – 2.º CEB da freguesia de Paços de Ferreira

- ▶ **Associação de Socorros Mútuos Freamundense/Centro Infanto-Juvenil António**

Freire Gomes - criar sala mista para as crianças de 1 e 2 anos de idade

- ▶ **Centro Social e Paroquial de Arreigada** – Creche para 33 crianças

- ▶ **Centro Social e Paroquial de Carvalhosa** - obter licença de utilização do Pólo de Fontão onde funciona o Jardim-de-Infância e o ATL

- ▶ **Centro Social e Paroquial de Ferreira** - Creche para 33 crianças

- ▶ **Centro Social da Paróquia de Penamaior** – implementar berçário

2.2.1.2. Insuficiência de equipamentos e respostas de apoio à pessoa idosa

O concelho de Paços de Ferreira registou entre 1981 e 2011 um aumento gradual do peso percentual do grupo etário com 65 ou mais anos de idade, o que significa uma maior visibilidade e representatividade da “terceira idade”.

É expectável que nos próximos anos se aprofundem as alterações da estrutura etária da população em resultado da combinação do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. Com efeito, os avanços da medicina e a maior longevidade das pessoas, que em média têm uma esperança de vida superior a 70 anos de idade, contribuem para o aumento das pessoas idosas.

	Quadro n.º 59 - População com 65 ou mais anos							
	2011		2001		1991		1981	
	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.	Total da População	% da Pop.
Paços de Ferreira	6.263	11,1%	4.513	8,5%	2.960	6,1%	2.635	6,5%

Fonte: Censos/ INE

O índice de envelhecimento registado em 2011 dá conta do acentuado envelhecimento populacional que se verifica em todo o país, embora com oscilações entre os diferentes territórios, e o concelho de Paços de Ferreira segue esta tendência.

Indicador	Paços de Ferreira	Tâmega	Norte	Portugal
Índice de envelhecimento	61,3	82,7	114,1	127,6

Fonte: Censos 2011/ INE

Estes dados antecipam o futuro com novos desafios na área do apoio social aos idosos e da sua proteção, designadamente nas áreas da saúde e da segurança social, de forma a viverem com dignidade e segurança.

A Constituição da Republica Portuguesa consagra no seu artigo 72 que “as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário

que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou marginalização social”, desafios que não podem nem devem ficar sem resposta. É provável que nas próximas décadas a procura de lares, de serviços de apoio domiciliário e outros serviços de apoio seja bastante superior à oferta, pelo que é importante que as instituições de apoio social aos idosos concentrem esforços no desenvolvimento de parcerias para preparar respostas mais adequadas ao nível das exigências nos cuidados a prestar às pessoas idosas.

Quadro n.º 60

Local de residência	2011	2001	Diferença entre 2011/2001
	+ 65	+ 65	
Paços de Ferreira	6 263	4 513	+ 1 750
Arreigada	211	122	+ 89
Carvalhosa	474	386	+ 88
Codessos	92	91	+ 1
Eiriz	209	107	+ 102
Ferreira	430	239	+ 191
Figueiró	235	229	+ 6
Frazão	600	382	+ 218
Freamunde	945	754	+ 191
Lamoso	159	180	- 21
Meixomil	439	381	+ 58
Modelos	198	170	+ 28
P. de Ferreira	831	596	+ 235
Penamaior	460	382	+ 78
Raimonda	293	109	+ 184
Sanfins	299	102	+ 197
Seroa	388	283	+ 105

Fonte: Censos / INE

Entre 2001 e 2011 registou-se um aumento mais acentuado da população com 65 ou mais anos de idade nas freguesias de Paços de Ferreira, Frazão, Sanfins e Freamunde, o que poderá traduzir-se numa maior procura de serviços de apoio para os idosos nestes locais. As freguesias que tiveram um acréscimo menor da população nesta faixa etária foram Codessos, Figueiró e Lamoso.

Na generalidade todas as instituições do concelho com equipamentos sociais para as pessoas idosas ultrapassaram o número limite de utentes previsto no Acordo de Cooperação com a Segurança Social em todas as valências sociais.

É particularmente preocupante a situação nas respostas de Centro de Dia, de Serviços de Apoio Domiciliário e às Estruturas Residenciais para Idosos, vulgo, lares, por serem os mais procurados pela comunidade. Constata-se que a maioria das instituições tem

instalações com capacidade para receber um maior número de utentes face ao previsto no Acordo de Cooperação, por isso, são várias as instituições que pretendem alargar os seus Acordos de Cooperação com a Segurança Social

Quadro n.º 61 - CENTROS DE CONVIVIO			
Instituições	N.º de Utentes	N.º de utentes previsto no Acordo	Capacidade das instalações
C. S.P. de Arreigada	20	20	25
C. S. P. de Carvalhosa	30	30	30
Associação Paços 2000/Centro de Convívio de Eiriz	25	25	25
C. S. P de Ferreira	25	25	25
C. S. P. de Figueiró	30	20	30
C. S. P. de Frazão	20	20	25
C. S. P. de Freamunde	60	60	80
Associação Paços 2000/Centro de Convívio de Modelos	25	25	25
C. S. P. de Raimonda	50	50	50
Associação Paços 2000/Centro de Convívio de Seroa	30	30	30
C.S.P de Sanfins	25	25	25
TOTAL	340	330	370

Fonte: Instituições identificadas

Quadro n.º 62 - CENTROS DE DIA			
Instituições	N.º de Utentes	N.º de utentes previsto no Acordo	Capacidade das instalações
C. S. P de Arreigada	16	16	20
C. S. P de Ferreira	15	15	15
C. S. P. de Figueiró	30	30	30
C. S. P. de Frazão	15	15	20
C. S. P. de Freamunde	30	30	30
C. S. P. de Carvalhosa	20	20	20
C. S. da Paróquia de Penamaior	42	35	50
Associação Paços 2000/Centro Comunitário de Seroa	15	15	15
C.S.P. de Raimonda	40	15	40
C.S. P de Sanfins	15	15	40
TOTAL	238	206	280

Fonte: Instituições identificadas

Quadro n.º 63 - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO			
Instituições	N.º de Utentes	N.º de utente previsto no Acordo	Capacidade das instalações
CSP de Ferreira	14	14	20
CSP de Figueiró	27	20	30
CSP de Frazão	20	20	20
CSP de Freamunde	32	32	32
CSP de Carvalhosa	27	20	50
CS da Paróquia de Penamaior	21	21	21
CSP de Raimonda	42	30	50
CSP de Sanfins	16	10	20
Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira	10	5	10
TOTAL	209	172	253

Fonte: Instituições identificadas

Quadro n.º 64 - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI)			
Instituições	N.º de Utentes	N.º de utentes previsto no Acordo	Capacidade das instalações
Santa Casa da Misericórdia de Freamunde	28	25	30
Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira	52	44	52
C.S.P. DE FREAMUNDE (ERPI PARA GRANDES DEPENDENTES)	18	13	18
TOTAL	98	82	100

Fonte: Instituições identificadas

Relativamente, à **taxa de cobertura** destes equipamentos sociais na sub-região Tâmega e Sousa verifica-se que o concelho de Paços de Ferreira apresenta a mais baixa taxa ao nível da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e a segunda taxa mais baixa no que se refere ao Serviço de Apoio Domiciliário, o que revela a fragilidade que o concelho apresenta ao nível destas respostas sociais que são um importante suporte de apoio às pessoas e às famílias. Em Paços de Ferreira todos os equipamentos sociais para a terceira idade integram a rede solidária, uma vez que pertencem às Instituições Particulares de Solidariedade Social que estabelecem protocolo com a Segurança Social.

Quadro n.º 65

Taxa de Cobertura Concelhos da CIM Tâmega e Sousa (2013)	Centro de Dia	ERPI	SAD
Amarante	3,1	6,0	4,5
Baião	5,7	7,6	4,3
Castelo de Paiva	4,1	9,3	8,2
Celorico de Bastos	2,6	9,1	10,1
Cinfães	2,6	8,3	6,0
Felgueiras	4,4	5,8	3,7
Lousada	0,6	4,3	4,0
Marco de Canaveses	6,1	4,6	3,2
Paços de Ferreira	7,0	3,6	3,6
Penafiel	6,8	4,6	4,0
Resende	2,0	13,1	8,6

Fonte: ISS/IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia

Considerou-se, igualmente, relevante conhecer o número de idosos do concelho sinalizados no âmbito do Programa *Idosos Em Segurança*. Iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa a proteção das pessoas idosas e dos seus bens. Neste sentido, a PSP e GNR têm efetuado uma crescente aposta em ações de sensibilização junto da comunidade de forma a consciencializar os mais idosos, bem como aconselhar a adoção de medidas preventivas e comportamentos de autoproteção, quer em casa, nos transportes públicos e na via pública, no intuito de diminuir situações de risco, de prevenir e evitar burlas/furtos/roubos, e conseguir deste modo conferir um maior sentimento de segurança.

Em 2015, a GNR de Paços de Ferreira identificou 13 idosos, a maioria deles homens com uma média de idade acima dos 70 anos. Penamajor é a freguesia que aparece com o maior número de sinalizações.

Quadro n.º 67 - N.º DE IDOSO DO CONCELHO PELA GNR PROGRAMA "IDOSOS EM SEGURANÇA", PROMOVIDO PELA GNR			
FREGUESIA	GÉNERO	IDADE	ACOMPANHAMENTO
FREAMUNDE	M	69	FILHOS
FIGUEIRÓ	M	87	COMPANHEIRA
FREAMUNDE	M	73	FILHO
CARVALHOSA	M	72	FILHA
CARVALHOSA	F	79	MARIDO
ARREIGADA	F	79	MARIDO
PENAMAJOR	M	74	ESPOSA
MEIXOMIL	M	77	ESPOSA
PENAMAJOR	F	86	FILHO
PENAMAJOR	F	76	FILHA
PENAMAJOR	M	69	IRMÃ
PENAMAJOR	M	67	ESPOSA
PENAMAJOR	F	81	MARIDO

Fonte: GNR/Destacamento de Felgueiras

Pelo que este Programa promove ao nível da proteção das pessoas idosas parece-nos importante o seu reforço no concelho, de forma a abranger a totalidade dos idosos a residir em Paços de Ferreira, particularmente os mais idosos e desprotegidos.

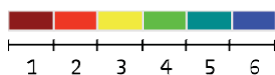
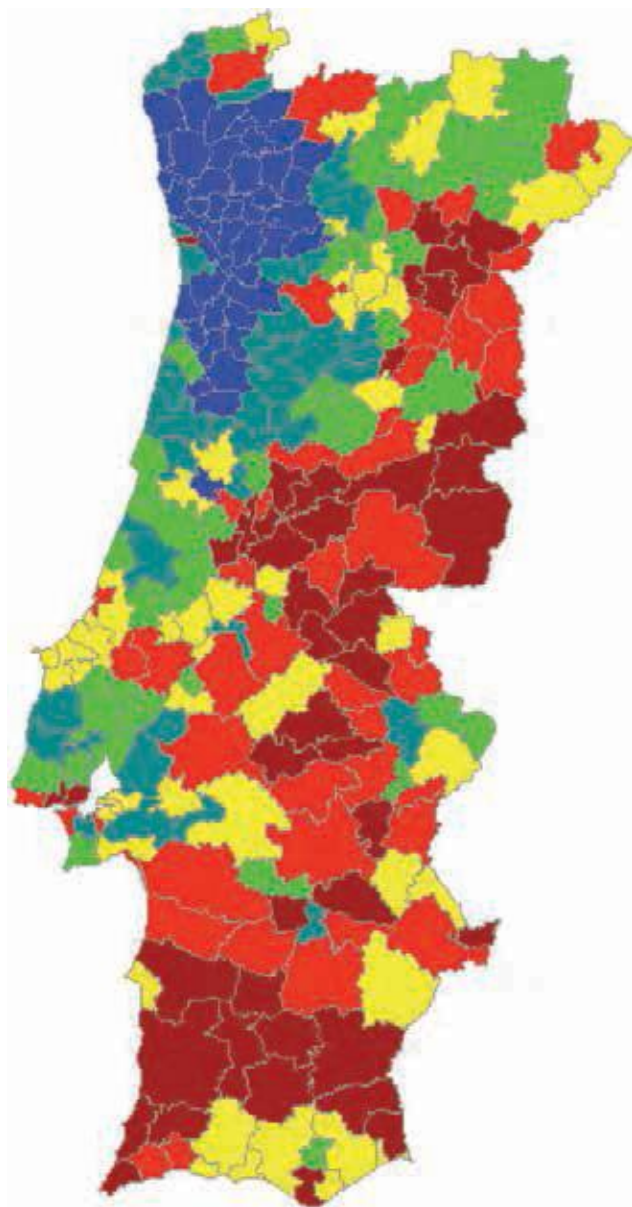
PRETENSÕES DAS INSTITUIÇÕES SINALIZADAS À REDE SOCIAL

As Instituições Particulares de Solidariedade Social que apresentaram à Rede Social pretensões para requalificar, implementar/criar equipamentos e respostas sociais de apoio aos idosos foram:

- ▶ **Associação Paços 2000** – requalificar Centro de Convívio da freguesia de Modelos
- ▶ **Centro Social e Paroquial de Carvalhosa** - obter licença de utilização do Pólo de Fontão onde funciona o Centro de Convívio e o Centro de Dia
Alargamento do Acordo de Serviço de Apoio Domiciliário
- ▶ **Centro Social e Paroquial de Ferreira** - construir Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (30 camas)
Alargamento do Acordo de Serviço de Apoio Domiciliário (20 utentes)
- ▶ **Centro Social e Paroquial de Figueiró** - alargamento do Acordo de Serviço de Apoio Domiciliário (30 utentes)
- ▶ **Centro Social e Paroquial de Raimonda** - construir Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (40 camas)
Alargamento do Acordo do Serviço de Apoio Domiciliário (50 utentes) e do Centro de Dia (40 utentes)
- ▶ **Centro Social e Paroquial de Sanfins de Ferreira** - encerrar o Centro de Convívio
Alargamento do Acordo de Centro de Dia (40 utentes)
- ▶ **Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira** - Alargamento do Acordo de Serviço de Apoio Domiciliário (20 utentes)

Atenta a relevância do problema do isolamento dos idosos observa-se que o concelho regista um valor residual.

ISOLAMENTO



Escala de 6 quantis:
1 - maior incidência
6 - menor incidência

Constata-se que o Norte Litoral, e naturalmente Paços de Ferreira, apresenta baixos valores de incidência, no que se refere ao isolamento da população, incluindo os mais idosos. No quadro infra verifica-se que no total dos concelhos da CIM T&S Paços de Ferreira regista a mais baixa taxa de idosos a residirem sozinhos e o concelho de Resende a % mais elevada de pessoas em situação de isolamento.

Quadro n.º 66 - Taxa de Cobertura Concelhos da CIM Tâmega e Sousa	% das pessoas com +de 65 anos que residem sozinhas, face ao total das pessoas com + de 65 anos (Censos 2011)
Amarante	16,2
Baião	18,5
Castelo de Paiva	15,2
Celorico de Bastos	17,7
Cinfães	18,8
Felgueiras	14,4
Lousada	13,8
Marco de Canaveses	16,6
Paços de Ferreira	12,2
Penafiel	15,9
Resende	20,6

Fonte: Referencial de Coesão Social – 2014

2.2.1.3. Insuficiência de equipamentos e respostas de apoio à pessoa com deficiência

As respostas e equipamentos sociais de apoio para a pessoa com deficiência são desenvolvidas pela Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso, a única instituição do concelho que dispõe de respostas sociais de apoio à pessoa com deficiência.

Quadro n.º 68 - RESPOSTAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA				
OBRA SOCIAL E CULTURAL SÍLVIA CARDOSO	Respostas Sociais	N.º de Utentes	N.º de utentes previsto no Acordo	Capacidade das instalações
	Centro de Atividades Ocupacionais	30	30	30
	Centro de Recursos de Apoio à Inclusão	54	--	---

Fonte: Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso

A instituição refere ter muitos pedidos de integração para Centro de Atividades Ocupacionais em lista de espera, embora nem todos os interessados residem no concelho de Paços de Ferreira, uma vez que a instituição também dá resposta aos pedidos de concelhos limítrofes. Do conhecimento empírico da realidade social, podemos afirmar que existem pessoas com deficiência a residir em Paços de Ferreira que frequentam equipamentos e respostas de instituições de outros concelhos. A necessidade de um acompanhamento permanente no âmbito da prestação de cuidados diários às pessoas com deficiência, particularmente àquelas com insuficiente ou sem retaguarda familiar, requerer a criação de equipamento social que dê resposta a esta necessidade.

PRETENSÕES DAS INSTITUIÇÕES SINALIZADAS À REDE SOCIAL

- **Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso** - Construção de Lar Residencial com Centro de Atividades Ocupacionais

Num esforço de melhorar o conhecimento da problemática da deficiência no concelho segue-se os dados recolhidos nos Censos 2011, relativamente ao número de pessoas com deficiência moderada e profunda

Quadro n.º 69 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM DIFICULDADES, SEGUNDO O TIPO E GRAU DE DIFICULDADES (Censos 2011)									
Tipo e grau de dificuldade		Paços de Ferreira		Tâmega		Norte		Portugal	
		Muita Dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Muita Dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Muita Dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Muita Dificuldade	Não consegue efetuar a ação
•	• VER	4 141	83	45 653	982	298 273	8 642	892 860	27 659
	• OUVIR	2 070	62	24 398	1 036	169 197	8 409	506 342	26 860
	• ANDAR OU SUBIR DEGRAUS	3 605	369	44 649	4 814	300 836	34 554	875 129	104 871
	• MEMÓRIA OU CONCENTRAÇÃO	2 403	368	27 381	4 344	189 270	33 496	552 937	102 440
	• TOMAR BANHO OU VESTIR-SE SOZINHO	1 386	583	16 050	7 596	110 465	51 457	323 451	148 106
•	COMPREENDER OS OUTROS E FAZER-SE COMPREENDER	1 524	269	17 223	3 259	115 724	23 399	331 860	68 029

2.2.1.4. Inexistência de resposta de prevenção primária e secundária para menores com problemas de dependências

Segundo o *Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Paços de Ferreira*³⁴, elaborado pela Equipa Técnica (ET) de Freamunde, integrada no Centro de Respostas Integradas do Porto Oriental (CRI Porto Oriental), da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD), da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN), um dos problemas relacionados com os comportamentos aditivos do concelho de Paços de Ferreira incide no fenómeno dos jovens consumidores de substâncias psicoativas em idade precoce.

Refere aquele documento que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Paços de Ferreira (CPCJ), a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT) e a Câmara Municipal de Paços de Ferreira têm vindo a identificar em número significativo jovens com idades compreendidas entre os 14 e 20, na sua generalidade do sexo masculino, com dificuldades de inserção no sistema de ensino e emprego e a necessitar de uma intervenção especializada na área dos comportamentos aditivos. Em 2011 a EMAT de Paços de Ferreira registava 21 processos no âmbito de comportamentos disruptivos associados ao consumo de substâncias psicoativas ilícitas. Em 2012 foram 24 processos.

Ainda segundo as mesmas entidades, é preocupante o número de casos de negligência e de desresponsabilização nos cuidados aos menores. De sublinhar o acentuado número de situações de crianças e jovens expostos a comportamentos desadequados dos cuidadores, associados às dependências e que podem comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento.

De salientar que as instituições locais, em sede de reunião de Rede Social, consideram ser prioritário a criação de resposta no âmbito das Unidades Assistenciais Especializadas para atendimento da população juvenil e respetivas famílias.

³⁴ *Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Paços de Ferreira*, CRI Porto Oriental, Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, Porto, 2014, páginas n.º 19 a 25

Será também importante reforçar a implementação de respostas de prevenção universal, seletiva e indicada junto destes grupos alvo.

Quadro n.º 70

Problema	Grupos afetados	Caracterização qualitativa dos grupos	Contextos associados	Evolução e temporal	Sistema e serviços de saúde
Jovens consumidores de substâncias psicoativas e menores em situação de risco	Crianças e jovens em situação de risco. Jovens consumidores de substâncias psicoativas	Menores de idade expostos a comportamento não adequado por parte dos progenitores que os colocam em situação de perigo Crianças e jovens que presenciam atos de violência doméstica, de que são elas próprias vítimas. Crianças e jovens que são vítimas de negligência e estão inseridas em contextos familiares vulneráveis e desestruturantes. Crianças e jovens integrados em contextos familiares com história de consumo de substâncias psicoativas lícitas (álcool) ou ilícitas. Jovens maioritariamente do sexo masculino, com absentismo, insucesso escolar e risco de abandono do sistema de ensino. Jovens com baixa escolaridade, abandono precoce da escola e desinseridos do contexto profissional, frequentemente com comportamentos desviantes e comportamentos de risco ao nível das práticas sexuais. Desvalorização do percurso escolar por parte dos menores e respetivas famílias, baixas expectativas de sucesso escolar e profissional, escassez de supervisão parental, com modelos educativos desestruturados e inexistência de modelos de identificação positivos. Acessibilidade e consumo de substâncias psicoativas; atitudes favoráveis ao seu uso. Desvalorização dos riscos associados aos consumos. Atração pelo risco e transgressão; Comportamentos desviantes.	Espaços públicos e privados, contextos recreativos.	Verifica-se tendência para o aumento do consumo de cannabis nos jovens, persistindo ainda uma acentuada desvalorização dos riscos inerentes a estes consumos. Em relação ao consumo de álcool, apesar de ser um hábito intergeracional, atualmente verifica-se uma experimentação mais tardia relativamente às décadas anteriores, tendo-se assistido essencialmente a uma alteração do padrão de consumo "binge drinking". Apesar de as denominadas "Novas Substâncias" não serem ainda um fenómeno preocupante na população juvenil do concelho de Paços de Ferreira poderá haver a tendência para a sua disseminação, acrescentado novos problemas.	Programa Integrado de Apoio à Comunidade PIAC (Porto); Centro Hospitalar Tâmega e Sousa; Unidades de Saúde Familiares

Fonte: Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Paços de Ferreira, páginas 31 a 32

Quadro n.º 71

PROBLEMA	FACTORES DE RISCO	FACTORES DE PROTECÇÃO
Jovens consumidores de substâncias psicoativas e menores em situação de risco	Acessibilidade e consumo de substâncias psicoativas; - Baixa perceção do risco; - Proximidade a práticas e contextos desviantes; - Pressão do grupo de pares; - Baixa expectativa de sucesso escolar e profissional; - Baixas qualificações escolares e profissionais; - Insucesso, absentismo e/ ou abandono escolar; - Desocupação/ desemprego; - Contextos familiares marcados por disfuncionalidade e conflitos; - Negligência dos cuidados parentais; - Contexto familiar com história de consumo de substâncias psicoativas lícitas e/ ou ilícitas; - Comportamentos sexuais de risco; Défice de competências pessoais, sociais; - Ausência de Serviço Especializado local para o acompanhamento dos jovens menores em risco.	- Relação positiva com pares; - Regras e padrões educativos consistentes e adequados; - Contextos familiares com dinâmica positiva e funcional; - Acompanhamento e supervisão por parte dos pais; - Educação e formação alternativas para jovens; - Existência de respostas ao nível da integração ocupacional; - Acesso a consultas de planeamento familiar.

Fonte: Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Paços de Ferreira, pág.34

2.2.1.5. Inexistência de respostas sociais no âmbito da mediação familiar

A mediação familiar é um meio de resolução alternativa de litígios emergentes de relações familiares, através do auxílio de um profissional especialmente certificado para a realização de mediação entre as partes – o mediador familiar. As partes em conflito recorrem ao mediador familiar com o objetivo de chegarem a um acordo satisfatório para todos os envolvidos, através de um processo que assenta nos princípios obrigatórios da *Voluntariedade*, da *Confidencialidade*, da *Igualdade* e *Imparcialidade*, da *Independência*, da *Competência* e *Responsabilidade* e da *Executoriedade* (Lei nº 29/2013, de 19 de abril).

A mediação familiar é um processo estruturante que deve garantir *Segurança*, na medida em que se trata de um serviço prestado por profissionais com formação específica; *Confidencialidade*, uma vez que está proibida a divulgação do teor das sessões e fica acautelada a reserva de vida privada, *Informalidade*, por privilegiar o contacto próximo e simplificado entre o mediador e as partes; *Eficácia*, demonstrada na percentagem de acordos alcançados em mediação; *Rapidez*, porque o processo de mediação termina, em média, ao fim de dois meses, e *Gratuidade* ou de custo reduzido.

Os conflitos familiares são essencialmente afetivos, psicológicos e relacionais, antecidos de sofrimento. Para uma solução eficaz é importante a observação dos aspetos emocionais e afetivos e o meio adequado para a solução deste tipo de conflitos deve passar, inicialmente, pela compreensão positiva dos problemas, porque é necessário a manutenção dos vínculos. É necessário criar a possibilidade de diálogo e de escuta, imprescindível para o respeito mútuo, que muitas vezes é, teoricamente, impraticável.

Para uma intervenção social mais adequada e ajustada às reais necessidades do concelho, torna-se necessário conhecer em profundidade as especificidades da realidade onde se pretende intervir, já que a intervenção se reveste sempre de uma grande complexidade. Neste sentido, o grupo de trabalho da Rede Social considerou importante a recolha de dados estatísticos sobre as problemáticas familiares que mais poderão beneficiar da mediação familiar, como seja o divórcio, a regulação das responsabilidades parentais, a partilhas de bens, a violência doméstica, as crianças e jovens em situação de risco e as famílias disfuncionais. Famílias disfuncionais que, por diversas razões, não se enquadram nos padrões de família modelo, pela falta de comunicação que existe

entre os elementos que compõem o agregado familiar. Podemos afirmar que o comportamento aditivo é causa e efeito da disfuncionalidade familiar, pois sendo este uma disfunção por si só, é igualmente propiciador de atitudes e relacionamentos disfuncionais. No entanto, importa referir que nem toda a disfuncionalidade familiar advém de comportamentos aditivos.

Os dados estatísticos que foram recolhidos sobre violência doméstica, doença mental e menores em risco reforçam a necessidade e a importância do concelho dispor de resposta social neste âmbito.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Em 201, a GNR registou 91 ocorrências no concelho de Paços de Ferreira;
- Dos 91 casos identificados: 88 casos - vítima é esposa/companheira/ex-cônjuge; 1 caso - vítima é o pai do agressor ; 1 caso - vítima é a namorada do agressor; 1 caso - vítima é o filho do agressor;
- Distribuição dos casos por freguesias: Arreigada – 2; Carvalhosa -4; Codessos – 1; Eiriz – 1; Ferreira – 4; Frazão – 4; Freamunde – 9; Meixomil – 6; Paços de Ferreira – 33; Penamaior – 6; Sanfins – 6; Seroa – 2

DOENÇA MENTAL

Quadro n.º 72 – N.º DE PESSOAS RESIDENTES EM PAÇOS DE FERREIRA EM ACOMPANHAMENTO NO DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA, DE PENAFIEL

	Fem.	Masc.	Total	Grupo Etário				
				< 18 anos	≤ 24 anos	[25 - 45[	[45 - 65[	≥ 65 anos
Adultos em acompanhamento por doença psiquiátrica em 2015	1.891	990	2.881		184	981	1288	428
Crianças e Jovens menores de 18 anos em acompanhamento por doença psiquiátrica em 2015	256	376	632	632				

Fonte: Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS PELA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PAÇOS DE FERREIRA

Quadro n.º 73 – N.º DE PROCESSOS TRABALHADOS PELA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PAÇOS DE FERREIRA E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS

ANO	TOTAL DE PROCESSOS TRABALHADOS NO ANO	INSTAURADOS NO ANO	REABERTOS NO ANO	PROCESSOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	PROCESSOS ARQUIVADOS NO ANO* (Remetidos para Tribunal, transferidos para outras CPCJ, Arquivados na CPCJ por não subsistir situação de perigo)	PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS NO ANO (3 primeiras)
2010	289	145	22	152	137	1. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar 2. Negligência (por ação dos pais ou omissão) 3. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool)
2011	302	133	17	164	135	1. Negligência (por ação dos pais ou omissão) 2. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool) 3. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar
2012	338	135	36	192	146	1. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar 2. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool) 3. Negligência (por ação dos pais ou omissão)
2013	394	168	34	208	186	1. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar 2. Negligência (por ação dos pais ou omissão) 3. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool)
2014	384	137	39	210	174	1. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar 2. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool) 3. Negligência (por ação dos pais ou omissão)
2015	420	156	54	170	250	1. Abandono/ Absentismo/ Insucesso Escolar 2. Exposição da criança a comportamentos/situações provocadas pelos cuidadores, que podem comprometer o seu bem estar (violência doméstica, consumo de estupefacientes e álcool) 3. Negligência (por ação dos pais ou omissão)

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Paços de Ferreira

Criar resposta de mediação familiar, através de terceira pessoa, neutra, qualificada e de forma confidencial, permitirá:

- Ajudar as famílias a resolver os seus conflitos e alcançar um acordo durável que tenha em conta as necessidades de todos os membros da família, especialmente as crianças;
- Ajudar os pais a tomar decisões responsáveis face ao novo contexto relacional (por exemplo a regular a responsabilidade parental e a organizar os tempos das crianças);
- Ajudar os pais a não abdicar da sua responsabilidade parental e assumir, eles mesmos, as suas próprias decisões;
- Ser uma alternativa para a resolução dos conflitos familiares, de âmbito mais alargado;
- Capacitar as famílias a encontrarem e construírem estratégias funcionais de resolução de conflitos.

De salientar que a mediação familiar traz, ainda, repercussões positivas para o trabalho de outros técnicos que intervêm nas diferentes dimensões da vida familiar, como educação, a saúde, segurança social, justiça, e outras. De igual modo, a colaboração dos técnicos é crucial na identificação das famílias em conflito, na identificação dos tipos de conflitos, na sensibilização das famílias para a voluntariedade e no acompanhamento do follow up do processo de mediação.

A implementação de resposta no âmbito da mediação familiar é inovador no Município de Paços de Ferreira por constituir uma mais-valia na capacitação das famílias em conflito latente ou manifesto.

A Associação Paços 2000 apresentou pretensão de criar CAFAP – Centro de Atendimento Familiar e Aconselhamento Parental, à Rede Social, cujo parecer favorável consolidou a sua proposta de implementação desta resposta à Segurança Social, tendo a mesma sido aprovada, pelo que se aguarda a sua implementação no concelho de Paços de Ferreira.

2.2.1.6. Insuficiente oferta de habitação social

Os pedidos de habitação social registados na Câmara Municipal até março de 2016 e depois de contactadas as famílias com pedido de habitação social para conhecer o seu interesse em manter a sua inscrição em habitação social, são de cerca de uma centena.

Estes provêm de todas as freguesias, mas em número considerável nas que apresentam maior densidade populacional como Freamunde e Paços de Ferreira. Os motivos subjacentes aos pedidos de habitação social prendem-se principalmente com o valor elevado das rendas face aos rendimentos disponíveis das famílias e ainda com as fracas condições habitacionais.

No que se refere à tipificação dos agregados familiares com inscrição em habitação social verifica-se que os três tipos mais representativos são os isolados, os agregados familiares com menores a cargo e as famílias monoparentais.

A atribuição de habitação social está definida no *Regulamento Municipal Capital Solidária – Medidas de Apoio Económico e Social*, que estabelece as condições de elegibilidade do pedido. Assim, os os critérios de elegibilidade estão reunidos quando a família interessada apresenta as condições comuns de acesso aos apoios previstos no referido regulamento e cumulativamente as seguintes condições específicas:

- a) Não possuir habitação própria permanente;
- b) Apresentar situação de grave precariedade habitacional;
- c) Apresentar situação de carência económica;
- d) Residir no concelho há, pelo menos, 3 anos.

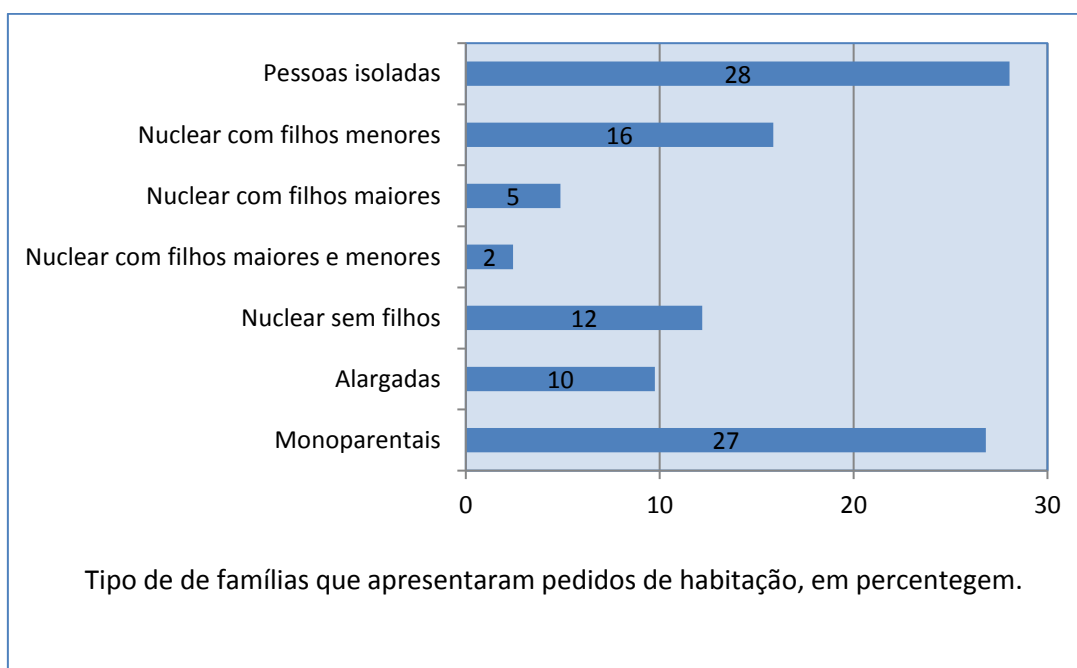
A atribuição de habitação social é da competência exclusiva da Câmara Municipal e está condicionada à existência de fogos disponíveis, de relatório social que avalie a situação socioeconómica do agregado familiar, as reais condições habitacionais, que suporte parecer favorável ao realojamento da família em habitação social³⁵.

³⁵ *Regulamento Municipal Capital Solidária- medidas de apoio económico e social*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, 2010, páginas n.º 8 e 9.

Sempre que se verifique a existência de habitações sociais devolutas e em condições de habitabilidade, compete ao Pelouro de desenvolvimento Social, Saúde e Habitação Social da Câmara Municipal identificar a família a realojar, de entre aquelas que se encontram em situação de elegibilidade, tendo em conta a tipologia da habitação disponível e os fatores de priorização elencados no referido *Regulamento Municipal Capital Solidária – Medidas de Apoio Económico e Social*

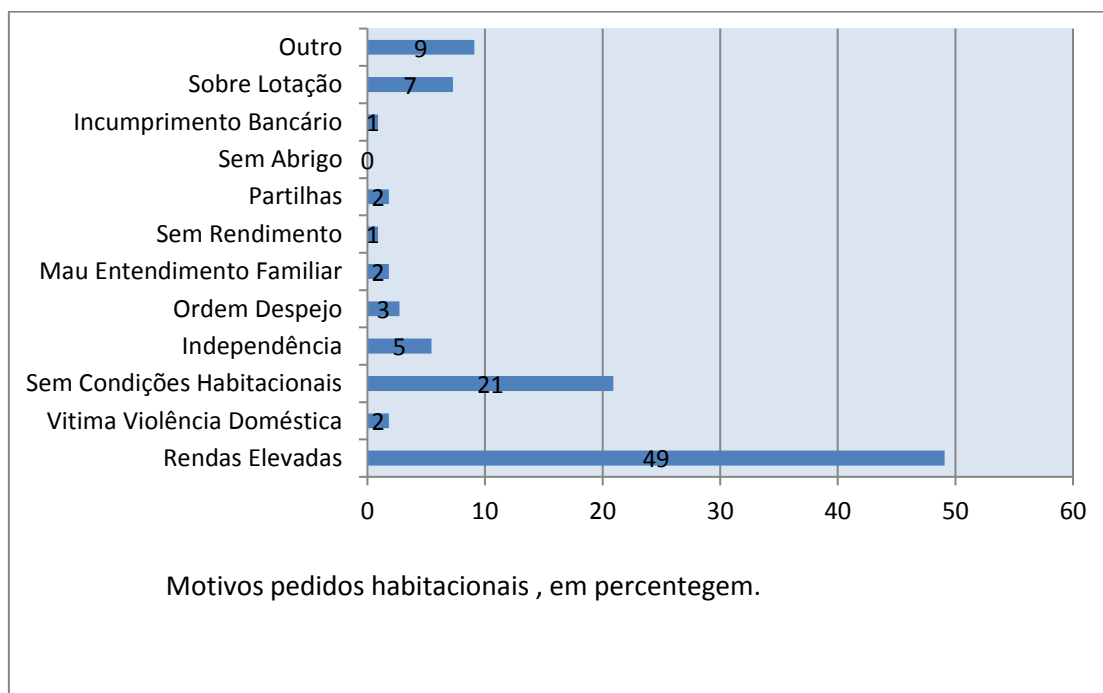
FREGUESIAS	Quadro n.º 73 - PEDIDOS HABITACIONAIS - TIPIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS								
	Monoparentais	Alargadas	Nuclear sem filhos	Nuclear c/ filhos maiores e menores	Nuclear c/ filhos maiores	Nuclear c/ filhos menores	Pessoas isoladas	Totais	%
CARVALHOSA	1				1	1	4	7	9%
EIRIZ								0	0%
FERREIRA					1		4	5	6%
FIGUEIRÓ	2					1		3	4%
FRAZÃO E ARREIGADA	4	3	3			2	2	14	17%
FREAMUNDE	5	1	2		1	3	7	19	23%
MEIXOMIL	2					2		4	5%
PAÇOS DE FERREIRA	6	4	2	1		4	4	21	26%
PENAMAIOR	1		3				2	6	7%
RAIMONDA								0	0%
SANFINS, LAMOSO, CODESSOS								0	0%
SEROA	1			1	1			3	4%
TOTAIS	22	8	10	2	4	13	23	82	100%
%	27%	10%	12%	2%	5%	16%	28%	100%	

Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira



FREGUESIA	Quadro n.º 74 - MOTIVOS DE PEDIDOS HABITACIONAIS											
	Rendas Elevadas	Vítima Violência Doméstica	Fracas Condições Habitacionais	Independência	Ordem Despejo	Desentendimento Familiar	Sem Rendimento	Partilha de Herança	Sem Abrigo	Incumprimento Bancário	Sobre Lotação	Outro
CARVALHOSA	5		2									1
EIRIZ												
FERREIRA	4		1	1								2
FIGUEIRÓ	2											2
FRAZÃO E ARREIGADA	7		6	2				1			4	1
FREAMUNDE	13		8	2	2			1			2	
MEIXOMIL	2	1	2								1	
PAÇOS DE FERREIRA	15	1	3	1	1	2	1			1	1	3
PENAMAIOR	5											
RAIMONDA												
SANFINS, LAMOSO, CODESSOS												
SEROA	1		1									1
TOTAIS	54	2	23	6	3	2	1	2	0	1	8	10
%	49%	2%	21%	5%	3%	2%	1%	2%	0%	1%	7%	9%

Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira



2.2.2. MATRIZ S.W.O.T.

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de creches da rede solidária nas freguesias de Freamunde (1), Seroa (1), Penamaior (1); Paços de Ferreira (1); Sanfins (1); Figueiró (1); Carvalhosa (1) - Existência de creches da rede lucrativa: Paços de Ferreira (2) - Existência do Programa de Amas nas freguesias de Freamunde, Carvalhosa, Meixomil, Penamaior e Paços de Ferreira; - Pretensão de instituições locais para a criação de creches, sinalizadas à Rede Social: Centro Social e Paroquial de Arreigada; Centro Social e Paroquial de Ferreira; - Implementação de berçário - Pretensão do Centro Social da Paróquia de Penamaior; - Retaguarda familiar - Respostas informais no acolhimento de crianças	Baixa taxa de cobertura de creche, especialmente em área geográfica a descoberto
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Acordos de Cooperação com a Segurança Social - Portugal 2020: PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	- Insuficiência de verbas; - Critérios propostos nas candidaturas.

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de três lares no concelho: Misericórdia de Paços de Ferreira, Misericórdia de Freamunde e Centro Social e Paroquial de Freamunde - Existência de Serviços de Apoio Domiciliário: Misericórdia de Paços de Ferreira, Centro Social e Paroquial de Carvalhosa, Centro Social e Paroquial de Ferreira, Centro Social e Paroquial de Frazão, Centro Social e Paroquial de Freamunde, Centro Social da Paróquia de Penamaior, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Centro Social e Paroquial de Sanfins e Centro Social e Paroquial de Figueiró - Disponibilidade das instituições locais para aumentar o SAD e ampliar oferta da resposta ao nível de ERPI/lar - Existência de retaguarda familiar	Insuficiência de equipamentos e respostas de apoio para os IDOSOS • Lar • Serviço de Apoio Domiciliário (SAD): não responde à totalidade das necessidades individuais dos idosos, particularmente dos que estão em situação de dependência • Aumento da procura de equipamentos sociais para idosos com patologias médicas que limitam a sua autonomia
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Acordos de Cooperação com a Segurança Social - Portugal 2020: PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	- Insuficiência de verbas; - Aumento do envelhecimento da população

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso dispõe de Centro de Atividades Ocupacionais e Centro de Recursos para a Inclusão - Existência de Unidade Especializada no Centro Escolar de Carvalhosa para crianças com necessidades educativas permanentes - Pretensão da Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso para criar Lar Residencial com CAO acoplado e ainda alargar o CAO existente. - Implementação do projeto “Paços Acessível” da responsabilidade da OSGS e Câmara Municipal	Insuficiência de equipamentos e respostas de apoio à PESSOA COM DEFICIÊNCIA • Centro de Atividades Ocupacionais • Terapias de Reabilitação Ocupacional • Inexistência de estimulação precoce • Integração escolar: falta de recursos humanos e falta de pessoal especializado no ensino pedagógico • Dificuldades de integração profissional • Dificuldades de transporte para os equipamentos sociais • Inexistência de Lar Residencial • Dificuldades de mobilização devido à existência de barreiras arquitetónicas na via pública e edifícios
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Acordos de Cooperação com a Segurança Social, Ministério da Educação e da Saúde - Programas nacionais dirigidos à população com deficiência - Portugal 2020: PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	- Insuficiência de verbas; - Critérios propostos nas candidaturas

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Instituto da Droga e da Toxicodependência/Centro de Respostas Integradas (CRI) - Atendimento Integrado - Rendimento Social de Inserção - Empenho da comunidade educativa em promover estilos de vida saudáveis e minimizar os fatores de risco - Forças de Segurança Pública - Associações desportivas e culturais locais - Aumento do controle social - Centro Comunitário de Seroa/ Associação Paços 2000 - Dinamização de iniciativas de lazer para os jovens, como o Verão Azul e outras e ainda os Centros de Atividades de Tempos Livres das instituições de solidariedade social - Aprovação do Projeto “Percursos (de)talhados 6ªG”, do Programa Escolhas 6ª Geração, entre 2016 - 2019	Inexistência de resposta de prevenção primária e secundária para MENORES COM PROBLEMAS DE DEPENDÊNCIAS • Fraca adesão dos jovens mais contestatários às estruturas convencionais de sociabilidade • Atividades de lazer e de ocupação propostas são, por vezes, pouco adequadas às necessidades e interesses dos jovens • Atividade de lazer e de ocupação para os jovens tendem a ser pontuais, o que é insuficiente para o seu crescimento saudável • Desocupação dos jovens • Inexistência de equipa de rua • Insuficiente fiscalização na venda de álcool a menores • Aceitação social do consumo de álcool • Dificuldades de motivação para o tratamento
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Medidas de política social pública - Emergência de novos problemas sociais a exigir novas respostas sociais - PIAC – Projeto de Intervenção e Apoio à Criança - Programas de apoio ao associativismo juvenil - Programas do Instituto Português da Juventude	- Insuficiência de verbas; - Perda de referências éticas – morais e globalização dos valores do hedonismo, consumismo e individualismo - Erosão do tecido social e familiar - Contexto de crise económica - Desordem” cultural: difusão da violência - Desintegração/desestruturação familiar - Dificuldades de inserção no mercado de trabalho, nomeadamente para os jovens à procura do 1º emprego - Precariedade do mercado de trabalho - Insegurança profissional - Desintegração juvenil e rápida transformação para um contexto de referenciais urbanos - Insuficiente restrição da publicidade ao consumo de álcool - Promoção do álcool nas grandes superfícies comerciais

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Acompanhamento social assegurado pelos técnicos de ação social - Rendimento Social de Inserção - Atendimento Social Integrado - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Paços de Ferreira - Centro Comunitário de Seroa/ Associação Paços 2000 - Associação Paços 2000 apresentou candidatura para criar CAFAP no concelho e foi aprovada pela Segurança Social - Aprovação do Projeto “Percurso (de)talhados 6ªG”, do Programa Escolhas 6ª Geração, entre 2016 - 2019	Falta de Respostas Sociais no âmbito da mediação familiar
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Acordos de Cooperação com a Segurança Social, - Emergência de novos problemas sociais a exigir novas respostas sociais - Portugal 2020: PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	- Desajustamento das políticas sociais públicas face às necessidades emergentes - Insuficiência de verbas; - Erosão do tecido social e familiar - Contexto de crise económica

Problemática: RESPOSTAS SOCIAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de cinco pólos de habitação social: Arreigada, Carvalhosa, Freamunde, Meixomil, Modelos, Paços de Ferreira - Diligências/negociações em curso para realojamento de novas famílias de baixos recursos	Insuficiente oferta de habitação social • Precariedade económica das famílias condiciona o acesso ao mercado de arrendamento • Acomodação das famílias ao realojamento em habitação social • Ausência de alternativas à habitação social • Famílias de etnia cigana, a residir no concelho, sem condições de habitabilidade • Critérios de acesso ao empréstimo bancário para aquisição de habitação própria
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Programa Conforto Habitacional Para Pessoas Idosas - Programa <i>Porta 65</i> - Programa <i>SOLARH</i> - Incentivos ao empréstimo bancário para aquisição de habitação própria	- Mercado de arrendamento - Critérios de acesso ao empréstimo bancário para aquisição de habitação própria - Contexto de crise económica

3. BIBLIOGRAFIA

- ✓ Censos de 1991, de 2001 e de 2011 – Resultados Definitivos da Região Norte, Instituto Nacional de Estatística - Portugal, Lisboa.
- ✓ *Anuário Estatístico da Região Norte* - Instituto Nacional de Estatística - Portugal, Lisboa, 2012.
- ✓ *Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, 2014.
- ✓ *La Lutte des Place – Insertion et Désinsertion*, Vicent Gaulejac, Isabel Taboada Léonetti, Edições Desclée de Brouwer, Paris, 1994.
- ✓ *Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Costa, Alfredo Bruto et al., Coleção Trajetos Portugueses, Edições Gradiva, Lisboa, 2008.
- ✓ *Diagnóstico da Situação do AceS – 2013*, Equipa da Unidade de Saúde Pública, AceS Tâmega III – Vale de Sousa Norte (Centros de Saúde de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira), março de 2013.
- ✓ *Referencial de Coesão Social – 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto da Segurança Social, I.P., Lisboa, 2015.
- ✓ *Nas Margens do Tâmega – Mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*, Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal, Cadernos REAPN n.º 13, 2008.
- ✓ *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal*, Faculdade de Economia e Gestão – Centro de Gestão e Economia Aplicada, encomendado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, maio de 2014.
- ✓ *Pacto Territorial Para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, 2010.
- ✓ *Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio – 2020*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, encomendado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa/Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa, 2014.
- ✓ *Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Paços de Ferreira*, CRI Porto Oriental, Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, Porto, 2014.
- ✓ *Regulamento Municipal Capital Solidária- medidas de apoio económico e social*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, 2010.

SITES: www.iefp.pt
www.ine.pt